



1150044849



T/UNICAMP F842r

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA (ESCRITA) E LITERATURA (ESCRITURA) NA  
PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DA LÍNGUA NO BRASIL**

Élcio Aloisio Fragoso

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA (ESCRITA) E LITERATURA (ESCRITURA) NA  
PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DA LÍNGUA NO BRASIL**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de Mestrado defendida por **Élcio Aloisio Fragoso** e aprovada pela Comissão Examinadora.

Campinas, 05 de fevereiro de 2001.

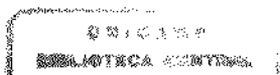
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof. Dra. Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Estudos da Linguagem

2001



UNIDADE IEL  
 N.º CHAMADA: T/ UNICAMP  
 F 742 R  
 V. \_\_\_\_\_ Ex. \_\_\_\_\_  
 TOMBO BC/ 49849  
 PROC. 96-892107  
 C  0  3  
 PREÇO R\$ 11,00  
 DATA 2/10/01  
 N.º CPD. Bnd. 219198

CM00157604-4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
 BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

F842r Fragoso, Elcio Aloisio  
 A relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) na perspectiva da história da língua no Brasil / Elcio Aloisio Fragoso. - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi  
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua. 2. Análise do discurso. 3. Cidadania. I. Orlandi, Eni de Lourdes Pulcinelli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

A presente dissertação, submetida à Comissão Examinadora abaixo assinada, foi aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Linguística:




---

Prof.ª Dra. Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi

---

Prof.ª Dra. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues

---

Prof.ª Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

---

Prof.ª Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Esta dissertação foi defendida e aprovada em Campinas, 05 de fevereiro de 2001.

Assinatura do(a) orientador(a) \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) examinador(a) \_\_\_\_\_



## AGRADECIMENTOS

A Profª. Dra. Eni Orlandi pela orientação, pela atenção, pela paciência e, sobretudo, pela confiança depositada em meu trabalho.

Aos demais membros da banca, Profª Dra. Claudia R. Castellanos Pfeiffer e Profª Dra. Suzy M. Lagazzi-Rodrigues, pela minuciosa leitura da dissertação e pelas suas observações.

Aos meus pais.

Aos meus irmãos.

Ao Profª. Dr. Eduardo Guimarães com quem aprendi muito sobre os Estudos do Português no Brasil.

A Cármen e Ceci pelas nossas conversas que fizeram com que eu elaborasse com mais segurança algumas noções utilizadas nesse trabalho.

Aos amigos que estiveram de muitas maneiras presentes ao longo deste percurso, em especial a Eni Ilis Rivelino.

A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro concedido durante o período de junho de 1999 a fevereiro de 2001, que tornou possível a realização do Programa de Mestrado em Linguística.

## SUMÁRIO

Resumo.....	13
Apresentação.....	17
1 - Um acontecimento discursivo singular: o Romantismo.....	29
2 - O Romantismo: uma referência para a língua nacional.....	35
3 - O Romantismo: um saber lingüístico nacional.....	51
4 - A língua nacional e a autoria nacional.....	89
5 - A língua nacional: uma língua naturalizada/romantizada.....	101
6 - O discurso romântico e o nacionalismo.....	141
7 - A poesia da/na língua.....	167
Considerações finais.....	193
Abstract.....	197
Bibliografia.....	201

## RESUMO

Filiando-nos ao quadro teórico da Análise de Discurso de linha francesa, nosso estudo trabalha o Romantismo enquanto um processo de produção de sentidos decisivo para a formação do pensamento nacional. Dessa perspectiva, o Romantismo é parte constitutiva da formação da língua nacional/da nação brasileira/do Estado brasileiro. Ou seja, entendemos o Romantismo enquanto um discurso - um acontecimento de linguagem - que funda uma memória para a língua nacional/para a nação brasileira.

Compreender o Romantismo enquanto discurso consiste em descrever a relação entre língua e exterioridade (ideologia, história) e os efeitos de sentidos produzidos por esta relação. Consideramos, assim, que as produções literárias românticas materializaram as ideologias formadoras do pensamento da época. Elas deram uma forma à relação entre língua e ideologia. Foi nessa direção que procuramos analisar o discurso romântico, ou seja, que buscamos descrever/interpretar os recortes discursivos, destacados das produções literárias românticas, que também constituem o *corpus* de nossa pesquisa.

Estas produções literárias (discursos) elaboradas durante o Romantismo instauraram uma posição discursiva (uma posição nacionalista) para o autor nacional, pois trata-se de considerá-las enquanto um “gesto de interpretação” (Orlandi, 1996c:84) sobre a língua, realizado pelos escritores românticos. Desse modo, o Romantismo constituiu-se em uma formação discursiva, pois ele instaurou uma memória, que é fundadora de um pensamento nacional. Deste lugar, o escritor poderia falar enquanto autor nacional, enquanto autoridade da língua nacional. Tendo em vista este lugar (esta posição nacionalista)

construído pelo discurso romântico para a autoria nacional, nosso trabalho analisa o modo como essa apropriação da língua se dá no Brasil.

A produção literária romântica abriu, então, espaço para discussões/polêmicas entre escritores portugueses e brasileiros, em torno da língua que se praticava no Brasil, que se distanciava da língua portuguesa tradicional. Estas polêmicas são analisadas, tendo em vista a posição discursiva dos escritores, construída pelo discurso romântico, enquanto uma formação discursiva. Trata-se de compreender estas polêmicas como posicionamento em uma certa formação discursiva.

Nesse sentido, os escritores portugueses e brasileiros não se inscreviam na mesma formação discursiva, uma vez que o Romantismo não se constituiu da mesma forma nestes dois países, considerando as suas condições históricas, o que resultou na produção de sentidos diferentes para eles, em relação à língua portuguesa. De um lado temos, então, os escritores portugueses que se filiavam à memória da tradicional língua portuguesa. Por outro lado, temos os escritores brasileiros que se filiavam ao *Naturalismo* (teoria filosófica instaurada por Rousseau, mas que no Brasil articula-se à idéia de nacionalismo, portanto, à descrição dos elementos naturais deste país - a *natureza* e o *índio*). Desse lugar, nossos escritores movimentavam uma certa região da memória que configurou sentidos para este país. Memória esta relacionada à descrição de um país, cuja *natureza* é a sua maior riqueza. Os nossos valores naturais, então, são retomados e retrabalhados (re-significados) pelo discurso romântico. Desse modo, os escritores românticos também interpretaram a língua praticada no Brasil por esse viés naturalista, ou seja, eles definiam a língua do Brasil como uma língua *simples, natural, emotiva, libertada, etc.* Portanto, essa

filiação teórica ao Naturalismo foi decisiva para que o Romantismo se constituísse com certos sentidos e não outros no Brasil.

Enfim, nossas análises procuram mostrar que o Romantismo explicitou o divórcio entre o português de Portugal e o português do Brasil. Descrevendo os sentidos construídos pelo discurso romântico para a nação brasileira, nosso trabalho destaca os efeitos destes sentidos em relação à língua na sua articulação à literatura. Articulação esta que, através do Romantismo, imprimiu sentidos que singularizaram a língua nacional. Ele é um acontecimento discursivo/lingüístico que torna visível as transformações operadas na sistematicidade da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: 1.Língua. 2.Análise do discurso. 3.Cidadania. 4.História das idéias lingüísticas. 5.Discurso literário.

## APRESENTAÇÃO

Facilmente encontramos, principalmente nos livros didáticos, uma divisão (com base em um historicismo cronológico) da literatura no Brasil, cuja referência é o próprio percurso da história (entendida aqui no sentido de linearidade sucessiva de fatos, continuidade progressiva) brasileira.

A história, bem como a literatura, são descritas como transparentes no discurso do livro didático. É o historicismo cronológico que constitui a referência para o discurso do livro didático. Nesse sentido, a literatura é contada tendo em vista esta continuidade que é própria da história.

Dessa forma, os livros didáticos propõem uma divisão (para a literatura no Brasil) entre a produção literária desenvolvida no período colonial e a produção literária desenvolvida após a nossa independência política (período nacional). Podemos dizer ainda que, no discurso do livro didático a literatura é explicitada, apenas, enquanto períodos/escolas/estilos literários autônomos (blocos homogêneos) que se sucedem (se substituem) e que são interpretados a partir desse historicismo cronológico, ou seja, estes estilos literários são narrados como simples fatos que se acoplam numa suposta linha de sucessão.

O discurso do livro didático, portanto, não descreve/interpreta a história da literatura brasileira enquanto parte constitutiva da história da língua portuguesa no Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar que o discurso do livro didático limita a literatura a um estudo fragmentado, que não compreende as reais condições de produção deste discurso. Dessa perspectiva, a literatura é ensinada como uma disciplina autônoma, independente da

língua. No discurso do livro didático descreve-se o conteúdo (os autores, obras, características...) da literatura e não a sua materialidade lingüística e discursiva. Isso resulta na configuração de um estudo cronológico para a literatura brasileira, pois desviando-se da materialidade histórica da língua - as produções literárias enquanto escritura da língua, enquanto um “gesto de interpretação” (Orlandi, *ibidem*) sobre a língua -, o livro didático descreve os fatos de linguagem, relacionados à literatura, como tendo origem neles mesmos, ou seja, como não tendo nem anterioridade e nem exterioridade (que são constitutivas deles), desconsiderando, portanto, as reais condições de produção desse discurso. Parte-se, portanto, do fato em si (o livro didático apenas “reflete” uma interpretação já dada a este fato) e não da compreensão dos elementos que o levaram a ser interpretado de um certo modo e não de outro (o ideológico). É dessa forma que estamos entendendo a abordagem histórica sustentada pelo discurso do livro didático para o estudo da literatura brasileira.

Porém, queremos destacar que não é esta a abordagem teórica que sustentaremos nesse trabalho, em relação ao estilo literário romântico - nosso objeto de estudo específico. Não nos filiaremos a este horizonte teórico que é “assumido” pelo discurso do livro didático.

É interessante observar também que, em nenhum momento a questão da língua nacional (brasileira) é colocada nas teorizações/concepções que descrevem o Romantismo e que são explicitadas pelo discurso do livro didático. Este discurso, portanto, nega o fato de linguagem que constitui o Romantismo. Em outras palavras, o discurso do livro didático nega a própria materialidade lingüística (e discursiva) das obras literárias românticas.

Trata-se, então, segundo o que pensamos, de considerar o estilo de escrita romântico como um acontecimento de linguagem (discursivo) singular que explicitou a instituição da língua nacional brasileira.

Podemos dizer ainda que esta divisão que aparece no discurso do livro didático e que torna visível a idéia de sucessividade/continuidade para o movimento da literatura no Brasil, fixa uma certa interpretação para os estudos literários do Brasil, ou seja, com esta divisão, legitima-se uma certa leitura para a literatura no Brasil. Será, portanto, essa sucessividade progressiva que constituirá a referência para a sistematização/teorização do ensino/estudo da literatura brasileira.

Por outro lado, esta teorização da literatura brasileira não é uma descrição “neutra” (e “transparente”) que apresenta os fatos numa suposta linha de sucessão (evolução cronológica). Esta descrição dos fatos (literários) mostra a filiação teórica adotada pelos livros didáticos.

Não vemos, portanto, no discurso do livro didático uma real preocupação em descrever (interpretar) o movimento (a constituição) do pensamento literário no Brasil (ou seja, considerar a literatura como uma escritura que é produzida em determinadas condições e que, portanto, possui uma materialidade histórica/ideológica). Ao invés disso, temos a instituição de uma leitura/interpretação, filiada à perspectiva cronológica da história, para o movimento da literatura no Brasil. Ou seja, o discurso do livro didático estanca certas leituras para o movimento literário brasileiro, em detrimento de outras.

Tendo em vista esta divisão, o Romantismo aparece apenas como a escola literária que inicia a era nacional da literatura no Brasil, e não como um estilo literário que explicita (constrói-se sob as bases materiais da língua) a materialidade lingüística e

discursiva da língua nacional. Dito de outra forma, como um discurso que pratica as ideologias formadoras de opiniões da época.

Nesse sentido, o estilo literário romântico dá a (é um lugar de) visibilidade da constituição do pensamento literário brasileiro. Ele inaugura uma posição discursiva para o autor nacional que poderá interpretar a sua própria língua, ou seja, os escritores românticos criam um saber lingüístico específico da língua nacional. Trata-se de pensar, então, na constituição da língua nacional, pois entendemos que a literatura é um discurso que tem parte decisiva (que é constitutivo) na construção de uma língua escrita (nacional).

O discurso romântico, portanto, pratica a língua de um modo específico, e isso confere a ela a singularidade da língua nacional, ou seja, estamos entendendo a literatura romântica como um discurso que descreveu/interpretou as singularidades dessa língua. Estamos afirmando que a materialidade lingüística deste discurso explicitou a existência de uma língua nacional. Trata-se de compreender que esta materialidade estava produzindo um deslocamento em relação à tradicional língua portuguesa. Ela rompia com os padrões clássicos desta língua, e instituía, por outro lado, a “simplicidade” e a “naturalidade” enquanto traços particulares da língua nacional.

Dessa forma, a materialidade (o próprio funcionamento ideológico da língua) do discurso romântico fixou/legitimou uma “língua própria” para o território nacional. Esta língua “deveria” expressar/exprimir a “naturalidade do pensamento” brasileiro, uma vez que a língua portuguesa tradicional não exprimia “perfeitamente” o nosso pensamento, pois, segundo os românticos, tratava-se de uma língua prolixa, pesada, monótona, contida, lógica, sem nenhuma elegância. É nesse sentido que estamos afirmando que o discurso

romântico brasileiro provocou um certo deslocamento na memória da antiga língua portuguesa. Deslocamento este visível nas produções literárias que constituíram o discurso romântico, conforme mostraremos mais adiante, com a análise de nosso *corpus*.

A nosso ver, a leitura que os livros didáticos “adotam” e veiculam a respeito do Romantismo brasileiro, sustenta-se numa perspectiva que olha para este acontecimento enquanto um bloco homogêneo (autônomo e contínuo) e abstrato de idéias que instaura automaticamente um novo estilo de escrita (ligado à liberdade criadora do escritor), formas livres para os gêneros literários (em oposição à noção de gênero fixo) e uma nova ordem de pensamento (em relação à arte literária) ligada à ação consciente (psicológica) dos autores (=escritores) que pertenceram a esta escola literária.

Portanto, o livro didático não olha para o Romantismo enquanto uma dispersão de discursos que configurava um/este acontecimento discursivo singular, ou seja, as vozes que irromperam no Romantismo são apagadas no discurso do livro didático, pois elas são apontadas apenas enquanto temas que configuraram as produções literárias desta época. O discurso do livro didático estanca a dispersão de sentidos que irromperam com o discurso romântico.

Podemos afirmar também que, deste lugar teórico, categorias como: estilo (literário ou individual) e gêneros literários aparecem como transparentes, naturalizados. Esta perspectiva teoriza (sistematiza) o Romantismo no seu nível abstrato, isto é, descrevendo o contexto sócio/histórico da época na sua transparência (desconsiderando o efeito ideológico e o efeito da determinação histórica que compreende a rede de memória fundadora do pensamento de um certo povo), tratando de autores (indicando dados de sua biografia), obras (citando data de publicação), características, etc., na ilusão de um estudo

completo deste estilo literário, elaborando conceitos (e classificações) num nível sucessivo de fatos e de idéias, etc. Também desta perspectiva o Romantismo apenas “reproduz” uma certa interpretação trabalhada pela ideologia nacionalista da época. É dessa forma que os livros didáticos, que se filiam a uma corrente evolucionista (que compreende a descrição dos fatos numa suposta sucessividade/continuidade), tratam a dimensão histórica deste acontecimento discursivo.

Queremos nos distanciar desta concepção histórica, entendida enquanto processo linear, que imobiliza a literatura. O material didático (que configura um arquivo específico, pois ele também faz parte do processo de circulação do saber) imprime uma certa leitura para o movimento da literatura brasileira que se impõe como um conhecimento legítimo (e transparente) sobre este objeto. Ou seja, o material didático por meio de uma teorização (elaborada a partir de certas filiações), conforme já dissemos, apenas reflete as concepções que interpretam os períodos literários de um certo modo, ao invés de compreendê-los na sua especificidade. O discurso do livro didático legitima uma certa interpretação para o movimento da literatura brasileira tendo em vista filiações teóricas específicas. Por exemplo, em relação à descrição do Romantismo, o livro didático se filia à uma corrente nacionalista que interpreta esta produção literária (romântica) apenas como a descrição de temas nacionais. Busca-se descrever este nacionalismo na sua transparência, na sua “essência” (o sentimento de orgulho nacional). Dessa perspectiva, o sentimento nacionalista que irrompe no Brasil aparece ligado à natureza, ao elemento natural. É essa interpretação que o discurso do livro didático imprime para o nacionalismo que emerge no Romantismo. Ainda desta perspectiva, a descrição do Romantismo se dá no nível de características inerentes, ou seja, é a sua interioridade que se pretende

descrever. Não se passa, portanto, do nível da formulação (individual e consciente) desse discurso (o romântico), ou dito de outra forma, nega-se o estatuto da memória (o já-dito) da língua, bem como a noção de determinação histórica (as reais condições históricas em que um acontecimento discursivo irrompe); noções estas que fazem parte das condições de produção de um discurso, e portanto, do processo de constituição dos sentidos desse discurso (processos de significação).

Para nós, esta divisão - “adotada” pela maioria dos livros didáticos para descrever o movimento da literatura brasileira - não é encarada somente como uma passagem/uma transição (decorrente da nossa independência política), onde teríamos dois momentos que se sucedem: de um lado um conjunto de obras que caracterizam a produção literária colonial e do outro um conjunto de obras que configuram a produção nacional. Esta divisão explicitada pelo Romantismo (e que a/o compreenderemos nesta dissertação enquanto, fundamentalmente, um fato - acontecimento - de linguagem) é o lugar onde inclino meu olhar para fazer minhas reflexões à luz dos trabalhos desenvolvidos por Michel Pécheux (e colaboradores na década de 60, na França) e Eni Orlandi (no Brasil) no campo de conhecimento específico da Análise de Discurso. É este o universo teórico a que nos filiamos.

Este trabalho inscreve-se também no interior do quadro temático do projeto “Histórias das Ideias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas”, um projeto que visa estudar/fazer (um)a história política do campo de conhecimento sobre linguagem.

Nesta dissertação, pretendemos, então, compreender o modo como a língua portuguesa (enquanto base) se configurou no Brasil, sendo atravessada pela literatura romântica (enquanto processo discursivo) e, ao mesmo tempo, explicitar a maneira como

o brasileiro e a nação brasileira passaram a ser representados (identificados) nesta língua, a partir desta ruptura (instaurada pelo discurso romântico). Em outras palavras, nosso trabalho deve procurar explicitar essa relação entre língua (entendida aqui como a base para a realização de processos discursivos, portanto é no seu funcionamento que o discurso se constitui) e literatura (que para nós, ou seja, dentro do quadro teórico a que nos filiamos, é uma forma de discurso, porque faz um uso específico da língua, colocando-a em funcionamento) no Brasil, no século XIX.

Queremos, portanto, compreender os sentidos de brasilidade constituídos pelo discurso romântico para a língua nacional, para a nação brasileira e para o cidadão brasileiro.

Nossa questão assim colocada, já direciona nosso trabalho para um lugar (teórico) específico, conforme já mencionamos, que constituirá nossas reflexões e dará a forma individual/singular para a nossa análise, que corresponderá às perguntas que faremos ao nosso material de análise. Desse modo, nossa análise tomará forma se inscrevendo no interior das noções que constituem o quadro teórico de referência da Análise de Discurso de linha francesa. São, entre outras, estas as noções que constituirão (estão na base de) nossas reflexões: *língua* (pois nos estudos discursivos a língua fornece as condições materiais para que o discurso se realize, ou seja, ela é estruturante do discurso), *discurso*, *sujeito*, *memória (interdiscurso)*, *história*, *ideologia*, *formação discursiva*, e outras (noções) próprias deste domínio de conhecimento, e que serão compreendidas em suas especificidades na medida em que nossa análise vai sendo constituída. Elas não são, portanto, categorias que se aplicam a um determinado material de análise (*corpus*) a fim de imobilizá-lo. Elas não se reduzem a uma mera aplicação ao material de análise. Estas

noções são constitutivas do próprio objeto de estudo que propomos analisar (e explicitar), ou seja, elas constituem as condições de produção de um discurso (no nosso caso, analisaremos as condições de produção do discurso romântico). Dessa forma, queremos compreender a maneira como os sentidos de brasilidade foram instituídos pelo discurso romântico.

Finalmente, queremos destacar também que o estilo literário romântico já foi objeto de estudo de inúmeros trabalhos pertencentes, em geral, aos estudos literários. Diferentes teorias já descreveram/interpretaram este mesmo objeto. Porém, a análise que propusemos realizar nesta dissertação, visa compreender o funcionamento lingüístico/discursivo deste acontecimento de linguagem, o Romantismo, da perspectiva da história da língua no Brasil. E o quadro teórico que constituirá a referência para a construção de nossa análise é o da *Análise de Discurso de origem francesa*.

Visando uma melhor compreensão da análise que faremos de nosso objeto de estudo, bem como do domínio teórico a que nos filiamos, destacaremos, na seqüência, e de maneira sucinta, outras abordagens, realizadas por historiadores da literatura, que também constituem teorizações/interpretações sobre este mesmo objeto, mas que configuram outros lugares de leitura para o referido objeto. Com isso pretendemos mostrar a singularidade de nossa análise.

Começaremos por Afrânio Coutinho, para quem a descrição da literatura brasileira, especificamente do Romantismo, parte de uma descrição do histórico (da perspectiva cronológica), de uma descrição de gêneros literários (como sendo transparentes), e finalmente, da descrição do estilo literário em si mesmo (como um todo homogêneo).

Já, Antonio Cândido teoriza a literatura, destacando sua relação com a sociedade. Porém, essa relação não é vista por este autor apenas enquanto a descrição das condições sociais em que as obras literárias foram escritas. Nesse caso, o autor destaca que as obras literárias continuariam estando desvinculadas das condições sociais em que foram produzidas. Nem se trata de pensar esta relação, entre literatura e sociedade, considerando a obra literária enquanto espelho ou representação da sociedade. Tampouco se trata de compreendê-la enquanto uma relação entre obra e público, “- isto é, o seu destino, a sua aceitação, a ação recíproca de ambos” (Cândido, 1980:10). Também não é o caso de estudar “a posição e a função social do escritor, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade” (ibidem: 10,11).

Para Antonio Cândido, estas diferentes abordagens que procuram descrever a literatura, compreendem o elemento social apenas como a referência da obra literária.

Ainda segundo este mesmo autor, os fatores sociais devem ser considerados no seu papel de formadores da estrutura, ou seja, tanto os fatores sociais quanto os psíquicos são decisivos para a análise literária. Nesse caso, acrescenta Cândido, “podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada ; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo” (op. cit.:7).

Por outro lado, segundo a perspectiva teórica a que nos filiamos, a obra literária deve ser entendida enquanto discurso, pois ela trabalha a língua na sua relação com a

ideologia (a sua exterioridade). Ela explicita o posicionamento em uma certa formação discursiva. Nesse caso, a obra literária coloca a língua em funcionamento, ou seja, ela mostra que a exterioridade (a ideologia) é constitutiva da língua. Portanto, a obra literária pratica as ideologias dominantes da época em que ela foi produzida. Decorre daí a importância de se compreender os processos de construção do sentido para não ficarmos na sua transparência. Enfim, trabalhamos, neste estudo, com a produção literária enquanto uma *escritura* que imprime uma memória para a língua.

# 1 - UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO SINGULAR: O ROMANTISMO

Há, primeiramente, um trabalho decisivo a ser feito - em relação às formas de se conceber/descrever o Romantismo - que consiste em deslocar a noção de escola/estilo/período literário (que é uma noção autônoma), para a noção de discurso (que é relativa).

Nesse sentido, não pretendemos pensar este acontecimento a partir de uma perspectiva cronológica, também não se trata de reduzi-lo a um estudo que o considera como o marco inicial da era nacional do pensamento (literário) brasileiro. Trata-se, antes, de descrever a especificidade deste acontecimento, de demarcar seu domínio para definirmos aquilo de que fala e como se fala. É isso que entendemos por descontinuidade. Ou seja, um acontecimento não se dá numa ordem seqüencial, contínua; um acontecimento, então, irrompe, não na forma de uma descoberta ou de um novo pensamento que nasceu "gratuitamente" na consciência dos homens, mas como diferenças que se instalam em relação ao que já foi dito antes neste espaço de memória específico. São estas manifestações que emergem, sob determinadas condições e num momento específico, que estamos chamando de acontecimento (discursivo).

Portanto, o aparecimento do Romantismo no Brasil definiu um domínio com uma singularidade própria. Ele configurou um acontecimento discursivo particular. Ou seja, queremos descrevê-lo (interpretá-lo) enquanto um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto. Ele é, pois, um fato de linguagem. Por outro lado, para compreendê-lo na sua especificidade, não basta ficarmos na superfície de seu

aparecimento (sua existência), no nível da formulação (na sua transparência) deste discurso. Não é suficiente demarcá-lo tematicamente, nem descrevê-lo formalmente, tampouco querer revelar, por meio das obras, o pensamento que circulava nesta época. Estaríamos, dessa forma, desconsiderando o efeito ideológico responsável pela dominância de um certo sentido e não de outro. Também não nos deteremos, exclusivamente, na abordagem dos temas (seu conteúdo em si). Essas noções são insuficientes quando se pensa o discurso (a materialidade da língua) enquanto prática. São os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso romântico que procuraremos descrever. Permaneceremos nelas apenas o tempo que for necessário.

Interessa-nos também analisar os confrontos/as polêmicas, concernentes à questão da língua e da literatura do Brasil, que marcaram o século XIX (principalmente após a segunda metade deste século), enquanto discussões políticas. Ou seja, analisaremos estas polêmicas enquanto uma questão ideológica que movimenta espaços de memória onde a língua portuguesa é interpretada de maneira distinta. Queremos compreender a constituição desses discursos, referentes à língua e à literatura do Brasil, pensando a relação necessária que há entre os discursos, e buscando demarcar a região da memória que os configurou, ou seja, estamos querendo dizer que no momento em que o sujeito se apropria do discurso, ocorre também o posicionamento em uma certa formação discursiva. O jogo de relações estabelecido entre os discursos é a condição para a existência de um discurso (seu aparecimento).

A mudança, então, é uma noção vazia e abstrata e que pressupõe (instala) conseqüentemente a idéia de princípio e de causa. Ela é, portanto, uma noção inadequada para nossos objetivos. Ao passo que a noção de sistema (processo) de transformações

alcança todos os níveis implícitos (o anterior e o exterior) e explícitos que condicionam (possibilitam) o aparecimento de um discurso. Abandona-se, por esta via de reflexão, a idéia de um acontecimento que marcaria a origem absoluta de uma nova era e que estabeleceria novas regras e um novo pensamento que teria nascido na consciência dos indivíduos.

Queremos deixar de lado as concepções que descrevem a língua e a literatura enquanto objetos estanques e autônomos (a língua e a literatura nelas mesmas). Acreditamos que, procedendo dessa maneira, não estaremos negando a existência do acontecimento de linguagem. Estamos propondo que ele seja pensado discursivamente, isto é, que suas relações sejam precisamente definidas para que se possa explicitar/analisar as diferenças (o diferente) e as semelhanças (o mesmo) que este acontecimento põe em funcionamento e, finalmente, para que se possa mostrar os pontos de articulação entre os enunciados e a formação discursiva que os constitui. Ou seja, são destas relações que “nasce” um discurso (que pode ser falado por diferentes espaços de memória - as formações discursivas).

É, pois, no interior dessa última noção (nos seus domínios) que um estudo que pretende pensar a língua e a literatura, e suas relações em um período social e politicamente marcado como o século XIX, não “corre o risco” de cair em reduções e em “ilusões” (descrições) positivistas que concebem estes dois objetos - língua e literatura - apenas como sendo, ou expressão de pensamento de um povo, ou expressão da sociedade/realidade, no caso específico da literatura.

Queremos abandonar os conceitos/as concepções que (há muito tempo) descrevem a língua e a literatura como sendo objetos abstratos/ideais que estão em constante evolução

num tempo e espaço determinados. Estes conceitos, na verdade, mostram que diferentes teorias descrevem (interpretam) o mesmo objeto. Cada teoria, com seus conceitos, suas regras, configura dizeres (enunciados) específicos sobre um certo objeto que só se tornam legítimos no interior das sistematicidades dessa teoria.

Enfim, recusamos pensar estes dois objetos enquanto descrições de regras internas/abstratas (no caso específico da língua) ou descrições de características (técnicas) formais (no caso específico da literatura). Propomos, ao invés disso, que estes dois objetos sejam pensados enquanto parte da constituição de uma nação. Lembremos que estamos falando, especificamente, da relação entre língua (base material) e literatura (processo discursivo), dentro do século XIX - período em que se constituiu (e se legitimou) um pensamento brasileiro (estamos pensando na construção do Romantismo, que instaurou um estilo próprio de escrita para a língua portuguesa do Brasil, e ao mesmo tempo fundava um pensamento lingüístico brasileiro/nacional) no domínio da língua (ressaltemos também que defenderemos a idéia de que a literatura é parte constitutiva de uma língua escrita). Em outras palavras, queremos mostrar que o discurso romântico brasileiro propiciou o estabelecimento de uma língua nacional. Ou seja, queremos pensar a instituição da língua nacional através do discurso romântico. É essa a relação entre língua e literatura que descreveremos neste trabalho. Trata-se, então, de compreender a constituição do discurso romântico (enquanto um saber lingüístico que representa a nossa própria língua) e da língua nacional, simultaneamente à constituição da nação brasileira. Essa é a idéia que sustentaremos nessa dissertação.

Nesse sentido, não nos interessa, também, tomar os discursos (polêmicas) que se constituíram sobre a língua e a literatura do Brasil, no século XIX, como resultado de

uma situação histórica/cultural/política e lingüística conturbada (agitada). Estes discursos (polêmicas) não se constituíram em torno do real da língua, mas sim em torno do imaginário desta língua.

Segundo o que pensamos, essa tensão que se produziu em torno da língua que se praticava no Brasil, no século XIX, não dizia respeito a uma relação de causa e efeito, ou seja, não vemos nestas polêmicas, apenas, uma tensão entre o *correto* (a língua portuguesa tradicional) e o *incorreto* (a língua nacional), ou ainda uma tensão entre uma *língua* “*afetada e artificiosa*” (o português tradicional) e uma *língua natural*, “*espontânea e incoercível*” (a língua nacional), uma *língua coerciva* (a língua portuguesa tradicional) e uma *língua libertada* (a língua nacional), uma *língua clássica* (o português de Portugal) e uma *língua moderna* (a língua nacional). Na verdade, estas polêmicas se constituíram em torno de uma tensão entre o *mesmo* (a língua portuguesa) e o *diferente* (a língua nacional), entre uma *memória* (a língua portuguesa) e um *acontecimento discursivo* (discurso romântico). Não se trata também de considerar esses discursos (as polêmicas) de maneira estanque (do ponto de vista individual), ou então, enquanto o nascimento de concepções que renovariam o domínio destes dois objetos. Trata-se, antes, de pensar as relações que tornaram possíveis tais discursos, estabelecendo condições (coerções/regras) à prática discursiva.

## 2 - O ROMANTISMO: UMA REFERÊNCIA PARA A LÍNGUA NACIONAL

Com o discurso romântico não inaugurávamos apenas a era nacional da literatura brasileira. Inaugurava-se também uma *escrita/escritura* da língua nacional brasileira. Ou seja, não apenas imprimiam-se obras literárias nacionais, como também praticava-se a língua nacional brasileira. Se, por um lado, a literatura romântica explicitava um “estilo” próprio de escrita (um estilo moderno, em oposição ao estilo clássico, segundo José de Alencar), por outro lado, podemos dizer que é este estilo que vai conferir à língua nacional brasileira uma “forma” (estrutura) própria. Este “estilo moderno” rompia com o modelo clássico de escrita (estamos pensando, especificamente, no texto em prosa) que consistia na construção de uma longa série de orações articuladas pelas conjunções e amontoadas em um só período. Para José de Alencar esse estilo (o clássico) “*obscurecia o pensamento e muitas vezes sacrificava a harmonia e lucidez gramaticais*”. Em contrapartida, o estilo moderno “variava o torneio das frases”, “moldava-se a todos os relevos do pensamento”, conforme destacou José de Alencar. Estabelecendo as diferenças entre estes dois estilos, teríamos então: *o clássico - um estilo de caráter pesado, monótono, prolixo, contido...; e o moderno - um estilo conciso, simples, flexível, fácil, terso...* Ainda segundo José de Alencar, no estilo moderno, a separação de períodos prestava-se melhor aos vários pontos de descrição de um fato. Para nós, a construção de períodos (mais) curtos (esta divisão de períodos) conferia à língua nacional o caráter de uma língua concisa, fácil, simples. Com esta divisão de períodos, possibilitava-se uma

outra leitura<sup>1</sup>/interpretação para a língua portuguesa. Leitura esta comprometida com a clareza, a concisão, a simplicidade, a elegância.

Estamos afirmando que o estilo de escrita romântico constituiu o “traço particular” da língua nacional brasileira: uma língua romantizada, naturalizada, libertada. O estilo de escrita romântico rompia com os padrões clássicos (literários) que constituíam a norma (a referência) para a escrita. Isso significa dizer que, o autor romântico implantava “inovações” no tratamento da língua escrita; essa era a norma romântica.

Pensar o discurso romântico enquanto uma escritura que instituiu um estilo de escrita próprio (inovador), significa também considerar este estilo como aquele que construiu a singularidade da língua nacional brasileira. Os movimentos da escrita na literatura (a noção de estilo), que se realizam em condições específicas, explicitam, na verdade, os movimentos de uma língua escrita. A noção de estilo que individualizou a escrita romântica no Brasil, no entanto, não deve ser confundida com uma tentativa de descrição da língua portuguesa falada no Brasil. Ou seja, estamos querendo dizer que o estilo de escrita romântico não significou a transcrição da língua portuguesa falada no Brasil. Trata-se de considerar o estilo de escrita romântico como a instauração de uma *escrita/escritura* nacional.

A noção de estilo, para nós, constitui o processo de transformação da língua escrita, ou seja, a noção de estilo mexe com a estrutura de uma língua. E é a literatura, enquanto discurso, que materializa a ideologia na base da língua, produzindo efeitos do *diferente*

---

1 Leitura aqui, deve ser entendida enquanto processo de instauração dos sentidos (cf. Orlandi, 1996b:8).

na *mesma* língua. Dessa forma, a literatura se “encarrega” de trabalhar a língua, tendo em vista determinações ideológicas e históricas específicas, sem que esta (a língua) tenha a sua identidade (unidade) desconstruída.

Nesse sentido, a língua transfere à literatura a sua capacidade de se transformar, de se *ficcionar* (de inventar), enfim de criar *poesia*. A literatura, portanto, é o lugar em que a língua é reinventada/recriada. A língua conferiu a ela este lugar *extra (ordinário)*. A literatura constituiu-se na “arte” da língua escrita. É assim que entendemos a divisão entre a língua e a literatura, ou seja, entre a arte literária e o saber lingüístico.

Por outro lado, queremos mostrar que a literatura também constitui um saber lingüístico, pois ela é parte constitutiva de uma língua (estamos pensando em termos de construção da sua unidade imaginária). Enfim, nosso trabalho busca explicitar esta relação sensível entre língua e literatura, exatamente, para não contribuir com a idéia de “estancamento”/divisão, que algumas teorias têm construído e reforçado, entre estes dois objetos. Para nós, estes dois domínios também fazem parte de um mesmo processo que envolve a construção da identidade/unidade de uma nação e de um povo. E a língua é o lugar em que esta unidade (imaginária) é construída.

Interessa-nos, portanto, pensar o discurso romântico como um processo que consistiu na construção de um estilo próprio para o tratamento da língua portuguesa escrita do Brasil. É nesse sentido que podemos afirmar que o discurso romântico inaugurou uma *escrita/escritura* nacional.

A literatura, portanto, dá a visibilidade de uma língua que se transforma. Ou seja, uma língua escrita não tem leis próprias e permanentes (naturais). A literatura é responsável pelo movimento da língua. Ela explicita uma língua flexível, maleável. A

literatura torna visível uma língua escrita que não se fecha para os sentidos. Ela mostra a impossibilidade de uma língua acabada, fechada em si mesma.

Estamos falando, especificamente, da noção de estilo literário, enquanto um discurso que trabalha a língua de um modo particular.

Como se vê, não estamos compreendendo a língua nela mesma, e tampouco acreditamos que ela tem leis naturais que a regem. Trata-se de pensar uma língua escrita, a partir da constituição de discursos (*a literatura, a gramática e o dicionário*) que constroem a unidade da mesma. Estes discursos são a referência de uma língua escrita. A questão não é apenas a de falar uma língua, mas a de ter (instituir) uma língua escrita. É por este viés que pretendemos compreender a relação entre língua e literatura, no Brasil, no século XIX (especificamente a partir da segunda metade deste século).

Nesse sentido, podemos dizer que, são estes discursos que criam a ilusão (a realidade) de uma língua escrita. Eles, portanto, não são inerentes à escrita; eles são construídos em condições específicas e estão diretamente ligados à construção de um pensamento nacional. São estes discursos que constituem a materialidade histórica de uma língua escrita.

Nessa dissertação, pretendemos mostrar, especialmente, que o estilo literário romântico - enquanto um discurso - trabalhou a língua portuguesa de um modo específico (instituindo a língua nacional brasileira), assim como cada (qualquer outro) estilo literário<sup>2</sup> também tem a sua singularidade.

---

2 Aquilo que resulta em uma perspectiva literária no que se chama estilo pode ser visto discursivamente como discursividades literárias.

Desse modo, entendemos que a noção de estilo literário transforma a estrutura de uma língua escrita, conforme veremos mais adiante com o deslocamento que o estilo literário romântico produziu, em relação à língua portuguesa tradicional, instaurando novas construções gramaticais, e imprimindo novos sentidos para esta língua escrita.

Pensar o Romantismo enquanto discurso é deslocá-lo do mundo “irreal”, configurado pelo misticismo que envolve as teorias que descrevem a literatura, para inscrevê-lo no real da história, da língua. Feito este deslocamento, resta agora compreender a relação que este discurso mantém com a constituição da língua nacional e com a constituição da nação brasileira, dadas as condições em que ele foi produzido.

É muito mais produtivo e substancial pensar o discurso romântico em relação às reais condições de produção que o constituíram: a emergência de construção de um pensamento nacionalista, do que permanecer na abstração do pensamento, no mito da inspiração e da imaginação, na criação do espírito, enquanto fonte desse discurso.

Dessa forma, acreditamos estar diante do real deste discurso, visto que ele tomava forma no interior da constituição da história da nação brasileira (enquanto parte dela) que se construía nas bases materiais da língua portuguesa. Estamos querendo dizer com isto que o discurso romântico estava operando transformações, tanto na história dessa nação quanto na história dessa língua no Brasil, fixando novos rumos tanto para esta quanto para aquela.

Não se trata de pensar a história (da perspectiva cronológica) enquanto sucessão de fatos e nem a língua (no seu nível abstrato) enquanto processo linear, contínuo, progressivo. Isto quer dizer que o discurso romântico constituía-se em um momento crítico da história da nossa língua e da nossa nação. Era o momento em que se

reivindicava uma língua *escrita* nacional (a constituição de objetos históricos - a gramática e o dicionário - que garantissem a sua unidade) e uma *escrituração* (a literatura = saber lingüístico individual dessa língua nacional) da mesma, bem como a constituição de instituições (Academia Brasileira de Letras, Escolas, etc.) que pudessem legitimar essa língua *escrita* (esses objetos históricos) e essa *escritura*.

Desse modo, o discurso romântico, se assim podemos dizer, constituiu o real de uma prática escrita da língua nacional, ou seja, ele se configurou enquanto uma *escritura* original que fundava uma história singular para a língua nacional brasileira.

Partiremos do princípio de que no intervalo do século XIX (principalmente após a segunda metade deste século), um conjunto de textos/discursos foi produzido, configurando uma materialidade que construía uma leitura específica para a nação brasileira que se constituía.

Estamos falando do discurso romântico que, do nosso ponto de vista, configurou (e instaurou) um arquivo literário/uma memória escrita (que não se reduz a documentos da língua nacional) para a língua nacional. Ele constituiu-se numa referência para a língua nacional/para a nação brasileira.

Por outro lado, a materialidade do discurso romântico (re)vestiu a língua portuguesa com novas “estruturas” que deram a visibilidade de um estilo próprio de escrita para este discurso (voltaremos a falar disso no capítulo 5 desta mesma dissertação) e (que) ao mesmo tempo explicitaram a existência de uma língua nacional. Esta língua nacional que se constituía, perpassada pelo discurso romântico, construía, ao mesmo tempo, sua (própria) referência no território nacional.

Estamos querendo dizer que o discurso romântico produziu certos deslocamentos em relação à língua portuguesa de Portugal. Ou seja, ele aliou o pensamento nacionalista à existência de uma língua nacional, pois um povo que tem a sua própria índole, seu pensamento próprio deve também ter uma língua que seja a expressão desse seu pensamento (espírito), e a literatura romântica, enquanto prática dessa língua, era a expressão direta desta nacionalidade/deste pensamento nacionalista. Foi a partir dessa perspectiva que os escritores românticos construíram a língua nacional brasileira.

Nesse sentido, o discurso romântico constituiu a materialidade da língua nacional (pois entendemos que a relação entre língua e discurso é constitutiva). Ele materializou as ideologias que constituíram o pensamento nacionalista. Entenda-se por materialidade, as condições específicas em que a língua é colocada em funcionamento (ou seja, as condições específicas em que o discurso é produzido).

Desse modo, o discurso romântico explicitava uma realidade lingüística brasileira (tanto estrutural, quanto referencial) que refletia a nossa prática lingüística. Vale dizer que esta realidade (lingüística) brasileira foi realçada pelo sentimento romântico que dominava as idéias desta época.

O discurso romântico trabalhou a língua de uma maneira específica (estamos falando do estilo de escrita romântico), configurando um saber lingüístico legítimo como parte essencial da constituição da cultura do povo brasileiro. Este saber lingüístico configurado pelo discurso romântico evidenciava também novas “relações” entre as palavras, o que implicava na produção de novos sentidos relacionados à brasilidade (da língua). Em outras palavras, o discurso romântico explicitou a construção de um saber gramatical (sintático) que refletia a “consciência” do povo brasileiro.

Desse modo, podemos afirmar que tanto a literatura quanto a gramática não são “disciplinas” que se desenvolvem enquanto “entidades” autônomas, isoladas (fechadas) que possuem características (inerentes) próprias (identificáveis e reconhecíveis universalmente). A existência dessas disciplinas não é abstrata e nem transparente. Tratam-se de discursos (saberes lingüísticos) que se constituem na base da língua (escrita) enquanto instrumentos lingüísticos que constroem a própria existência (imaginária) deste objeto (a língua).

Portanto, estes discursos têm uma espessura temporal (Auroux, 1992:13), isto é, uma materialidade (historicidade) passível de descrição, construída no tempo. Eles se desenvolvem enquanto práticas lingüísticas no interior de uma formação social e num intervalo temporal específico. Estes discursos são partes constitutivas da história da língua de um povo.

Nesse sentido, podemos afirmar que a constituição desses discursos (a literatura e a gramática) consiste na construção da identidade de um povo (ou seja, estamos pensando na constituição do sujeito) e de uma nação (estamos pensando em termos de unidade lingüística).

No Brasil, a constituição desses saberes lingüísticos legítimos (nacionais), enquanto objetos históricos (as gramáticas e as obras literárias), disponíveis para a sociedade brasileira é elaboração particular do século XIX. No entanto, o processo de construção desses saberes sobre a língua nacional não se reduz a um processo em que a língua seria entendida nela e por ela mesma.

Temos aí, também, a construção do lugar da autoria nacional, ou seja, o gramático e o literato estavam legitimando a constituição desses saberes nacionais sobre a língua. Seria a explicitação da existência (legítima) desses saberes lingüísticos nacionais.

Dessa forma, estes autores se colocavam como autoridade do que diziam (instalavam uma discursividade para a língua nacional), eles singularizavam a língua nacional.

A construção dessa língua nacional (de seus saberes lingüísticos) significou, nos termos de Orlandi (1997a:7), simultaneamente, a constituição de um sujeito nacional (o cidadão brasileiro que tem sua língua própria). Com a autoria dos literatos (e dos gramáticos), uma interpretação para a língua nacional estava sendo produzida (e legitimada). Vale dizer que esta interpretação definia a especificidade (a identidade) dessa língua e fixava uma realidade brasileira (tanto em relação aos falantes dessa língua quanto ao próprio “mundo” que ela descrevia - sua exterioridade/sua referência).

Lembremos, ainda, que os escritores românticos instituíam uma língua nacional, enquanto expressão do pensamento/espírito do povo.

Como se vê, não estamos pensando as obras literárias e as gramáticas (produzidas no século XIX) enquanto objetos isolados (cada um no seu território) que têm formas e conteúdos diversos. Também não se trata de pensar estes objetos enquanto documentos da história (transparente) de uma língua. Não queremos ainda olhar para estes objetos apenas do ponto de vista do discurso pedagógico.

Nosso objetivo é produzir uma outra leitura para estes objetos. Uma leitura que considera a materialidade (a historicidade) e a especificidade (as condições de produção) desses objetos. Queremos compreendê-los (nas condições em que eles foram produzidos)

enquanto parte da constituição de uma língua nacional (sua unidade), de um sujeito nacional, enfim de uma formação social.

Em outras palavras, trata-se de uma produção literária e gramatical que se desenvolvia(m) na base da língua escrita (em um espaço/tempo específico) e que imprimia(m) uma materialidade específica para esta língua. Ou seja, esta materialidade particularizava a língua nacional. Ela tornava visível a existência dessa língua nacional e ao mesmo tempo se configurava como parte da existência de um povo e de uma nação, pois como já dissemos, ela “refletia”/ “expressava” as “idéias”/ os “sentimentos” do povo brasileiro.

Em outros termos, pode-se dizer que esta materialidade explicitava a prática dessa língua possível e lhe conferia uma visibilidade representada. Temos, então, na literatura romântica, dicionários e gramáticas do século XIX, manifestações linguísticas legítimas da língua nacional. Estes saberes linguísticos, então, trabalharam a brasilidade (nacionalidade) desta língua; eles transferiram para o território nacional a significação/a referência desta língua. A exterioridade (referência) desta língua estava sendo construída juntamente com a produção desses saberes linguísticos (as obras literárias românticas e as gramáticas). Esses saberes linguísticos (discursos) constituíram a existência da língua nacional. São eles que colocaram a língua em funcionamento e transformaram a sua estrutura. Esses saberes linguísticos habitaram e arranjaram a língua de uma maneira específica (mexendo na sua estrutura e referência).

É, pois, assim (enquanto saberes linguísticos, enquanto discursos que constituíram a língua nacional) que estamos entendendo a produção de obras literárias, de dicionários e (de) gramáticas no Brasil, no século XIX.

Desse modo, entendemos que a produção literária romântica do Brasil não foi apenas o início de uma produção literária nacional. Ela significou também uma referência para a língua nacional que se constituía simultaneamente neste contexto específico.

A língua portuguesa do Brasil necessitava, então, de uma escritura também nacional, não para expandir/difundir os novos vocábulos e os traços particulares que se formavam no Brasil no domínio da língua, mas para instituir uma nova rede de significações (uma memória) que legitimasse as transformações (os deslocamentos) operadas (os) no terreno da língua. Isto significa dizer que a literatura romântica expressou a “suavidade”/a “simplicidade”/a “naturalidade” da língua nacional. Ela explicitou (e atestou) que a língua portuguesa do Brasil não podia ser a mesma de Portugal, visto que os brasileiros tinham suas próprias idéias, sentimentos, etc., e uma língua é a expressão (o instrumento) de “idéias” e “sentimentos” de um povo. Tendo uma produção literária (escritura), a língua (escrita) (a)firmava-se, individualizava-se, legitimava-se.

Nesse sentido, a literatura romântica não representou somente um estilo literário (fechado em si mesmo) que marcou a mentalidade de um povo num certo período. E, também, não se trata de considerar o estilo de escrita romântico, apenas, enquanto uma reação ao modelo de escrita literário vigente (o clássico) até então no domínio deste discurso (=o literário). Estaríamos, desse modo, negando a própria materialidade (existência) da língua. Tampouco podemos considerá-la como um período que reúne autores, obras, características (marcas) que representariam um contexto sócio/histórico/cultural específico.

A literatura romântica, do nosso ponto de vista, está diretamente ligada à questão da língua nacional. Trata-se de um discurso (o literário) que fixou uma mentalidade para o

povo brasileiro. Construiu uma imagem para a língua nacional e para a nação brasileira. Criou uma identidade para a língua e para o povo desta nação. Estamos afirmando que o estilo literário romântico representou uma construção de arquivos (configurou uma memória). Ele instituiu uma discursividade para a língua nacional e para a índole do povo brasileiro.

Desse modo, o estilo literário romântico reuniu um arquivo que constituiu um conhecimento (um saber lingüístico) sobre a língua nacional. Seguramente, ao se construir de um modo e não de outro, uma leitura estava sendo explicitada (imposta) e outras estavam sendo apagadas. Queremos dizer com isto que uma leitura romântica estava sendo produzida para a nação brasileira.

O discurso romântico, nesse sentido, constituiu-se em um lugar em que irromperam correntes filosóficas no gesto de interpretação dos temas nacionais. Os escritores românticos interpretaram o nacionalismo brasileiro tendo em vista filiações teóricas/filosóficas específicas. Ao buscarem na *natureza* e no *índio* a essência do nacionalismo brasileiro (pois estes dois elementos constituíram o “símbolo” da nacionalidade brasileira), nossos escritores estavam produzindo certos sentidos para a língua, para o povo, à nação brasileira e não outros. Dessa forma, o nosso nacionalismo foi interpretado tendo em vista uma certa concepção naturalista (a teoria do “bom selvagem”, de Rousseau).

Entender o Romantismo enquanto discurso significa afirmar que ele, também, produziu certos sentidos para o Brasil e para a língua nacional e não apenas inaugurou uma produção literária nacional (independente, em relação a Portugal).

A literatura romântica, dessa maneira, construiu uma referência para o Brasil e para a língua nacional. Não se trata, portanto, de pensar que o Romantismo “ocultou” o verdadeiro Brasil e a verdadeira língua brasileira, mostrando apenas um Brasil “utópico” (fantasioso) e uma língua brasileira “irreal” (impossível). Não acreditamos que é o objeto que constrói o discurso, mas sim o discurso que constrói o objeto.

Desse modo, não se pode falar, por exemplo, de um Brasil que tenha sido sempre já um Brasil, temos, ao contrário disso, discursos que foram imprimindo sentidos para este país. Pode-se afirmar, então, que a literatura romântica descreveu/interpretou certos elementos como a “essência” deste país.

Nesse sentido, ao se constituir de um modo e não de outro, o discurso romântico produzia certos sentidos para o Brasil e não outros. Tratava-se de exaltar (e afirmar) o *índio*, a *natureza*, e o nosso *passado histórico* como a “alma nacional”. Foram estes elementos que constituíram a referência para o (do) Brasil na literatura romântica, ou seja, trata-se de relacioná-los à constituição de sentidos referentes à brasilidade deste país.

A literatura romântica, portanto, identificou o Brasil tendo como base o sentimento de orgulho (sentimento nacionalista), em relação às riquezas naturais deste país (o índio e a natureza). Decorre daí a nossa afirmação de que o Romantismo construiu uma imagem romantizada (naturalizada) para o Brasil. Estamos querendo dizer com isto que a constituição do discurso romântico se deu de maneira específica no Brasil, e a sua materialidade histórica é parte das condições do processo em que se desencadeou a construção da língua nacional brasileira/da nação brasileira.

É nesse sentido que entendemos também, conforme já dissemos, que a materialidade histórica do discurso romântico constituiu a referência da língua nacional brasileira (e da nação brasileira).

Por outro lado, dizer que o índio na literatura romântica é considerado um elemento natural deste país não significa afirmar a sua inclusão na constituição da nossa história, tratava-se, ao invés disso, de conferir a ele um lugar fictício (fantasioso) na história do Brasil, ou seja, reproduzia-se a idéia de que o índio representava a origem deste país. Desse modo, produzia-se o seu apagamento na história (real) deste país, pois ele aparece apenas enquanto “personagem” desta história e não como parte constitutiva da mesma.

O discurso romântico instaurou um outro olhar para a língua portuguesa escrita que se praticava no Brasil. Um olhar determinado, de um lado, por um sentimento (o sentido) nacionalista que se propagava (e se impunha), tendo em vista a situação política do país (a urgência em se constituírem discursos que configurassem a nação brasileira, bem como constituírem-se discursos sobre a língua nacional), e por outro lado, pelo sentido romântico que afetava o discurso dos autores dessa época.

O pensamento romântico brasileiro, portanto, constituiu-se na busca de se construir uma consciência nacional. Em outras palavras, tratava-se, então, de construir a imagem de um país que tem suas “próprias raízes” e sua própria individualidade. A constituição do discurso romântico estava articulada à emergência da instituição da autonomia da nação brasileira. Pode-se dizer que esta autonomia (a nossa independência) foi construída, em termos de unidade política, com a instituição da língua nacional. Ou seja, a nossa autonomia política consolidava-se com a nossa autonomia lingüística/ do “pensamento”/do “espírito”.

Estamos querendo dizer que a literatura romântica é um lugar privilegiado para se observar a construção dessa unidade lingüística (e política).

O Romantismo, portanto, constituiu-se num acontecimento lingüístico/discursivo que deu a visibilidade de uma língua simples, fácil, concisa, etc. É este acontecimento de linguagem que instaura o imaginário da língua nacional e da nação brasileira. Ele funda<sup>3</sup> a história de uma língua nacional.

A literatura trabalha a unidade de uma língua/ de um povo/ de uma nação. O discurso romântico, dessa perspectiva, representou a instituição da língua nacional que se materializou com o funcionamento de vocábulos nacionais e mecanismos lingüísticos que constituíram a “interioridade” (a essência) dessa língua (nacional).

Desse modo, instituía-se com o discurso romântico um léxico e uma gramática representativos da língua nacional. Não se trata, porém, de pensar este léxico e estes mecanismos lingüísticos (a gramática) apenas sob um ponto de vista histórico (da perspectiva cronológica) da língua. Em outras palavras, uma língua não somente enriquece com a criação de novos vocabulários, ou simplesmente evolui com a construção de arranjos gramaticais. Trata-se de compreender o modo (as condições) como este léxico e estes arranjos gramaticais se incorporaram à língua portuguesa do Brasil, no século XIX, tendo em vista a construção de dicionários, gramáticas e obras literárias, enquanto objetos

---

3 Estamos compreendendo o Romantismo enquanto um discurso fundador (Orlandi, 1993a:13), pois ele instaura uma nova ordem de sentidos para a língua portuguesa no Brasil, ou seja, ele re-significa a língua portuguesa tradicional, fazendo deslocamentos, em relação à escrita (a sintaxe e ao léxico) e à significação (a referência) desta língua.

históricos que representam uma língua escrita.

No caso específico da língua portuguesa no Brasil, podemos afirmar que desde o início, no século XVI, as condições em que essa língua era praticada, já produzia um deslocamento em relação à língua portuguesa de Portugal. Porém a constituição de discursos sobre a língua nacional (brasileira) - estamos falando da literatura, da gramática e de dicionários - é particularidade do século XIX.

Entendemos, então, que, com a configuração do discurso romântico constituía-se a imagem da língua (escrita) nacional, ao mesmo tempo em que se instituiu um conhecimento legítimo produzido nessa língua.

### 3 - O ROMANTISMO: UM SABER LINGÜÍSTICO NACIONAL

A constituição da língua nacional brasileira deve ser pensada em relação à construção de objetos simbólicos sócio-históricos (cf. Orlandi, 1997b:4) que vão configurar a realidade (o imaginário) desta língua.

O século XIX é o momento particular para se pensar esta questão da língua nacional brasileira (como ela se instituiu) na sua relação com a literatura. Isto quer dizer que, as obras literárias, as gramáticas e os dicionários que foram produzidos após a data da nossa independência política, constituíram (são constitutivos da) a “materialidade” da língua nacional brasileira. A construção desses objetos históricos, então, instaurava o imaginário de uma língua nacional.

Podemos afirmar que a questão da língua nacional brasileira é antes de tudo uma questão de política do Estado. A construção da língua nacional brasileira está atrelada à construção da nação brasileira. Não se trata de processos independentes. Trata-se de um gesto de apropriação da língua, efetuado pelos autores brasileiros, que vão produzir uma certa interpretação/leitura desta língua para o brasileiro. É somente quando pensamos estas relações que podemos falar em termos de uma língua nacional brasileira (que tem sua unidade/identidade própria)/e de um sujeito nacional (um cidadão que tem sua língua própria).

Uma língua, portanto, não se define (institucionalmente), tendo em vista o povo que a fala, mas a partir da instituição de objetos simbólicos sócio-históricos (as obras literárias, a gramática e o dicionário) que a representam em termo de escrita. É nesse sentido que podemos afirmar que a língua nacional brasileira se instituiu pela escrita e não pela

oralidade, o que significa dizer que temos uma sociedade configurada pela escrita e não pela oralidade.

Como já dissemos, a literatura romântica não constituiu apenas um documento (conjunto de textos que atestaram a existência da língua nacional) da língua nacional. Ela é parte constitutiva dessa língua. Ela criou a ilusão (a realidade) de uma língua original brasileira que tinha uma essência própria/natural. Ela constituiu a manifestação original dessa língua.

Trata-se também de pensar a literatura romântica enquanto um conhecimento interpretativo da língua nacional (saber lingüístico), onde o autor romântico era o responsável pela escrita dessa língua, em outros termos, era o autor romântico quem legitimava uma certa (prática) escrita dessa língua nacional. O autor romântico criava o imaginário de uma língua escrita nacional. Ele estava no lugar de quem interpretava (descrevia) esta língua para o brasileiro, ou seja, ele instituiu uma certa interpretação/leitura para esta língua (escrita) nacional.

Vemos, então, que o autor romântico (o literato) colocava-se na posição de quem produzia uma leitura da língua nacional para o brasileiro. Ele instituiu uma maneira de se escrever (e de se olhar para) esta língua nacional. Estamos afirmando, de um modo geral, que a literatura romântica configurava-se como uma prática escrita (legítima) da língua nacional; ela tornava-se o modelo dessa língua nacional escrita. Enfim, a literatura romântica estava ligada à constituição (e instituição) de uma língua nacional escrita. Ela configurava uma escritura interpretativa dessa língua. Ela constituiu um domínio onde a língua escrita nacional tornava-se visível/representável e passível de descrição/interpretação.

Temos, então, na literatura romântica a instituição de uma língua escrita nacional (estamos pensando em termos de representação dessa língua nacional), bem como a construção de um arquivo literário (= escritura) que configura a memória escrita da língua nacional e da sociedade brasileira.

Por outro lado, a concepção de língua nacional, defendida pelos autores românticos, em relação à discussão alimentada (sobretudo a partir do final do primeiro quartel do século XIX) sobre a emergência de se instituir uma língua brasileira em oposição à tradicional língua portuguesa, sustentava-se fortemente no sentimento de orgulho nacionalista. Também a respeito da construção da língua nacional, os escritores românticos retomavam os pressupostos de uma “teoria naturalista”. Desse modo, a língua nacional aparece como uma língua natural/singela/pura (não afetada) no discurso romântico. Decorre daí a busca de uma língua que exprimisse com simplicidade e concisão o pensamento brasileiro. Este argumento, de fato, significou considerar este sentimento nacionalista na sua evidência (=ilusão subjetiva), sem que se desse a devida atenção às “possíveis diferenças estritamente lingüísticas que poderiam estar diferenciando os dois sistemas: o português e o brasileiro” (Tarallo, 1996:59). Enquanto, de um lado, um conhecimento específico (teórico) sobre a língua nacional era produzido nesta direção (que considerava a constituição da língua nacional ligada ao sentimento nacionalista), por outro, a identidade da língua nacional estava sendo construída por estes autores através de suas produções literárias que constituíam um saber lingüístico específico dessa língua. A produção literária romântica configurou uma língua investida de emoção, sentimento...

Para os escritores românticos, o estilo clássico da língua portuguesa não era “adequado” para exprimir “o sentimento/o pensamento” brasileiro. Vejamos, no trecho

que segue, o que pensava o escritor José de Alencar a respeito do estilo clássico, especificamente no que se referia à longa série de orações amontoadas em um só período:

*“Para meu gosto, porém, em vez de robustecer o estilo e dar-lhe vigor, essa acumulação de orações ligadas entre si por conjunções relaxa a frase tornando o pensamento difuso e lânguido.*

*As transições constantes, a repetição próxima das partículas que servem de atilhos, o torneio regular das orações a sucederem-se umas às outras pela mesma forma, imprimem em geral ao chamado estilo clássico certo caráter pesado, monótono e prolixo, que tem sua beleza histórica, sem dúvida, mas está bem longe de prestar-se ao perfeito colorida da idéia. Há energias do pensamento e cintilações do espírito, que é impossível exprimir com semelhante estilo”* (José de Alencar apud Pinto, Edith Pimentel. *O português do Brasil - textos escritos e teóricos - vol. 1 (1820 - 1920) - fontes para a teoria e a história.* Editora da Universidade de São Paulo, 1978: 82).

Esta concepção de língua nacional que se configurava com o discurso romântico, explicitava a necessidade de uma língua que refletisse o pensamento do povo (o espírito popular) que a falava, ou seja, uma língua que fosse instrumento (expressão) das idéias do povo brasileiro.

Na concepção romântica, acreditava-se (de uma maneira especial) que havia uma relação direta entre língua e pensamento, entre criação literária e imaginação (inspiração). Os românticos, portanto, defendiam a existência de uma língua nacional, tendo em vista a naturalidade do pensamento brasileiro, ou seja, para os românticos uma língua reflete o espírito do povo que a fala. Essa era a filiação teórica dos escritores românticos. Eles associavam a língua nacional à uma língua *natural/libertada*. É nessa direção que os românticos reivindicavam a individualidade da língua brasileira.

Desse modo, o discurso romântico/o autor romântico criava uma realidade (imagem) romântica, natural, ideal para a nação brasileira, para a língua nacional, enfim para o cidadão brasileiro. Esta realidade, construída pelos autores românticos, assegurava-se numa interpretação utópica/positivista (fantasiosa) do “mundo” que os cercava, ou seja, os românticos estavam criando um mundo, cujas bases eram sustentadas pelo idealismo, pela imaginação. Este sentimento romântico (este imaginário) que constituía estes autores, estabelecia uma leitura (uma interpretação) para esta nação (para as diferentes raças que a constituíam, para a língua falada, para o clima, para a natureza, para o ambiente, etc.). Enfim, este sentimento romântico que se configurava, refletiu (afetou) na maneira como os autores desta época se posicionaram diante da questão da independência política deste país e conseqüentemente na maneira como eles vão conceber a língua nacional brasileira (= a nossa independência lingüística).

Ressaltemos que para os escritores românticos a independência política levou à independência do pensamento/ do espírito. A nossa independência política foi interpretada pelos românticos a partir de um exacerbado sentimento/orgulho nacionalista. Decorre daí a criação de uma imagem natural, romântica, ideal para a nação brasileira. Afetados pelo sentimento romântico, os autores deste período, por meio de seus discursos (suas produções literárias), criavam uma realidade social/cultural/política/lingüística específica para a nação brasileira.

Estamos afirmando que a literatura romântica criou uma identidade para a língua nacional brasileira e ao mesmo tempo criou uma identidade para o povo brasileiro. Sem dúvida, é a formação da autoria brasileira que configurou este lugar singular para a nação brasileira (sua língua e seu povo).

Desse modo, a imagem criada para o brasileiro pelos autores românticos tem a ver com o estereótipo de um homem dotado de bondade natural, de pureza (puro). O brasileiro não é visto, então, como um cidadão que se constituía de alguma forma no interior desta nação. Da mesma forma, a concepção de língua fixada pelos românticos tem a ver com uma imagem de língua *libertada*, simples, que refletia o pensamento (espírito) original/natural do povo que a falava. As reais diferenças que se constituíam entre o português do Brasil e o de Portugal, dadas as condições em que a língua portuguesa se historicizava no Brasil, não foram consideradas efetivamente pelos autores românticos.

É preciso, pois, um certo distanciamento<sup>4</sup> em relação ao *corpus* de análise, afim de compreendê-lo nas suas “complexas” relações, a partir de um certo dispositivo teórico; interessa-nos, especialmente, a materialidade da linguagem, as condições (histórica, social e ideológica) em que ela foi produzida, o espaço das regularidades que condicionam a linguagem, ou seja, a inscrição de enunciados em espaços discursivos com regularidades definidas (as formações discursivas).

Estamos fazendo essas considerações para mostrar que um acontecimento discursivo não se constitui por si e para si mesmo, a exterioridade/anterioridade é parte constitutiva dele. É necessário também libertar-se de todo um jogo de noções e relações (exercer influências) que consideram o acontecimento discursivo como um conjunto homogêneo de enunciados que tem sua origem na consciência dos

---

4 Livrar-se da história enquanto sucessão de fatos, encadeamentos de idéias, ou seja, não encará-los ingenuamente, positivamente - não ficar na transparência da linguagem que já descreve os fatos a partir de um lugar bem definido; a Análise de Discurso se posiciona criticamente diante deste positivismo.

indivíduos. Estamos falando das noções de *tradição*, de *influência*, de *desenvolvimento e evolução* e, finalmente, das noções de *“mentalidade”* ou de *“espírito”* (cf. Foucault, 1997:23,24). Todas essas noções remetem a uma referência obscura/abstrata que não resiste a uma análise concreta (que não pretende ficar, apenas, nas evidências e no positivismo dos conceitos), apesar da eficácia de suas funções.

Nesse sentido, não temos uma “tradição” espontânea de língua e literatura, tampouco se trata de pensar esses dois objetos enquanto uma extensão (ou continuidade) da língua e da literatura portuguesa, no Brasil (a influência). Não há, segundo o que pensamos, apenas “influência”. Nossa língua e nossa literatura não somente reproduziram as idéias portuguesas (estrangeiras). Se pensarmos essas “influências” em termos discursivos, “temos relações de sentidos que se estabelecem entre o português do Brasil e o de Portugal e veremos nessas ‘influências’, nessas filiações teóricas um processo de re-significação tanto da língua quanto do saber sobre ela” (Orlandi, 1997a:6). Também não se trata de pensar os avanços progressivos (contínuos) e as inovações operados no domínio da língua e da literatura no Brasil, enquanto desenvolvimento (evolução) desses objetos, tomados somente no aspecto temporal (cronológico). Uma língua não apenas enriquece com o aparecimento de novos fatos lingüísticos que se incorporam a ela. E por fim, também, não estamos pensando que, num tempo e espaço específico, a língua e a literatura refletiriam o pensamento (a consciência) de um povo (coletivo), dado o contexto histórico, social e cultural dessa época.

Segundo a perspectiva a que nos filiamos esta relação entre língua e pensamento não deve ser entendida como (uma relação) direta (automática), ou seja, a língua não, apenas, reflete o pensamento de um povo. Aqui, estamos sendo crítico em relação às

teorias que concebem a língua como produto direto do pensamento. Ela constrói o modo de pensar de um povo. Ela é estruturante de um pensamento coletivo. A língua, portanto, antecede (precede) o pensamento. Trata-se de compreender a língua como uma rede de significações (que compreende a sua referência) estruturante do pensamento. E este (o pensamento) é efeito dos espaços de memória que o constituem. A língua<sup>5</sup>, portanto, tem a ver com a posição discursiva em que o sujeito está inscrito. Estamos, desse modo, recusando as concepções que definem a língua no seu nível cognitivo (abstrato). Ao invés disso, propomos pensar a língua em seu funcionamento.

Nesse sentido, a língua nacional não deve ser pensada em relação à fala (oralidade) do povo, pois não se trata de explicitar esta língua. Trata-se de pensar a construção de saberes lingüísticos que refletiam sobre/e refletiam a “indole” da língua nacional. Estes saberes lingüísticos descreviam/interpretavam a língua nacional. Em outros termos, a instituição de uma língua escrita deve ser pensada a partir de objetos históricos que criam a realidade (o imaginário) de uma língua que tem uma unidade. Desse modo, tanto a literatura, quanto a gramática, e o dicionário constituem os objetos que “descrevem” o pensamento (constituído ideologicamente) de um certo povo, em uma certa época e num certo espaço, ou seja, eles “representam” uma certa nação/o pensamento do povo desta nação. Porém, eles não constituem objetos que descrevem a fala do povo. Não é enquanto descrição da oralidade que estamos compreendendo a construção da língua nacional brasileira.

---

5 O modo como as marcas lingüísticas se imprimem na língua, marca o funcionamento discursivo: posição sujeito e formações discursivas que estão em jogo.

Queremos ressaltar que é a idéia de nacionalismo<sup>6</sup> que instalou esse imaginário de “língua natural” (expressão do espírito popular) para a língua nacional. Não encontraremos, portanto, na língua e nem na literatura “*caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis*” (Foucault, 1997:25). Estamos propondo (sim) pensar a constituição de uma língua e de uma literatura nacional (considerando o discurso romântico enquanto um saber lingüístico - um objeto histórico - que se constituía em condições específicas e que é parte constitutiva da língua nacional).

O discurso romântico, então, se configurava ao mesmo tempo (em) que a nação brasileira se constituía (com a independência política) e a língua nacional (nossa independência lingüística) se instituía com certos sentidos e não outros. Queremos pensar o discurso romântico como um lugar especial em que estes processos de individualização (da língua, da nação) se desencadearam.

Para nós, o discurso romântico materializava uma linha teórica nacionalista que evidenciava a formação de um pensamento brasileiro, concernente à língua e à literatura. Trata-se, então, de compreender o discurso romântico enquanto uma teorização do pensamento brasileiro.

Nossa hipótese, nesta dissertação, é a de considerar que o Romantismo (enquanto discurso), a nação brasileira e a língua nacional não se constituíram isoladamente/independentemente, mas fazem parte de um mesmo processo de significação em que estão intimamente articulados no século XIX. Trata-se de uma relação constitutiva

---

6 O nacionalismo brasileiro foi construído segundo filiações teóricas específicas. Lembremos que o naturalismo de Rousseau (a teoria do “bom selvagem”) estava na base da constituição do discurso romântico.

entre *discurso/lingua/nação*.

Sabemos também que escritores (e outros estudiosos) travaram polêmicas, acerca da questão da língua e da literatura do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. De qualquer forma, é interessante notar que as idéias defendidas por estes escritores e estudiosos (portugueses e brasileiros) da época (envolvidos nessas polêmicas) partiam de lugares teóricos bem definidos, já nos meados do século XIX (momento em que o discurso romântico se configurava). Essas posições teóricas se constituíram dadas as condições históricas e ideológicas em que foram produzidos os discursos em um tempo e espaço determinados (o Brasil - uma colônia que se tornava Estado independente no início do século XIX; período também em que o discurso romântico se constituía). Duas vertentes<sup>7</sup>, portanto, já bem delineadas neste período, dirigiam para lugares bem distintos, são elas: 1ª) a afirmação de uma “variante brasileira” da língua portuguesa, em termos de fala. E aqui temos duas correntes que se esboçavam claramente: 1ª.a) a corrente que se baseia em fatos, nas investigações, sempre predominantemente fonológicas e léxicas, de documentar pela evidência, por fatos notórios, a realidade lingüística brasileira. 1ª.b) a corrente de caráter emocional. Nesta vertente, predomina um sentimento nacionalista na abordagem dos fatos da língua. Em contrapartida, temos uma outra via para se pensar esta questão da língua nacional, conforme apontamos acima: 2ª) Nesta linha, estão aqueles (escritores e estudiosos) que vêem a existência da “língua brasileira” como o desvio, a incorreção, a pecha, o erro, a corrupção, em relação à língua portuguesa (de Portugal). Para compreendermos melhor estas duas vertentes (estas duas formações discursivas),

---

7 Queremos destacar que estas duas vertentes configuravam duas formações discursivas.

citaremos a polêmica travada entre o escritor brasileiro José de Alencar e o escritor/filólogo português Pinheiro Chagas em 1870. Este último fez críticas à linguagem de Alencar em *Iracema*. Alencar responde em um pós-escrito na segunda edição desta mesma obra (*Iracema*). As críticas de Pinheiro Chagas são referentes a neologismos e certas construções gramaticais: uso do artigo (parcimônia no emprego do artigo definido), omissão do *se* reflexivo de certos verbos, e a famosa questão da colocação dos pronomes pessoais (*tratam-se*, portanto, de supostas incorreções). O fragmento que segue, transcreve o cerne da polêmica entre estes dois escritores:

*“Não, esse não é o defeito que me parece dever notar-se na Iracema; o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela) chegarão a ser risíveis se se quiserem tomar as proporções de uma insurreição em regra contra a tirania de Lobato”* (grifo nosso) (José de Alencar. Pós-escrito à 2ª ed. de *Iracema*, 1879 apud Pinto, Edith Pimentel, 1978: 73).

Alencar responde em um pós-escrito à 2ª ed. de *Iracema*, 1870:

*“Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas a nós escritores brasileiros do crime de insurreição contra a gramática de nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português!*

(...)

*Se a transformação por que o povo português está passando no Brasil importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se importa, como eu penso,*

*uma elaboração para a sua florescência, questão é que o futuro decidirá e que eu me proponho tratar largamente na obra a que já aludi. Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos elementos de força e grandeza, não aperfeicou o instrumento das idéias, a língua.*

(...)

*Aproveitarei o ensejo para defender-me de alguns neologismos, termos e locuções, pelos quais tenho sido censurado; a eles, sem dúvida, se referiu o Sr. Pinheiro Chagas, quando me qualificou de inovador, embora não me compreendesse entre os mais audazes.*

*Nesta, como em todas as minhas obras recentes, se deve notar certa parcimônia no emprego do artigo definido, que eu só uso quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do discurso. Isto que nada mais é do que uma reação contra o abuso dos escritores portugueses, que empregam aquela partícula sem tom nem som, me tem valido censuras de incorreto.*

(...)

*É também matéria de escândalo a colocação dos pronomes pessoais que servem de complemento ao verbo, me, te, lhe e se. Entendem que nós os brasileiros afrancesamos o discurso, fazendo em geral preceder o pronome, quando em português de bom cunho a regra é pospor o pronome.*

*Tal regra não passa de arbítrio que sem fundamento algum se arrogam certos gramáticos. Pelo mecanismo primitivo da língua, como pela melhor lição dos bons escritores, a regra a respeito da colocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza e elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento” (grifos nossos) (José de Alencar. Pós-escrito1 à 2ª ed. de Iracema, 1870 apud Pinto, Edith Pimentel, 1978: 73, 75,76,77, 79).*

Nos anos de 1879-80 dá-se a polémica entre Carlos de Laet (lembramos que ele foi Prof<sup>o</sup> do Colégio Pedro II, um dos autores da Antologia Nacional, jornalista, Anti-

republicano) e o escritor português Camilo Castelo Branco. Esta polêmica teve início com um artigo de Camilo Castelo Branco em que a poesia e os poetas brasileiros são duramente criticados e ironizados, em relação ao emprego de certas formas gramaticais consideradas “desvios”/“incorrekções gramaticais”, e quanto a forma material do poema (a construção das estrofes).

Considerando um prólogo do poeta Fagundes Varela, o escritor português, Camilo Castelo Branco, aponta, ironicamente, “erros gramaticais”, tendo em vista a gramática (a sintaxe) da língua portuguesa tradicional. Transcreveremos, a seguir, alguns trechos em que o escritor português acusa o poeta brasileiro de “incorrekções gramaticais”:

1- *“Qual é o estadista, o homem de negócios que não se sentiu alguma vez na vida poeta, que aos ouvidos de uma pálida Madalena ou Julieta, esquecendo-se dos algarismos e da estatística, não se lembrou que haviãm brisas e passarinhos, ilusões e devaneios?”* (Camilo Castelo Branco apud SENNA, Homero (org.). *Obras seletas de Carlos de Laet - II - polémicas*. Rio de Janeiro: Agir: Fundação Casa Rui Barbosa; [Brasília]: Instituto Nacional do Livro, 1984: 41).

Em relação a este recorte, Camilo Castelo Branco destaca, ironicamente, o erro de concordância do verbo haver:

*“Também seria bom lembrar-se aos ouvidos de Madalenas e Julietas, que havia regras para o verbo haver, além de brisas para refrigério da epiderme, e passarinhos para deleite dos ouvidos. Em poesia, um sabiã não substitui a sintaxe, e as flores do ingá que recendem no jequitibá não disfarçam a corcova dum solecismo”* (Camilo Castelo branco apud op. cit.: 41).

2- *“Escrevendo estas linhas e dando à publicidade este volume, o autor pede e espera que as musas lhe favoreçam com a ausência da sua divina inspiração”* (Camilo Castelo Branco apud op. cit.: 43).

Neste fragmento, Camilo critica e ironiza o “brasileirismo” de regência (lhe em lugar de o, conforme manda a tradição da língua), ressaltando:

*“Eu também faço votos por que as musas lhe favoreçam com a ausência da sua divina inspiração. Por estes dizeres parece que foi divinamente inspirado Fagundes”*  
(Camilo Castelo Branco apud op. cit.: 43).

Referindo-se à uma das canções do poeta Fagundes Varela, o escritor português critica as construções gramaticais (sintáticas) e as construções das estrofes (desse poema) que se “desviavam” da escrita do português clássico e da forma material do poema tradicional. Dessa forma, para Camilo Castelo Branco, as construções gramaticais dos poetas brasileiros, que explicitavam a “liberdade de criação” e obedeciam as “sensações do espírito nacional”, eram consideradas “incorrekções gramaticais”, pois elas se desviavam (corrompiam o) do modelo tradicional da língua portuguesa. O escritor português apontava como “feição característica” da moderna poesia brasileira os descuidos gramaticais, decorrentes da nossa maneira “simples/espontânea” de falar. Porque a língua praticada pelos poetas brasileiros não se adequava à língua clássica dos escritores portugueses, os poemas brasileiros eram desqualificados, eram associados a uma “inspiração natural” que não “obedecia” às regras gramaticais. Essa era a imagem que os escritores portugueses construíam para o poema brasileiro. Uma imagem associada ao

“erro” , ao “descuido”, em relação ao modo de se trabalhar a tradicional língua portuguesa, no Brasil. Ou seja, o poema brasileiro, no discurso do escritor português, desqualificava a tradicional língua portuguesa.

Nesse sentido, a construção da língua nacional brasileira representou a “incorreção”, o “desleixo”, o “erro”, tendo em vista a língua portuguesa praticada pelos clássicos. No recorte que segue, Camilo mostra que a poesia brasileira é afetada por “erros gramaticais”, ou seja, os poetas brasileiros estavam “corrompendo” o modelo tradicional da língua portuguesa:

*“Não o faz por menos (Camilo está se referindo a Fagundes Varela), e prova-o nesta canção que denota país novo e árvore nova de muita seiva um pouco atacada de pulgão e lagarta.*

#### CANÇÃO LÓGICA

*Eu amo, tu amas, ele ama..*

*Teus olhos são duas sílabas*

*Que me custam soletrar,*

*Teus lábios são dois vocábulo*

*Que não posso,*

*Que não posso interpretar.*

*Teus seios são alvos símbolos*

*Que vejo sem traduzir;*

*São os teus braços capítulos*

*Que podem,*

*Que podem-me confundir.*

*Teus cabelos são gramáticas*

*Das línguas todas de amor,*

*Teu coração - tabernáculo*

*Muito próprio,*

*Próprio de ilustre cantor.*

*O teu caprichoso espírito,*

*Inimigo do dever,*

*É um terrível enigma*

*Ai! Que nunca,*

*Que nunca posso entender.*

*Teus pezinhos microscópicos,*

*Que nem rastejam no chão,*

*São leves traços estéticos*

*Que transtornam,*

*Que transtornam a razão!*

*Os preceitos de Aristóteles*

*Neste momento quebrei!*

*Tendo tratado dos pincaros,*

*Oh! Nas bases,*

*Nas bases me demorei.”(Camilo Castelo Branco apud op.*

Fagundes Varela, nesta canção, destaca que a língua clássica não se “adequava” (pois ela não descrevia perfeitamente “os relevos do pensamento”) à inspiração do poeta, uma vez que ela própria tinha uma ordem lógica, ou seja, as formas da língua clássica se ajustavam à razão e não à imaginação/à emoção. Portanto, a gramática da língua clássica construía a lógica/a razão do pensamento. Esta gramática se adequava ao pensamento dominante da época em que ela foi constituída: época em que predominou a razão/o pensamento racional (lógico).

O discurso romântico brasileiro, nesse sentido, configurava a língua nacional como uma língua “emotiva”, uma língua romântica, ou seja, foram estes sentidos que o discurso romântico imprimiu para a língua nacional. Foi esse o deslocamento que os escritores românticos fizeram ao produzirem suas obras literárias. Elas deram a visibilidade de uma língua “investida de emoção” - capaz de “expressar o espírito nacional”. Esta é a materialidade da língua nacional trabalhada pelos escritores românticos. Esta língua “emotiva”, portanto, se organizou em um contexto específico: o da constituição da língua nacional/e da nação brasileira. Certamente que os sentidos constituídos para a língua nacional estavam relacionados a uma série de acontecimentos que irrompiam nesta época e também à rede de memória (o interdiscurso) que configurou sentidos para o nosso país. Nessa direção, o discurso romântico singularizava a língua portuguesa do Brasil, ou seja, este discurso instaurou um funcionamento próprio para esta língua em território nacional. O Romantismo brasileiro, então, deslocava a língua portuguesa tradicional/clássica/lógica/racional para uma língua portuguesa emotiva, simples, natural, espontânea...(que é a língua nacional brasileira).

Por outro lado, queremos destacar também que o segundo verso do poema citado acima: “*Que me custam soletrar*”, apresenta confusão em relação a concordância, pois *custam* parece concordar com *duas sílabas*, quando na verdade deveria, de acordo com a norma gramatical, concordar com o verbo substantivado: *soletrar* que ocupa o lugar de sujeito; *que* (duas sílabas) funciona como objeto direto nesta oração (e não como sujeito, como pensou o poeta). Desse modo, teríamos como a ordem direta desta oração:

*Teus olhos são duas sílabas*

*soletrar as duas sílabas custa-me.*

No décimo verso: “*Que podem-me confundir*”, há um problema quanto a colocação do pronome átono *me*, pois este foi colocado exatamente onde não deveria, segundo as regras gramaticais. O pronome relativo *que* exige a próclise. Ou ainda seria possível também, empregar a ênclise, uma vez que a sílaba final do verbo *confundir* atrairia o pronome átono (*me*), por ser tônica. Desse modo teríamos:

*São os teus braços capítulos*

*Que podem,*

*Que me podem confundir.*

ou,

*São os teus braços capítulos*

*Que podem,*

*Que podem confundir-me.*

Porém, essa explicação de ordem sintática (que leva em consideração apenas a interioridade da língua, ou seja, a língua estudada nela mesma), não é suficiente para compreendermos a questão, referente à língua nacional, colocada pelos escritores românticos. Essa “mistura de concordância”, como aparece no segundo verso do poema, materializava as ideologias (a liberdade de criação, a desobediência à norma clássica) formadoras do pensamento romântico brasileiro. Tendo isso em vista, procuraremos mostrar o funcionamento dessa materialidade lingüística do discurso romântico descrevendo as condições de produção desse discurso. Este é o cerne da análise que pretendemos empreender neste trabalho. É a exterioridade (a referência) da língua nacional (instaurada pelos românticos) que procuraremos descrever nesta dissertação e não a sua interioridade própria (imaneente).

Não se trata de dizer que os escritores românticos eram displicentes ou desobedientes, em relação ao português clássico. A questão para nós é ideológica, enfim é de tomada de posição.

Esta canção de Fagundes Varela foi citada por Camilo Castelo Branco para exemplificar/argumentar que o poema brasileiro estava desqualificando a língua portuguesa tradicional (o poema clássico). Ou seja, para o escritor português os poetas brasileiros estavam corrompendo a língua portuguesa com a construção de seus poemas. Tratava-se, então, de “rebaixar” a língua que se praticava no Brasil, através do poema.

Uma vez que a língua portuguesa praticada pelos poetas brasileiros não tinha mais como referência a língua dos clássicos portugueses, construía-se uma certa imagem, ancorada na falta de correção para esta língua. Dessa forma, os escritores portugueses

continuavam com a autoridade sobre a língua portuguesa, ou seja, eles mantinham a exclusividade sobre esta língua (continuavam sendo os verdadeiros autores desta língua).

Essas polêmicas que se constituíram em torno da língua que se praticava no Brasil (século XIX), pensando a posição dos escritores portugueses, podem ser entendidas enquanto a “imposição” do modelo clássico da língua portuguesa aos escritores brasileiros. Daí os escritores portugueses acusarem (censurarem) os brasileiros (os poetas) de estarem “corrompendo” a língua portuguesa tradicional. Os escritores portugueses, então, eram os verdadeiros autores da língua portuguesa, ao passo que os escritores brasileiros “corrompiam” a imagem desta língua, caindo em “incorreções gramaticais”. Em outros termos, os escritores portugueses falavam do lugar de “proprietários” dessa língua. Cabia, unicamente, a eles o direito de autoria desta língua. Eles eram falados por uma certa memória discursiva que configurava a tradicional língua portuguesa como o modelo para todos os escritores dessa língua (tanto os de território português, quanto os de território brasileiro).

Nesse sentido, as transformações (pois transformar uma língua pressupõe um gesto de autoria sobre a mesma) operadas na língua portuguesa, pelos escritores (poetas) brasileiros, foram tomadas como “erros”/ “incorreções”, tendo em vista que o direito de autoria sobre esta língua cabiam aos escritores portugueses e não aos escritores brasileiros. Na verdade estas polêmicas se constituíram em torno do imaginário da língua portuguesa, e não em torno do real desta língua.

Estas polêmicas, em torno da língua que se praticava no Brasil, no século XIX, tornaram visível a relação sensível entre língua e literatura na construção da língua escrita nacional. As críticas levantadas pelos escritores portugueses, em relação à construção da

língua escrita nacional, foram formuladas no espaço da literatura, por se tratar da materialidade (escritura) dessa língua.

As produções literárias românticas constituíram a representação visível desta língua escrita nacional (estamos pensando em termos de escrituração dessa língua, conforme já apontamos). Era em torno da literatura que os escritores (e outros estudiosos da língua) portugueses e brasileiros discutiam/debatiam a unidade/diversidade da língua portuguesa nestes dois territórios. Era através da produção literária romântica que a língua escrita nacional legitimava-se.

No Brasil, século XIX, tínhamos a emergência de se instituir uma língua (escrita) e uma literatura (escritura) nacionais para nos representarmos como cidadãos dessa nação. A literatura romântica construiu a “essência” do povo brasileiro. Ela construiu a nossa referência nacional. Desse modo, a materialidade lingüística/discursiva das produções literárias românticas descrevia/interpretava a “natureza” do brasileiro (ou seja, produzia uma certa interpretação para o brasileiro).

A literatura romântica brasileira constituiu-se num processo de interiorização de nossos valores, de nossa cultura, de nossos sentimentos (de nosso próprio pensamento), por meio da “internalização” da língua nacional (sujeito, língua e nação constituíam-se simultaneamente). Trata-se de pensar a instituição da língua nacional brasileira (estamos pensando, especialmente, na produção literária romântica), enquanto a materialização da nossa cultura, do nosso pensamento, dos nossos valores. Estes traços da nossa identidade nacional foram constituídos pela literatura romântica. Daí a relação entre língua e literatura ser tão complexa, em se tratando de se querer estabelecer as fronteiras entre uma e outra. Elas, na verdade, completam-se para se construir uma unidade. Uma produz a

imagem da outra. É dessa forma que estamos compreendendo a relação entre língua (escrita) e literatura (escritura), no Brasil, século XIX, na construção da língua escrita nacional.

Por outro lado, tendo em vista o artigo “Fagundes Varela” de Camilo Castelo Branco, o jornalista e político brasileiro, Carlos de Laet, responde às críticas feitas pelo escritor português, em relação às “incorreções gramaticais” apontadas na poesia brasileira:

*“Erros gramaticais! Feia cousa na verdade, mas que, como o pecado da adúltera, podem ser levados à conta da humana fragilidade e perdoados por não se encontrar quem lhes atire a primeira pedra! O mesmo crítico que à citada p. 519 tanto leva a mal o lhe favoreça de Varela, à p. 102, no artigo em que patrioticamente disputa o título de português para o Sr. Gonçalves Crespo, encarniçando-se em dar caça aos peregrinismos brasílicos, que erradamente supõe feição característica da hodierna poesia brasileira, vai cair sobre umas ‘falenas a esvoaçarem-se nos andá-aças’ - novidade importante, porquanto até o penúltimo paquete não constava neste país dos botocudos que o esvoaçar também fosse reflexivo” (grifo nosso) (Carlos de Laet apud op. cit.: 50).*

Como se vê, nesta polêmica entre Camilo Castelo Branco e Carlos de Laet movimentam-se sentidos em torno da língua praticada no território brasileiro. Para o escritor português, a língua que se praticava em Portugal era a correta, a que mantinha as regras, conforme prescrevia os clássicos da língua. Esta língua tinha uma verdadeira referência (os clássicos da língua). Em contrapartida, a língua que se praticava no Brasil definia-se, no discurso desse escritor, como “incorreta”/ “afetada de erros” por ter se desviado da língua portuguesa tradicional (uma língua sem referência, portanto).

Compreende-se, então, que os escritores portugueses (os clássicos da língua) eram os verdadeiros (autênticos) autores da língua portuguesa. Esta era a posição discursiva na qual o escritor Camilo Castelo Branco estava inscrito. Já para o jornalista e político brasileiro, Carlos de Laet, a língua portuguesa (língua dos portugueses e dos brasileiros) não era “descuidada” apenas pelos escritores (poetas) brasileiros. Os escritores portugueses também “caíam” em “incorrekções gramaticais”. Ou seja, Carlos de Laet empenha-se em mostrar que nas obras do escritor português, Camilo Castelo Branco, também podem ser notados “erros gramaticais” (*esvoaçar-se, houveram cousas terríveis*) que merecem ser assinalados.

Carlos de Laet critica a idéia que o escritor português fazia da moderna poesia brasileira (como já dissemos Camilo C. Branco fez críticas à poesia de Fagundes Varela). Idéia esta formulada, tendo em vista as primeiras obras literárias do poeta Fagundes Varela.

Desse modo, podemos dizer que o jornalista brasileiro sustentava a idéia de unidade lingüística entre Portugal e Brasil. Tratava-se, então, de afirmar a unidade (equivalência) lingüística entre estes dois territórios e não de mostrar as diferenças lingüísticas que irrompiam, dadas as condições históricas em que a língua portuguesa se instalava no Brasil. Essa era a posição discursiva do jornalista brasileiro, Carlos de Laet.

A posição discursiva do jornalista Carlos de Laet, em relação à polémica em torno da língua que se praticava no Brasil, no final do século XIX, não era a mesma posição na qual se inscreviam os escritores românticos e nem a mesma posição dos escritores portugueses. Lembremos que a posição de jornalista (enquanto parte da instituição do conhecimento da língua escrita) exercia um papel fundamental no processo de

discussão/divulgação de assunto de conhecimento sobre a língua da época (cf. Orlandi, 2000). Ele (o jornalista) participava das discussões que envolviam a produção do conhecimento sobre a língua. Portanto, podemos pensar em uma certa modalização dessas formações discursivas, pois os jornalistas não eram “afetados” (interpelados) pelas ideologias que constituíam o pensamento nacionalista (naturalista)/romântico e nem pelas ideologias que formavam o pensamento de que a língua brasileira tinha como “característica própria” as “imperfeições”, decorrentes do nosso “modo próprio” de se expressar (considerado desleixado pelos escritores portugueses), mas que segundo os românticos, essa era a “essência” da língua nacional.

Portanto, esse deslocamento que a materialidade lingüística do discurso romântico brasileiro instaurava, em relação à tradição da língua portuguesa, imprimia sentidos diferentes para portugueses e brasileiros. E as polêmicas que analisamos mostram bem estes diferentes espaços de memória que constituíram duas formações discursivas distintas. Para os primeiros, os escritores românticos brasileiros estavam “corrompendo” a língua portuguesa tradicional. Os escritores portugueses associavam a língua brasileira (a nacional) ao “erro”, ao “descuido”, ao “desleixo”, à “falta de correção”, em relação ao português tradicional. Para eles, os clássicos da língua portuguesa deviam ser “reproduzidos”, pois eles eram os verdadeiros “intérpretes” dessa língua. Por outro lado, os escritores brasileiros interpretavam este deslocamento como a instituição de uma língua que descrevia nossos “verdadeiros sentimentos” e que refletia a “naturalidade do nosso pensamento” (lembramos que essa não é a posição do jornalista Carlos de Laet, para quem a língua portuguesa do Brasil e de Portugal eram equivalentes). Os escritores românticos

brasileiros concebiam a língua enquanto instrumento das idéias, ou seja, a língua expressa o pensamento de um povo:

*“Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das idéias, a língua”* (José de Alencar apud op. cit.: 76).

De nossa parte, temos a dizer que não nos interessa pensar a língua portuguesa e nem a literatura (portuguesa?) enquanto objetos que, transplantados para um lugar específico, passariam por um processo de desenvolvimento/evolução provocado pela ação do tempo e do povo. Tampouco se trata de pensar os fatos que se incorporaram a estes objetos, de uma perspectiva que os explicaria enquanto continuidade (seqüência/sucessão) das idéias, ou seja, enquanto fatos que nada têm a ver com a construção da formação social brasileira, “soítos” na história.

Estamos querendo dizer com isto que é preciso pensar os fatos de linguagem, que se incorporaram à língua portuguesa do Brasil, enquanto acontecimentos que construíam a singularidade da língua nacional brasileira. Desse modo, pretendemos destacar que estes fatos têm parte fundamental na construção da história da língua nacional brasileira e que não devem, pois, ser estudados de maneira estanque (e nem na sua autonomia). É preciso descrever suas relações para que não fiquemos na sua transparência.

Não se trata também de pensar a língua, especificamente, enquanto um sistema autônomo e nem a literatura enquanto um objeto imóvel e isolado. Estaríamos, desse modo, desconsiderando o recorte, o limite, ou seja, o que há de específico em cada acontecimento (discursivo).

O fato, para nós, é que a partir do final do primeiro quartel do século XIX, um conjunto de estudos (textos/discursos) foi produzido por escritores (e outros estudiosos) acerca da questão da língua ( e da literatura) do Brasil, configurando um domínio de conhecimento (teórico) sobre este(s) objeto(s). Vemos nestes estudos (implícita ou explicitamente) as diferentes linhas de pensamento, referentes à língua, que circulavam na época e que ancoravam (constituíam) os discursos desses autores.

Embora muitas vezes estes autores não reconhecessem (ou desconhecessem mesmo) a sua filiação teórica, é certo que uma posição (discursiva) estava (sempre) sendo sustentada (constituída), e não se tratava, portanto, de uma manifestação (unicamente) subjetiva do autor. Desse modo, as posições (discursivas) praticadas pelos autores refletiam/explicitavam, de alguma maneira, conceitos teóricos pré-estabelecidos (suas filiações teóricas) que possibilitavam “interpretar” a língua de maneira “individual”/particular.

Destacavam-se, então, nesse período, conforme apontou Edith Pimentel (1978), algumas posições discursivas: *deterministas/evolucionistas* (definiam o caráter da língua como sendo reflexo das sociedades), *nacionalistas* (defendem o sentimento nacionalista, ou seja, associam o problema da língua à questão da nacionalidade), *ortodoxos* (defendem a vigência da língua portuguesa no Brasil), *semi-ortodoxos* (colocam a tarefa de salvar a língua dos “desleixos” dos “gênios-livres” que ignoravam a gramática), *puristas* (apoiavam-se na própria gramática portuguesa; eram cultores da tradição vernácula), *dialecionistas* (a vigência de uma variante brasileira da língua portuguesa), *legitimistas* (defendem o pressuposto de ser o Brasil reduto da vernaculidade; pregam a maior legitimidade da língua do Brasil, porque mais próxima do passado português mais

prestigiado, o do século XVI; apontam filiação direta da língua do Brasil à do Quinhentismo; é o português veículo mais eficaz e mais prestigiado de comunicação entre civilizados), etc.

Diante deste quadro de filiações que constituía as posições discursivas de nossos literatos, gramáticos e estudiosos em geral (jornalistas, historiadores, políticos, etc.) e que ancorava os seus (desses autores) discursos produzidos sobre a língua e a literatura do Brasil, no século XIX (sobretudo a partir de 1824-25), podemos observar que as idéias sustentadas por eles (nossos autores), referentes a esta questão (da língua e da literatura do Brasil), não consistiam, apenas, em afirmações (ou negações), contestações (ou oposições), alianças, controvérsias (ou polémicas) que se confrontavam no interior (no domínio) desses dois objetos.

Estamos dizendo que não nos interessa olhar para esta discussão afim de defender uma ou outra posição (negar ou afirmar a existência de uma língua brasileira, em termos de fala). Da mesma maneira, não pretendemos nos opor e nem nos aliar (filiar) a nenhuma destas posições. Interessa-nos, especialmente, analisar a constituição desses discursos (os espaços de memória que foram recortados), ou seja, as condições (imediatas e históricas) em que foram produzidos (o posicionamento em relação a uma certa formação discursiva). Também não acreditamos que estas posições são “definidas” pelo ato individual que colocaria o autor como origem de suas idéias, dono do seu discurso. Tratam-se antes de filiações teóricas que se legitimavam no gesto de interpretação.

Ao invés de pensarmos essas posições enquanto idéias defendidas pelos autores (escritores), a partir de um ponto de vista individual que repousaria no “vazio” da consciência (o sujeito psicológico), enfim, de uma perspectiva puramente intencional,

propomos que elas sejam pensadas enquanto gestos de interpretação (cf. Orlandi, 1995c:22,50,51). Trata-se, portanto, de considerar as posições discursivas nas quais os escritores estavam inscritos, ou seja, relacionar os seus discursos a outros discursos (que constituíram estas posições).

Estamos pensando também na noção de regularidade que é constitutiva de qualquer discurso. Queremos dizer com isso que todo discurso tem uma ordem interna (e externa = suas relações). E é essa ordem do discurso (a sua existência e as regras que condicionam seu aparecimento), conforme Foucault (1997:31), que nos interessa de maneira específica.

Portanto, os autores (escritores) ao produzirem seus discursos, estavam também explicitando o lugar teórico no qual se inscreviam, ou seja, explicitavam suas filiações teóricas que constituíram a sua posição discursiva. Trata-se, então, de compreender que um discurso tem, necessariamente, relação com outro (s). Desse modo, um discurso pode sustentar outro (s), romper com outro (s), legitimar outro (s), etc. Esta relação, na verdade, é a condição para a existência de um discurso. Estas relações, enfim, atestam a descontinuidade que é própria do discurso.

Porém, nossas análises vão mostrar que foi a posição discursiva nacionalista que *regulou* os sentidos produzidos em torno da língua portuguesa praticada no território brasileiro, no discurso romântico. Em outras palavras, o Romantismo instaurou essa posição nacionalista para os escritores (os literatos) brasileiros. Foi essa posição discursiva que dominou a partir da segunda metade do século XIX, com a constituição do discurso romântico.

Queremos destacar também que outras posições se constituíram neste período, além destas que citamos até aqui. É o caso do gramático João Ribeiro e do jornalista Carlos de

Laet. Estes estudiosos interpretaram a língua nacional tendo em vista as posições discursivas em que estavam inscritos. O primeiro, enquanto gramático, entendia a língua nacional como uma língua que vai desenvolver seus próprios fatos. A sua filiação à Gramática Histórica, então, está na base da constituição de seus discursos acerca da questão da língua nacional. Foi da posição discursiva da Gramática Histórica que João Ribeiro interpretava a nossa língua nacional. Já Carlos de Laet participava das discussões sobre a língua nacional da posição de jornalista. Dessa posição discursiva, este autor interpretava a língua nacional procurando aproximá-la à língua portuguesa. Portanto, para Carlos de Laet a língua portuguesa constituía a referência à língua nacional. Ele reivindicava a unidade lingüística entre Brasil e Portugal.

A seguir, destacaremos alguns recortes discursivos em que os escritores (e também gramáticos e lexicógrafos) explicitavam suas filiações teóricas (reconhecidas nas posições discursivas em que estavam inscritos) concernentes à questão da língua praticada no Brasil, no século XIX:

*“...mas as línguas vivas se enriquecem com o progresso da civilização, e das ciências, e uma nova idéia pede um novo termo”* (grifo nosso) (Domingos José Gonçalves de Magalhães apud Pinto, Edith Pimentel. op. cit.:1978: 15).

Neste recorte, o escritor Gonçalves de Magalhães “reivindica” a liberdade de expressão, relativamente a Portugal, visto que o modo como “pensamos” exige uma “nova língua”. Era o pensamento nacionalista (a posição nacionalista) que se formava no Brasil.

*“Um estudo completo dessas Vozes d’África e das tribos indígenas do Brasil seria trabalho, além de curioso, de evidente utilidade, para se conhecer não só a influência que exerceram sobre a nossa sociedade os elementos negro e indiano, como também a direção que vai seguindo a língua portuguesa falada no Brasil em comparação com a falada na metrópole. Muitas delas (palavras) são ainda comuns a Portugal e ao Brasil: algumas lá ficaram, que nunca foram aqui aceitas; outras, que entre nós se aforaram jamais foram ouvidas em Portugal: outras, finalmente, que vieram de Portugal, passaram ou estão passando no Brasil pelas transformações dialetais que denunciam o progressivo desenvolvimento, de todas as línguas. Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português”* (grifo nosso) (Macedo Soares apud Pinto, Edith Pimentel. Op. cit.: 45-46).

Macedo Soares, neste recorte, filia-se à posição dialetista. É enquanto dialeto que este pesquisador compreendia o movimento que se operava, visivelmente, na linguagem nacional.

*“...A ninguém lembra que a linguagem é um organismo vivo, que nasce, cresce, modifica-se e morre, como um animal ou uma planta. A ela, como a estes, não podemos ditar leis: mas só analisar os corpos e do estudo deduzir e coordenar em síntese científica as leis que os regem”* (grifo nosso) (Macedo Soares apud Pinto, Edith Pimentel. op. cit.: 52).

Neste recorte, a língua, enquanto um organismo vivo, é comparada ao organismo do reino vegetal e do reino animal. Trata-se de uma visão biológica da língua, concepção esta que se filia ao evolucionismo biologista de Darmesteter.

*“O autor deste volume (Diva) e do que o precedeu com o título de Luciola sente a*

*necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala.*

*Entende que sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. Fora realmente extravagante que um povo adotando novas idéias e costumes, mudando os hábitos e tendências, persistisse em conservar rigorosamente aquele modo de dizer que tinham seus maiores”* (José de Alencar apud Pinto, Edith Pimentel. op. cit.: 55).

*“A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo”* (José de Alencar apud op. cit.:55).

*“Mas à medida que a revolução progride, esse artifício (de imitar naturalmente os modelos da metrópole) desaparece: e o escritor verdadeiramente nacional, acha na civilização da sua pátria, e na história já criada pelo povo, os elementos não só da idéia, como da linguagem que a deve exprimir”* (José de Alencar apud op. cit.: 121).

*“Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhe traduz os usos e sentimentos*

*Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inalienável direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abrigando o instrumento de idéias”* (José de Alencar apud op. cit.: 123).

*“As línguas, como todo o instrumento da atividade humana, obedecem à lei providencial do progresso: não podem parar definitivamente”* (José de Alencar apud op. cit.: 127).

*“Depois da independência, se não antes, começamos a balbuciar a nossa literatura, pagamos, como era natural, o tributo à imitação, depois entramos a sentir em nós a alma brasileira, e a vará-la nos escritos, com a linguagem que aprendemos de nossos pais”* (grifo nosso) (José de Alencar apud op. cit.: 128).

Nestes recortes discursivos vemos a filiação à teoria nacionalista da língua no Brasil. Deste lugar teórico, o escritor José de Alencar fala de uma língua que “exprime” as nossas idéias, e que traduz os “usos e sentimentos” de nosso povo. Nesse caso, a questão da língua nacional aparece associada às “idéias, aos costumes, hábitos e tendências” do povo brasileiro.

*“Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dicta”* (grifo nosso) (Ribeiro, João. A língua nacional. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1933: 10).

*“Em geral todas as mutilações por amor da vernaculidade (ou antes do portuguezismo) envolvem qualquer sacrifício d’alma, destróe os meios-tons, os matizes creados sob a luz e o céu americano”* (grifo nosso) (Ribeiro, João. op. cit.: 12).

*“Estamos, assim, caminhando, como galés, por uma diagonal entre duas forças que nos sollicitam para rumos diversos: o ‘americanismo’, espontaneo, incoercivel, natural e o ‘português’ affectado e artificioso”* (grifo nosso) (Ribeiro, João. op. cit.: 15).

*“Sinto ainda a necessidade de novamente escrever acerca do que podíamos chamar a - Língua Nacional - dos brasileiros.*

*Não era a defesa nem a apologia intencional de solecismos, de barbaridades e defeitos indesculpaveis.*

*Era muito mais erguido e alevantado o meu proposito.*

*Tratava-se da independencia do nosso pensamento e de sua immediata expressão”* (grifo nosso) (Ribeiro, João. op. cit.: 16).

*“A literatura, porém, cá d’este lado do Atlântico não quer ter nenhum “sotaque”, desdenha e suffoca a espontaneidade propria e vive de uma língua ficticia e imaginária”* (grifo nosso) (Ribeiro, João. op. cit.: 17).

*“Mas, e cabe aqui a minha opinião individual, a independência do chamado dialecto brasileiro não significa a rejeição da língua clássica, mas ao contrário consiste em*

*sermos nós, os americanos, os depositários dela, depositários mais digno pela cultura e consequentemente pela maior probabilidade de sabermos utilizá-la e enriquecê-la* (grifos nossos) (João Ribeiro apud FINTO, Edith Pimentel. Op. cit.: 350).

*“Mas inaugurar qualquer antinomia espiritual entre portugueses e brasileiros, a favor dos últimos, é trabalho estéril e perdido. O que nos convém é continuar o progresso da língua sobre as bases lançadas pelos quinhentistas, a despeito da decadência e mesmo contra a decadência européia”* (grifo nosso) (João Ribeiro apud op. cit.: 351).

João Ribeiro, nestes recortes discursivos, evidencia a sua posição discursiva, em relação à questão da língua nacional. Para este autor, a língua nacional não constitui uma língua nova, *“mas revela os matizes, as variações, e a originalidade do pensamento americano”*, ou seja, *“a língua nacional é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos.”* João Ribeiro, portanto, não se filiava à posição dialetista, ele relacionava a existência de um *dialeto brasileiro* ao que ele denominou como *língua de civilização*.

Trata-se, então, de buscar na materialidade lingüística/discursiva da literatura romântica a “essência” da língua nacional brasileira. Desse modo, propomos que pensemos a individualidade de uma língua escrita a partir de sua literatura. Em nosso caso específico, procuraremos mostrar a singularidade da língua nacional a partir da literatura romântica.

Nesse sentido, as questões concernentes à existência de uma literatura nacional, são também questões referentes à existência de uma língua nacional brasileira. Estamos falando, especificamente, dos textos/discursos produzidos por escritores (e outros estudiosos), a respeito da língua nacional brasileira, depois do final do primeiro quartel do

século XIX, e também da materialidade lingüística /discursiva da literatura romântica, que representou uma prática escrita da língua nacional. É dessa forma que estamos compreendendo a relação constitutiva entre uma língua e a sua literatura (=a escritura dessa língua).

Aqui nos interessa também o fato de que o século XIX (especialmente a partir da segunda metade deste século) é um período fecundo para pensarmos a constituição dos discursos (a literatura romântica, a gramática e o dicionário) que interpretaram a língua nacional brasileira e que instituíram uma teorização específica para o pensamento brasileiro, pois, nesse momento, o da nossa Independência política (e depois a República), precisávamos de uma língua com nossas características (e a escrita da mesma), bem como uma literatura (uma escritura) com essas mesmas características, para que pudéssemos nos (re) conhecer como “cidadãos brasileiros”.

Não se trata, porém, de acreditar que a independência política levaria automaticamente à independência do nosso pensamento. Não operaremos, nesta dissertação, com a noção de mudança radical, mas sim com a noção de transformação (deslocamentos), conforme já dissemos no primeiro capítulo. Que não tenhamos essa ilusão: a de que novas idéias “brotariam” na consciência dos indivíduos e que configurariam um novo mundo, com novas práticas que teriam “outras” funções no interior de uma formação social “renovada”. Há, sem dúvida, deslocamentos que vão dirigir para uma mudança de perspectiva, mas é preciso observar como e o que estes deslocamentos significaram. De acordo com o ponto de vista que adotamos, não é possível pensar uma língua sem uma memória, um povo sem uma memória, etc. Nessa perspectiva, também recusamos a corrente de opinião (defendida pelos românticos) que

concebe(ia) a língua nacional (século XIX) enquanto expressão imediata do pensamento, ou seja, queremos abandonar a tendência de tomar o jogo língua/pensamento enquanto uma relação direta e finalista (língua = expressão dos estados de espírito/alma de um povo). Também notamos na literatura esta tendência de se considerar o pensamento (literário) pós - independência como “natural”, expressão de liberdade. Não queremos percorrer (compreender) a constituição da literatura brasileira (nacional) por esta via - a literatura enquanto manifestação artística (inspiração) que imprime na linguagem o pensamento/o estado de espírito do autor. Esta perspectiva confirma conceitos vazios como: - *a literatura é a arte da palavra por excelência* -, pois coloca a literatura no espaço do abstrato/ideal.

Não tomaremos a literatura no espaço das evidências, ou seja, não a entenderemos, apenas, enquanto produto do contexto histórico/social/cultural. Não nos interessa pensar a literatura a partir de um conjunto de obras, de autores, de características que definiriam um estilo literário específico. Nesta perspectiva, a literatura permaneceria, ainda, fechada em si mesma, suas regularidades (suas relações) continuariam sendo indescritíveis (invisíveis).

Não nos interessa estudar a literatura no isolamento de seu território. Tampouco explorar o seu conteúdo na ilusão de uma visibilidade (transparência), decorrente de uma unidade temática, de uma homogeneidade (e coerência) de idéias, de um estudo cronológico (contínuo), de um estudo historiográfico, etc.

Também não estamos pensando a literatura como tendo uma interioridade própria (pré-existente a si mesma) ou como um campo (de)marcado por um conjunto de características formais descritíveis. Não pretendemos recortar o Romantismo, enquanto

um certo momento do panorama da literatura brasileira, para descrever suas marcas características, “resgatar” o pensamento sócio/político/histórico que circulava nesta época, como sendo transparente e documentado nas obras literárias que configuraram este período.

Interessa-nos observar a maneira como a literatura romântica (enquanto discurso) se configurou no Brasil (em meados do século XIX), ou seja, explicitar o jogo de relações (a sua materialidade) que propiciou o aparecimento deste discurso.

Por que os autores (escritores) românticos escreviam de um modo e não de outro e com certos sentidos e não outros? Seguramente, não se trata de uma escolha individual ou de uma opção intencional do autor. A questão, então, é explicitar a formação discursiva em que os escritores românticos estavam inscritos. Ou seja, ao produzirem seus discursos, os escritores românticos recortavam um espaço de memória, o que significa o posicionamento em uma certa formação discursiva e não outra (na produção de certos sentidos e não outros para o discurso romântico).

Também não estamos falando das características gerais, nem das marcas formais (vocabulários, estruturas sintáticas, etc.) que identificam um certo período literário no nível da formulação deste discurso. Aqui, estamos pensando nas teorizações que, ao invés de compreender os períodos literários enquanto uma prática que constitui uma escritura da língua (e que imprime, pois, a sua materialidade histórica), apenas refletem uma interpretação já dada por um certo horizonte teórico.

Queremos deslocar a literatura romântica desse lugar imóvel, no qual ela se encontra, para descrevê-la (interpretá-la) enquanto um processo discursivo. O Romantismo, enquanto discurso, não deve ser pensado em si mesmo, pois ele retoma

sentidos já estabelecidos (ditos) por outros discursos (a memória discursiva) e ao mesmo tempo confronta esta memória discursiva com a atualidade, o que o torna um acontecimento discursivo singular. Do mesmo modo, podemos dizer que, o discurso romântico está articulado à emergência de se constituir sentidos que vão re-significar a nação brasileira/o brasileiro/a língua portuguesa do Brasil.

Interessa-nos, também, especialmente, questionar o lugar da subjetividade nesta literatura romântica. Para nós, esta subjetividade não é algo que é inerente ao autor, estamos propondo com isso que este lugar (da subjetividade) seja compreendido enquanto posições subjetivas (que se constituem em condições específicas). Dessa forma, o autor (sujeito-autor) se subjetivava no seu discurso, ou seja, o autor se tornava romântico no seu discurso. Ou seja, o autor romântico era interpelado pelas ideologias que constituíam o discurso romântico. O Romantismo, nesse sentido, constituiu-se numa formação discursiva que inaugurava uma posição subjetiva/discursiva para o autor nacional. Estar na posição de romântico implicava (em) ser subjetivo. Essa tomada de posição mostra um funcionamento específico da língua (o funcionamento discursivo). Trata-se de pensar as regras (regularidades) que definiam o que podia ser escrito e ao mesmo tempo excluíam o que não podia ser escrito.

Estamos querendo dizer com isso que a relação necessária que há entre os discursos é a própria regularidade (no sentido de coerção) que um discurso exerce sobre o outro. Propomos também que adotemos a noção de propriedade (que é do nível da constituição do discurso) para que possamos compreender este discurso, pois ela é mais adequada aos nossos objetivos, e está diretamente ligada ao terreno do discurso, ou seja, encontraremos, num certo período literário, propriedades (que não se reduzem a marcas formais: uso do

vocabulário, emprego da sintaxe, etc.) que se definiram a partir de um conjunto de regras implícitas (e explícitas) que tem a ver *mais* com o efeito (a determinação) do que é escrito (por que se escrevia, por exemplo, sobre certos temas no Romantismo e não de outros? Por que se empregava certos vocabulários e determinadas estruturas sintáticas e não outros?) e *menos* com a imposição (gratuita e intencional) dessas marcas formais como principal característica de um período literário. Isto significa dizer que, o discurso romântico não se constituiu em si mesmo, ou seja, a maneira como ele se significou no Brasil, explicitou espaços de memória (outros discursos) que foram retomados de forma própria e retrabalhados dentro de um espaço/tempo específico (Brasil, século XIX), marcado fortemente pela reivindicação de uma identidade à língua nacional, à nação brasileira e ao brasileiro. Trata-se de relacionar o discurso romântico aos discursos que configuraram o Brasil, desde a época colonial.

Nesse sentido, podemos dizer que o discurso romântico instituiu uma certa interpretação para a nação brasileira, tendo em vista o confronto entre esta memória discursiva e a emergência de se instituir um sentimento (consciência) nacional.

De acordo com a perspectiva teórica a que nos filiamos, temos como objetivo compreender a especificidade (a materialidade) do movimento romântico e não apenas ficar na sua superfície lingüística. Portanto, precisamos destacar a importância da autoria neste momento da constituição da história do pensamento brasileiro.

#### 4 - A LÍNGUA NACIONAL E A AUTORIA NACIONAL

Temos afirmado nessa dissertação que a figura do autor (o literato, especialmente) instituiu uma certa diretividade para o pensamento brasileiro desta época (a partir da segunda metade do século XIX). Estamos pensando na questão da língua nacional brasileira.

Na ordem do discurso literário, vale dizer, a autoria passou a ser regra e isso remonta ao século XVII (cf. Foucault, 1996:27), a condição mesma para que este discurso seja legitimado. Segundo este mesmo autor, foi a partir do século XVII que a autoria passou a ser uma exigência na ordem do discurso literário.

O discurso literário, então, se constitui e se legitima no dizer do autor. Desse ponto de vista, podemos afirmar que são os autores (os literatos) que configuram um estilo literário (o discurso literário) específico. É na figura do autor que um dizer se institucionaliza (legitima) como literário. Estamos dizendo que o autor no contexto literário se responsabiliza por aquilo que diz, ele coloca-se como origem (fundador) de seu discurso.

Queremos pensar este lugar da autoria, no momento em que irrompeu o sentimento de independência no Brasil, e os efeitos desta autoria (gesto de autoria) na literatura e na língua. Desse modo, faremos um deslocamento em relação à noção de autoria que está em Foucault (ibidem). Os escritores românticos não eram apenas autores de suas obras literárias, eles estavam inaugurando uma posição discursiva para a autoria da língua nacional.

Para nós, os escritores românticos constituíram-se em autores da língua nacional (ou seja, eles fundaram uma discursividade para esta língua, através do discurso romântico). A autoria, então, neste período é marcada por uma singularidade: a de ser autor (da língua) nacional. Isto quer dizer que os autores, tanto de produções literárias (o literato), quanto o de gramática (o gramático) e o de dicionários (os lexicógrafos), instituíram uma “origem” e uma “unidade” para o pensamento brasileiro, no que concerne a estas áreas de conhecimento (saberes lingüísticos) que se constituíam. Tratava-se da instituição de uma teoria do pensamento brasileiro.

Com o discurso romântico construía-se uma teorização para o pensamento (literário) brasileiro. É dessa forma que estamos entendendo a constituição da *lingua* e da *literatura nacional*. Nesse sentido, entendemos que os autores das produções literárias românticas estavam instaurando uma nova ordem de sentidos para a língua (nacional) e para a literatura brasileira (enquanto um saber lingüístico legítimo dessa língua nacional). Estar na “origem” de uma produção escrita, portanto, significou se responsabilizar pelo que se dizia, ou seja, trazer para si o gesto de autoria sobre a língua. Estamos falando da constituição do autor brasileiro, especificamente o autor romântico que assinava suas obras após a independência do Brasil. Enfim, estamos considerando o autor romântico enquanto (o) fundador de uma discursividade para a língua nacional brasileira.

Desse modo, a nação brasileira (e a língua nacional) começava (m) a ser desenhada (s) pelas mãos dos autores românticos. O perfil do brasileiro era traçado a partir de um romantismo (e de um naturalismo) que afetava os autores brasileiros dessa época e que constituía a “essência” de suas obras literárias. Lembremos que o sentimento romântico e o sentimento nacionalista se conjugaram nas produções literárias desta época, pois os

escritores românticos interpretaram a nossa independência política como uma necessidade de se valorizar (de ter orgulho) o que era nacional, daí a busca pelo “naturalismo” (pelos elementos considerados naturais deste país: a natureza e o índio).

Dessa forma, os escritores românticos buscaram nos elementos naturais, a “verdadeira” identidade brasileira, ou seja, o elemento natural (o índio e a natureza) tomou o lugar do social nas obras literárias românticas. Assim sendo, o Brasil configurava-se como uma nação que é identificada tendo em vista sua maior riqueza que é a natureza. As histórias românticas (re)produziam uma realidade. Da mesma forma, a maneira como os escritores românticos escreviam (na verdade, a produção literária romântica em si constituiu uma escritura da língua nacional), construía o imaginário de uma língua nacional (que tem seu próprio léxico, uma estrutura sintática própria, sua própria índole - definida a partir do temperamento das pessoas que a falavam, ou seja, a partir de “idéias” e “sentimentos pessoais”). Em outras palavras, o escritor romântico interpretou a nação e a língua brasileira pelo viés do naturalismo, teoria que no Brasil constituiu-se em torno da natureza e do índio - as referências nacionais. Esta era a perspectiva teórica que estava na base (na constituição) do discurso romântico. Tendo em vista este horizonte teórico, o discurso romântico constituía-se de uma certa maneira e não de outra, o que implicava na produção de certos sentidos e não (de) outros.

Desse modo, o autor romântico não apenas elaborava (escrevia) um texto que presidia uma história romântica (fruto da sua própria imaginação) ou explicitava um romantismo (inerente ao próprio autor) que tinha origem na sua própria consciência. O Romantismo, na verdade, produziu certos sentidos para a nação brasileira, ou seja, o discurso romântico movimentou certos sentidos referentes à constituição do nosso

pensamento nacional (brasileiro). Tratava-se, na verdade, da constituição de um discurso que produzia um determinado sentido para a identidade da língua nacional e para a nação brasileira.

A produção literária romântica (enquanto um saber lingüístico nacional) instituiu uma certa interpretação para a língua nacional brasileira, e não se tratava apenas de uma configuração de um estilo literário que proclamava a nossa “independência”, em relação a Portugal, no domínio da literatura. Nesse sentido, a literatura romântica explicitava também nossa “independência” lingüística em relação a Portugal, pois entendemos que a literatura constitui o discurso fundador de uma língua.

Dessa maneira, podemos falar que a literatura romântica imprimiu uma memória para a língua nacional, ou seja, ela criou um imaginário de uma língua nacional brasileira. Estamos dizendo que, a literatura romântica constituiu-se numa teorização do pensamento nacional, ou seja, temos na literatura romântica a formação de um pensamento nacional, em relação à língua. Ter uma literatura nacional (brasileira) significou ter também uma língua nacional (brasileira), pois a literatura representa a escritura de uma língua, ou seja, o discurso literário (ao lado da gramática e do dicionário) institui a unidade de uma língua escrita, ele “reproduz” a língua para a sociedade, ele regula a relação entre uma língua e um povo, produzindo efeitos de unidade para ambos e de identidade entre ambos.

A literatura instala na língua marcas subjetivas (ou seja, é na literatura que as formas lingüísticas tornam-se subjetivas) e retém/mantém a “alma”/o “espírito” de um povo em seu poder. A literatura instaura uma interpretação subjetiva para a língua. O discurso romântico instituiu uma tradição escrita (e uma escritura) da língua nacional para a sociedade brasileira. Desse modo, podemos afirmar que o discurso literário constitui o

ideal em relação à escrita de uma língua, ou seja, ele se apresenta como a “matriz” da língua. Estamos pensando na posição do autor (o literato) que interpreta a língua para a sociedade, ou seja, ele está no lugar de quem produz uma leitura (primeira) da língua para a sociedade. Em outros termos, ele coloca-se no lugar de quem tem domínio sobre a língua escrita. Isso se dá de maneira especial no (com o) discurso romântico, pois trata-se de considerar os escritores românticos como fundadores/autores de uma memória para a língua nacional. Eles instauraram/produziram certos sentidos para a língua nacional.

Compreende-se, então, a partir desse ponto de vista, que as produções literárias românticas constituíram “reproduções” que criaram um imaginário dessa língua. Dessa forma, queremos olhar para os textos literários românticos enquanto uma escritura da língua nacional (uma escritura que materializa as ideologias dominantes da época, portanto, uma escritura que tem uma espessura histórica/ideológica) e não apenas enquanto um documento (imóvel e transparente) da língua. Trata-se, enfim, de compreender as produções literárias românticas brasileiras como textos/discursos que foram produzidos em língua nacional e, por esta via, podemos afirmar que estas produções literárias constituíram manifestações (escrita) originais desta língua.

Ser autor, então, no Brasil, no século XIX, significou estar no princípio de uma produção “original” (de um saber lingüístico nacional), ser a autoridade do que se dizia (em relação à língua), enfim ser autor da língua nacional brasileira. Desse modo, estamos produzindo uma diferença (um deslocamento), em relação à noção de autoria de Foucault, que compreende o autor como origem de uma discursividade (por exemplo, Saussure), ou seja, *“como principio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”* (Foucault, 1996:26).

Para nós, os escritores românticos são também autores da língua nacional brasileira. Ser autor de obras literárias, de gramáticas e de dicionários, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, significou estar na origem da produção de efeitos de sentidos de brasilidade (enfim, de uma leitura) para a língua nacional/ para a nação brasileira/para o povo brasileiro.

Estamos falando também dos autores brasileiros de gramática que, ao se colocarem como autor de suas obras, estão se posicionando (responsabilizando?) como autoridades em relação à singularidade do português do Brasil. Desse modo, entendemos que este fato (ser autor de gramática da língua portuguesa do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX), pensado discursivamente, nos mostra que, tanto a língua portuguesa como o saber sobre ela, passavam por um processo de (re)significação no Brasil. Não se tratava, portanto, de ser apenas autor de gramática, ou seja, não estamos entendendo a gramática apenas enquanto um artefato que compreende a língua fechada em si mesma, trata-se de considerá-la como um objeto histórico que é parte da construção de uma formação social.

Este gesto de autoria é muito mais significativo, pois os autores estavam instaurando um lugar próprio para a escrita da língua nacional brasileira. Eles estavam criando uma teorização própria (singular) ao pensamento gramatical brasileiro. Certamente que não estamos falando da produção de gramáticas que transcrevessem a nossa oralidade. Não se trata disso, pois sabemos que o processo de construção de gramáticas (gramatização) do português brasileiro (cf. Guimarães, 1996:127) não teve como referência a nossa oralidade. Porém, o que estava em jogo era a elaboração de uma escrita da língua nacional brasileira. Tratava-se, na verdade, de explicitar a língua nacional (representá-la em termos de escrita) que se configurava, ao mesmo tempo que a nação brasileira se constituía.

É interessante notar também que o saber gramatical brasileiro forma-se a partir de um jogo complexo de relações entre as teorias gramaticais vigentes na época e a emergência de se instituir um pensamento gramatical brasileiro.

Ressaltemos que, não se trata apenas de pensar em influências teóricas, mas de filiações (teóricas) que vão fundamentar (servir de base = sustentar) a construção do pensamento gramatical brasileiro. Inseridos em um certo lugar teórico (em uma certa formação discursiva), nossos gramáticos re-significavam a língua portuguesa, no território brasileiro, construindo um saber gramatical que considerava a individualidade da língua nacional. Tratava-se, então, da construção do pensamento gramatical brasileiro.

Como sabemos, é com a construção de objetos simbólicos sócio-históricos (= a produção literária, as gramáticas, e os dicionários) que a unidade (e a singularidade) de uma língua (escrita) é trabalhada. Interessa-nos também, neste trabalho, as produções de textos (ensaios, artigos, etc.) de gramáticos como João Ribeiro e Júlio Ribeiro. Estas produções, reunidas em obras, bem como as próprias gramáticas destes autores, dão a visibilidade da construção (e da instituição) do pensamento gramatical brasileiro. Isto significa dizer também que, estas obras (que reúnem ensaios, artigos, estudos, etc.) explicitam a filiação teórica em que estes autores estão inscritos, em relação à construção do pensamento gramatical brasileiro. Vejamos no recorte discursivo que segue o comentário que Júlio Ribeiro faz sobre a filiação teórica que sustentava o programa de Português para os exames preparatórios, organizado por Fausto Barreto a pedido do Diretor Geral da Instrução Pública, Emídio Vitório, em 1887:

*“Não há negar; é este um programma (trata-se do programa organizado para os*

*exames gerais de preparatórios) organizado scientificamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem. De uma parte a lexiologia, isto é, as palavras consideradas em si phonologica, morphologica, taxonomicamente; de outra, a syntaxe, as palavras constituindo expressão de juizo, formando sentenças.*

(...)

*Nada se olvida no programma, de tudo se trata: exigem-se conhecimentos serios de morphologia: quer-se a raiz, o thema, a terminação, o affixo da palavra flexional; quer-se o agrupamento das palavras por familia e por associação de ideias, quer-se a etymologia no sentido restricto do termo; querem-se os preceitos da syntaxe por gradação natural, por familias de palavras; quer-se o discrimen exacto da proposição simples e da proposição composta, da coordenação e da subordinação; quer-se... Em uma palavra \_\_ nada de superfetacões escolasticas, nada de metaphysica medieval: quer o que se deve querer; exige-se o que se deve exigir.*

*Si fomos vaidoso, era esta a hora de rejubilar: o programma de Portuguez, bem como os de todas as outras linguas que se ensinam officialmente no Brasil, está de accordo exacto, perfeito com os principios da grammatica scientifica, que, em 1881, tivemos a ousadia de arrojur à publicidade.*

(...)

*Nos exames de Novembro, ou arguirá os alumnos segundo o programa, e, nesse caso, perguntar-lhes-a pelo que se não encontra na sua grammatica; ou então arguil-os-a só sobre o que essa grammatica ensina, e nesse caso ficará como letra morta o programma” (RIBEIRO, Julio. *Procellarias*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1887: 93,94).*

Júlio Ribeiro neste recorte discursivo mostra que o programa de Português apresentado por Fausto Barreto se formulava em bases científicas. A instituição desse programa constituiu-se num fato decisivo para a construção do pensamento gramatical brasileiro. Segundo Guimarães (1997:7), “a partir deste programa aparece um conjunto de gramáticas que procuravam atender às suas indicações. Estas gramáticas, ao lado de

*adotarem as indicações do programa, diziam que tinham o objetivo de romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica.”*

Finalmente, queremos destacar que o processo de constituição do pensamento gramatical brasileiro é fortemente determinado pela relação que o Brasil estabelece com idéias filosóficas e científicas de outros países, já não diretamente filtradas por Portugal.

Com o discurso romântico, construía-se uma certa interpretação/leitura para a nação brasileira. Estamos afirmando que a língua (escrita) é a base para que se operem transformações (deslocamentos), para que se construa identidade própria, para que se instaurem novos sentidos, enfim, para que se institua uma unidade para um povo (uma nação).

Na presente dissertação, estamos examinando, especificamente, o lugar da literatura romântica (e suas relações) na construção articulada da Nação brasileira/da Língua nacional/do Estado brasileiro. A produção literária romântica implicou na construção de uma identidade para a língua nacional, para a nação brasileira, para o povo brasileiro. E a autoria literária (o literato) é parte fundamental da construção da interpretação da história que estava sendo produzida para esta língua, para esta nação e para este povo. Por outro lado, também a produção de gramáticas e de dicionários, a partir da segunda metade do século XIX, constituíam saberes que singularizavam (e representavam) a língua portuguesa do Brasil, ou seja, constituíam saberes lingüísticos legítimos sobre a língua que se configurava em território nacional.

Ressaltemos que apareceram também estudos sobre o léxico no interior das gramáticas (escritas a partir dos anos 1880), fazendo parte deste objeto: *“Há estudos sobre o léxico, por exemplo, no sentido de mostrar que no Brasil o Português incluía*

palavras de origem africana e indígena bem como palavras do Português que no Brasil significavam diferentemente que em Portugal. E estes estudos fazem parte, inclusive, das gramáticas que foram escritas a partir dos anos 1880. Podemos aqui referir tanto a gramática Histórica da Língua Portuguesa de Pacheco Silva (1879), e sua Gramática da Língua Portuguesa com Lameira de Andrade (1887), quanto a gramática Analítica (1887) e depois Gramática descritiva (1894) de Maximino Maciel" (ibidem).

Nesse sentido, os autores de gramática e de dicionário traziam para si o gesto de autoria sobre a língua nacional:

*"A questão da formação de um léxico brasileiro aparece mais fortemente a partir da segunda metade do século XIX, acompanhando os movimentos nacionalistas. Ela se assenta no final desse século, sobretudo com a noção de 'brasileirismos'. Conforme João Ribeiro, em 1889, brasileirismo 'é a expressão que damos a toda a casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa e a falada geralmente no Brasil'. Várias listas de brasileirismos surgiram desde então, apresentadas como argumentos para a legitimação do português do Brasil" (NUNES, José Horta. Formação do léxico e saber linguístico. *Relatos* n° 5, outubro - 1997, DL - UNICAMP, Campinas).*

*"Em 1857 Brás da Costa Rubim publica Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa.*

*(...)*

*A Gramática Portuguesa de júlio Ribeiro é de 1881. Nesta gramática J. Ribeiro considera, isto no prefácio à segunda edição da gramática em 1884, que as 'antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua'(Ribeiro, 1913:28). Opõe-se assim às gramáticas portuguesas e busca uma outra influência teórica: Becker na Alemanha e Mason e Whitney na Inglaterra.*

*Registraria aqui que esta atitude de Júlio Ribeiro corresponde a um distanciamento da influência direta de Portugal. (...)*

*Várias gramáticas importantes são dos anos imediatamente seguintes. De modo geral são gramáticas que procuram atender, segundo dizem, ao novo programa de Português para os exames preparatórios elaborado por Fausto Barreto, em 1887, por determinação de Emídio Vitório, diretor geral da Instrução pública. Entre estas gramáticas estão a Grammatica da Língua Portuguesa de Pacheco Silva e Lameira de Andrade, de 1887, e a Grammatica Analytica de Maximino Maciel, do mesmo ano"*  
(GUIMARÃES, Eduardo. Op. cit.: p.:1996: 129, 130).

Segundo o que pensamos, uma nação, uma língua (escrita), um povo se formam conjuntamente sob determinadas condições. Isso significa dizer que, os discursos se realizam na base da língua escrita, ou seja, eles sedimentam uma memória escrita. Dessa forma, quando falamos da construção da nação brasileira e da língua escrita nacional, estamos falando da construção de discursos (a literatura, a gramática e o dicionário) que vão trabalhar a unidade/individualidade desta língua e a identidade desta nação. Segundo Orlandi (1997a: 7), com a construção desses discursos são desencadeados processos de individualização: individualiza-se o país, individualiza-se seu saber (a sua língua), individualiza-se seu sujeito político e social. Isto aponta para a importância do gesto da autoria na (para a) formação do Estado Brasileiro.

O autor de gramática, de produção literária, de dicionário não apenas produzia seu objeto histórico (ou construía um saber específico para o seu objeto histórico) isoladamente. Eles produziam, ao mesmo tempo, a unidade da língua nacional e participavam da formação da unidade do Estado Brasileiro. O gesto de autoria tornava visível a construção e a representação do Estado brasileiro.

Portanto, a gramática, a produção literária romântica e o dicionário representavam objetos históricos que instituíam a visibilidade de saberes singulares produzidos no Brasil em língua nacional. Em outras palavras, estes objetos históricos representavam saberes lingüísticos legítimos construídos em língua nacional. Eles construíam o imaginário de uma língua escrita. Isto significa dizer que, a institucionalização desses objetos históricos construíam o imaginário de uma língua escrita (a sua unidade), e desse modo, a sociedade brasileira se reconhecia nessa língua, identificava-se nela, enfim constituía-se nela (vale dizer também que a construção da língua nacional brasileira implicou na constituição de um sujeito nacional que tinha sua língua própria).

## 5 - A LÍNGUA NACIONAL: UMA LÍNGUA NATURALIZADA / ROMANTIZADA

Podemos afirmar que, no Brasil, a constituição de saberes lingüísticos que instituíam uma escrita nacional é particularidade do século XIX. É somente em relação à constituição desses saberes lingüísticos (enquanto processos discursivos que construíram a unidade imaginária da língua nacional) que é possível pensar a constituição dessa língua escrita nacional. Estamos falando da literatura, da gramática e do dicionário. Estes saberes lingüísticos teorizavam a língua nacional. Em outras palavras, eles formavam um pensamento teórico brasileiro para a língua nacional. São estes processos discursivos que constroem a unidade e a transparência (imaginárias) de uma língua. Eles constituem saberes lingüísticos autênticos de uma língua.

Por outro lado, queremos mostrar também que o discurso romântico constituiu-se enquanto (=escritura) prática (que dava a visibilidade) de uma língua escrita que se gramatizava e se dicionarizava de um modo particular (se representava, enfim). O fragmento que segue, destacado do livro O guarani, de José de Alencar, ilustra bem o que estamos dizendo, em relação à singularidade da língua nacional brasileira. Este mesmo recorte foi citado por esse mesmo autor, para melhor destacar a diferença entre os dois estilos de escrita: *o clássico/e o moderno*, como resposta às censuras que lhe dirigiam, em relação ao estilo (frouxo, segundo os críticos que o censuravam) de escrita empregado em seu livro O guarani:

*“A tarde ia morrendo.*

*O sol declinava no horizonte se deitando sobre as grandes florestas, que iluminava com seus últimos raios.*

*A luz frouxa e suave do ocaso, deslizando pela verde alcatifa, enrolava-se em ondas de púrpura e ouro sobre a folhagem das árvores.*

*Os espinheiros silvestres desatavam as flores alvas e delicadas, e o ouricuri abria as tenras palmas para receber no cálice o orvalho da noite, etc”*(José de Alencar. Pós-escrito1 à 2ª ed. de Iracema, 1870 apud op. cit.:1978: 83).

Abaixo temos este mesmo trecho, mas agora vestido à moda clássica, conforme destacou José de Alencar:

*“E porque ia a tarde morrendo e o sol declinava no horizonte e deitava-se sobre as grandes florestas que iluminavam seus últimos raios, a luz frouxa e suave do ocaso, que deslizava pela verde alcatifa, parecia que formava onda de púrpura e ouro sobre a folhagem das árvores: e ao ponto que desatavam os pinheiros silvestres as suas flores alvas e delicadas, abria o ouricuri as tenras palmas, para que recebesse no seu cálice o orvalho da noite”* (José de Alencar. Pós-escrito1 à 2ª ed. de Iracema, 1870 apud op. cit.: 84).

Com estes recortes pretendemos mostrar que o escritor José de Alencar estava produzindo uma certa interpretação para a língua portuguesa, em território nacional. Porém, esta interpretação sustentava-se na simplicidade e na concisão que constituíam traços inerentes à língua nacional. Para Alencar, o estilo moderno expressava com mais precisão o pensamento brasileiro. A separação dos períodos descrevia com mais

elegância/beleza e simplicidade os “relevos do pensamento” ao passo que a acumulação de orações em um só período tornava o *“pensamento obscuro e sacrificava a harmonia e lucidez gramaticais”*. O estilo moderno é mais leve e tornava o pensamento mais claro. Referindo-se, especificamente, ao recorte discursivo que exemplifica o estilo moderno, o escritor José de Alencar destaca:

*“Nesta descrição da hora de ave-maria no deserto, destacam-se, logo à primeira vista, os traços largos do painel: lá o ocaso do sol: além a flutuação da luz: aquém, já na sombra, as flores noturnas, que se abrem. A mesma separação dos períodos denota a sucessão e contraste dessas impressões várias.*

*Vestido à moda clássica, tudo isso desapareceria.”*(José de Alencar apud op. cit.: 84).

Nessa dissertação, pretendemos, então, compreender o funcionamento dos mecanismos lingüísticos (a gramática) e dos vocabulários (nacionais) enquanto processos de significação que constituíram parte fundamental na construção do discurso romântico e que produziram sentidos que trabalhavam a identidade (singularidade) da língua nacional.

O discurso romântico, nesse sentido, colocava em funcionamento uma prática lingüística que não apenas explicitava a existência de uma língua nacional (escrita), mas que também identificava o brasileiro (criava a sua imagem) e sua nação de um modo particular. Temos, pois, no discurso romântico uma textualização (materialidade lingüística/discursiva) que constituiu uma prática escrita da língua nacional. Tratava-se, então, de uma descrição<sup>8</sup> desta língua, enfim, de dizer (imprimir) como ela era, de atestar

---

8 Descrever deve ser entendido no sentido de produzir uma certa interpretação para a língua nacional brasileira.

a sua existência:

*“Em larga roda de novéis guerreiros  
 Ledo caminha o festval Timbira,  
 A quem do sacrificio cabe as honras  
 Na frente o canitar sacode em ondas,  
 O enduape na cinta se embalança,  
 Na destra mão sopesa a ivirapeme,  
 Orgulhoso e pujante. \_\_\_Ao menor passo”* (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves.

*Poemas*. Seleção, introdução e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997: 123).

*“Tu choraste em presença da morte?  
 Na presença de estranhos choraste?  
 Não descende o covarde do forte;  
 Pois choraste, meu filho não és!  
Possas tu, descendente maldito  
 De uma tribo de nobres guerreiros,  
 Implorando cruéis forasteiros,  
Seres presa de vis Aimorés” (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 133).*

*“Tu que eras minha vida,  
 Que foste os meus amores,  
 Imagem grata e bela  
 Dum tempo mais feliz,  
 Que tens, que assim chorosa  
 Suspiras entre as flores?  
Teu sou, \_\_\_do juramento  
 Me lembro, que te fiz.*

Te vejo, te procuro,

Teus mudos passos sigo,

Enquanto, leve sombra,

Fugindo vais de mi!

Unido às notas da harpa

Percebo um som amigo,

Que me recorda o timbre

*Da voz que já te ouvi!"* (grifos nossos) (DIAS, Gonçalves. *Obras poéticas de Gonçalves Dias*. Organização, apuração do texto, cronologia e notas por Manuel Bandeira. São Paulo: Edições da Companhia Editora Nacional, 1944: 94).

"Só éle, o peregrino, onde acolher-se

Não tem tugúrio seu, nem pai, nem 'spôsa

Ninguém que o espere com sorrir nos lábios

E paz no coração, \_\_\_\_ ninguém que estranhe,

*Que anseie aflito de o não ver consigo!"* (grifos nossos) (DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias - poesias*. Organização e notas por Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editôra, 1960: 16).

*"e ela deu-lhe do seio uma saudade*

*Murcha, e no entanto bela;"* (grifos nossos) (DIAS, Gonçalves. *Op. cit.*: 98).

Queremos nesta dissertação descrever o efeito de língua nacional produzido pelos sentidos que constituíram o discurso romântico. Para empreendermos tal tarefa valemos de alguns recortes discursivos destacados das produções literárias românticas, enquanto escritura da língua nacional. Nossa busca, pois, constitui-se em compreender

que língua é esta que é construída pelos escritores românticos (autores da língua nacional) e quais os sentidos fixados para esta língua através do discurso romântico. Como dissemos, as produções literárias românticas imprimiram um certo sentido para a língua nacional, pois elas interpretaram esta língua. Sentido este que foi produzido tendo em vista a relação entre língua e ideologia que é materializada no discurso. Dessa perspectiva, o discurso romântico decidiu sobre o caráter dessa língua, bem como sobre o modo de apropriação dela. Dizer que o discurso romântico foi constituído no contexto da construção da nação brasileira, isso por si só é um tanto óbvio. Resta saber que nacionalismo é este e qual foi a referência construída para ele no discurso romântico. Portanto, nossas análises não descrevem este nacionalismo enquanto resultado/conseqüência da nossa Independência política, fato este que nos levaria a exaltar o que era nosso. Não nos filiaremos a esta perspectiva “nacionalista”. A questão para nós é pensar que sentido de nacionalismo é este que irrompeu no Brasil, por meio do discurso romântico. Este nacionalismo certamente não consistiu em um movimento neutro. Ele explicitou certas filiações teóricas, ou seja, ele não construiu qualquer referência para a nação brasileira. O *índio* e a *natureza* não se tornavam nossas referências simplesmente por motivo de orgulho às “nossas origens”. Eles atestaram a filiação teórica ao Naturalismo de Rousseau. Dessa maneira, o Romantismo produziu certos sentidos para o nosso nacionalismo que por sua vez fixou a direção desses sentidos no Brasil. Nossa referência constitui-se, então, em torno do que era considerado natural/próprio deste país: *a natureza*, *o índio* e tudo o que estava relacionado ao estado natural das coisas. É este o pensamento que predominou no discurso romântico e que constituiu o cerne das produções literárias românticas. Este pensamento está na base da constituição do efeito

de sentido da língua nacional. Por esta via de reflexão, também a língua nacional é atestada pelo discurso romântico. É este discurso que vai construir a referência desta língua. O efeito de sentido de língua nacional será atribuído ao modo de pensar do brasileiro, ou seja, nosso modo de pensar seria mais “*simples, natural, livre*”; desse modo, a língua nacional devia ter essas mesmas características para exprimir perfeitamente esse pensamento, uma vez que a língua portuguesa não se moldava aos nossos modos “genuínos” de nos expressarmos. A língua nacional, portanto, se caracterizava enquanto uma língua “*libertada de regras*”, pois ela “*exprimia o nosso pensamento na sua transparência*”. A teoria do Naturalismo, então, é que está na base da constituição dessa língua. E isso pode ser observado em relação à posição discursiva assumida pelo escritor (autor) romântico ao se apropriar da língua nacional. Ele desconstruía a ordem lógica da gramática e “desobedecia” a regra de concordância da língua portuguesa em favor da sua “*inspiração*”. É o que ocorre em: *Em larga roda de novéis guerreiros*

*Ledo caminho o festival Timbira,*

*A quem do sacrifício cabe as honras.*

Obedecida a ordem lógica e a regra de concordância da língua teríamos: *As honras do sacrifício cabem ao festival Timbira*. O mesmo acontece em:

*Possas tu, descendente maldito*

(...)

*Seres presa de vis Aimorés.*

quando o poeta “desobedece” a norma gramatical (a concordância normal) em nome da manutenção da métrica, pois trata-se de uma estrofe, cujos versos contém nove sílabas. Ele “violenta” a gramática em nome da arte poética, produzindo um efeito sobre a língua

nacional. A língua, portanto, devia “estar a serviço” da inspiração poética e não o contrário. A própria métrica se re-significava com o efeito de sentido de língua nacional.

Em: *Só ele, o peregrino, onde acolher-se*

*Não tem tugúrio seu, nem pai, nem 'spôsa*

o poeta novamente altera a ordem da língua, o que produz o efeito de sentido de uma língua flexível, libertada de regras... Em: *e ela deu-lhe do seio uma saudade*

*Murcha, e no entanto bela*

observamos que o poeta quer ressaltar o sentimento de saudade, que pode fazer voltar tanto os bons quanto os maus momentos, e isso é expresso de uma maneira complexa no poema. Ora o poeta se deixa levar tanto pelas tristezas como pelas alegrias que ele já viveu, ora ele se deixa levar apenas pelas belas recordações. E isso é sugerido pela construção: e no entanto.

Os românticos descreveram a língua nacional enquanto uma língua *independente* do português de Portugal. Portanto, a língua que os românticos descreveram tornava visível uma língua *emotiva, simples, concisa, libertada, etc.* As construções sintáticas destacadas nos recortes discursivos que selecionamos acima confirmam a existência dessa língua *libertada, independente, etc.* pois elas não “sacrificavam as idéias, o espírito”, em nome de uma gramática “artificial e lógica”, etc. Estas construções sintáticas enfatizavam o “pensamento”(“o espírito”) nacional, ou seja, elas descreviam as “sensações do espírito”. Elas evidenciavam que a língua nacional descrevia “as emoções pessoais” (do brasileiro). Por exemplo, em : “*Teu sou.*” “*Te vejo, te procuro.*” “*Teus mudos passos sigo*”, parece que o emprego do mesmo tipo sintático - o complemento precedendo o verbo - colocava em relevo (evidência) a pessoa amada. A língua nacional, portanto, configurava-se como

uma língua essencialmente *emotiva*, uma vez que a língua portuguesa tradicional caracterizava-se como uma língua da *razão*, da *lógica*, *etc.*, ou seja, a língua nacional, conforme os românticos a descreveram/interpretaram, explicitava “idéias e sentimentos pessoais”.

Uma leitura mais atenta destes recortes nos mostrará, também, que Gonçalves Dias praticou a língua portuguesa de um modo particular. Porém, este modo de trabalhar a língua não significou, para nós, apenas a liberdade de criação literária, enquanto uma característica decisiva nos pressupostos românticos. Interessa-nos, especialmente, pensar o que estava acontecendo com a língua portuguesa neste momento específico em que irrompia o Romantismo. Refletindo o Romantismo por esta via (enquanto um discurso que constituía a referência da língua nacional - um saber lingüístico nacional), pretendemos dar uma contribuição singular aos estudos sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil (a constituição de uma língua nacional).

Como se vê, o autor romântico inaugurava uma posição discursiva que consistia em dizer como era essa língua nacional. Ele instaurava uma prática discursiva/interpretativa dessa língua. O autor romântico brasileiro não apenas produzia suas obras literárias, ele estava também apropriando-se da língua nacional, descrevendo (interpretando a língua nacional de uma certa maneira) sua especificidade, em suma, ele estava na posição de princípio (origem), em relação à produção de um saber lingüístico singular escrito em língua nacional. Enfim, este gesto de autoria significou a afirmação de um saber lingüístico, enquanto real representação (escrita) da língua nacional.

Olhando por este ângulo, os processos de significação que constituíram o discurso romântico, trabalharam as diferenças/o divórcio entre o português do Brasil e o português

de Portugal. Em outras palavras, as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal legitimaram-se no momento em que certos mecanismos e vocábulos nacionais constituíram uma materialidade lingüística visível no discurso romântico.

Porém, estas diferenças foram interpretadas pelos escritores românticos como a descrição do pensamento nacional/ou como a descrição de coisas próprias do Brasil. O sentimento exacerbado de orgulho nacionalista “apagava” estas reais diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal que irrompiam com o discurso romântico. O discurso nacionalista fixava uma certa interpretação para a língua que se praticava no Brasil.

Enfim, queremos compreender a descrição da língua nacional brasileira (a materialidade lingüística do discurso romântico) a partir do sentimento nacionalista que afetava o pensamento dos escritores românticos, ou seja, que constituía a posição discursiva do escritor romântico. A questão da língua nacional, portanto, era uma questão ideológica, pois os escritores românticos inscreviam os seus dizeres no interior do discurso nacionalista. Este discurso, por sua vez, constituía o pensamento dos escritores românticos. Essa era a ideologia dominante da época. Por outro lado, queremos ressaltar que os escritores românticos brasileiros construíam a singularidade da língua nacional, tendo em vista os sentimentos de liberdade/independência e de orgulho nacional. Vejamos os seguintes recortes discursivos, extraídos da obra poética de Gonçalves Dias, para exemplificar o deslocamento que os escritores românticos brasileiros estavam fazendo, em relação à língua portuguesa tradicional (o modelo clássico):

*“Lerás porém algum dia*

*Meus versos, d' alma arrancados*

*D' amargo pranto banhados,*

*Com sangue escritos; \_\_\_ e então*

*Confio que te comovas,*

*Que a minha dor te apiade,*

*Que chores, não de saudade,*

*Nem de amor, \_\_\_ de compaixão” (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves. Op.*

*cit.: 92).*

*“Por amor de um triste velho,*

*Que ao termo fatal já chega,*

*Vós, guerreiros, concedestes*

*A vida a um prisioneiro.*

*Ação tão nobre vos honra,*

*Nem tão alta cortesia*

*Vi eu jamais praticada*

*Entre os Tupis, \_\_\_ e mas foram*

*Senhores em gentileza” (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 29).*

*“O forte, o covarde*

*Seus feitos inveja*

*De o ver na peleja*

*Garboso e feroz;” (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 43).*

*“Espreita, sim, mas duvida*

*Que a bela imagem querida*

*Torne a volver;*

*E na fonte cristalina*

*Para ver todo se inclina*

Se a pode ver! (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 51).

*“Pelas ondas do mar sem limites*

*Basta selva, sem fôlhas, i vem;*

*Hartos troncos, robustos, gigantes;*

*Vossas matas tais monstros contêm”* (DIAS, Gonçalves. Gonçalves

*Dias - Poesias. Organização, cronologia e notas por Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editôra, 1960: 48).*

*“Há i pruzer tamanho que embriaga,*

*Há i prazer tão puro, que parece*

*Haver anjos dos céus com seus acordes*

*A mísera existência acalentado!”* (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves.

Op. cit.: 15).

*“Dizei vós: Triste do bardo!*

*Deixou-se de amor finar!*

*Viu uns olhos verdes, verdes,*

*Uns olhos da côr do mar:*

*eram verdes sem esp’rança,*

*davam amor sem amar!*

*Dizei-o vós, meus amigos,*

Que ai de mi!

*Não pertença mais à vida*

*Depois que os vi!”* (grifo nosso) ( DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 52).

*“Brilha a lua no céu, brilham estrêlas,*

*Correm perfumes no correr da brisa,*

*A cujo influxo mágico respira-se*

*Um quebranto de amor, melhor que a vida!*

*A flor que desabrocha ao romper d'alva*

*Um só giro do sol, não mais, vegeta:*

*Eu sou aquela flor que espero ainda*

*Doce raio do sol que me dê vida” (grifos nosso) (DIAS, Gonçalves. Op.*

*cit.: 53, 54).*

*“Se ainda me escuta meus agros delírios:*

*\_\_\_ ‘És alva de lírios’,*

*Sorrindo responde, ‘mas és Marabá:*

*“Quero antes um rosto de jambo corado*

*‘um rosto crestado*

*Do sol do deserto, não flor do cajá’.*

*(...)*

*Jamais um guerreiro da minha arazóia*

*Me desprenderá:*

*Eu vivo sozinha, chorando mesquinha,*

*Que sou Marabá!” (grifos nossos) (DIAS, Gonçalves. Op. cit.:*

*56, 57).*

*“Muito penei. Cruas ânsias,*

*Das teus olhos afastado,*

*Houveram-me acabrunhado,*

*A não lembrar-me de ti!*

*Louco, aflito, a saciar-me*

*D'agrar minha ferida,*

*Tomou-me tédio da vida,*

*Passos da morte senti;*

*Mas quase no passo extremo,*

*No último arcar da esp'rança,*

*Tu me vieste à lembrança:*

*Quis viver mais e vivi!"* (grifos nossos) (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 61,

62).

*"Tantos encantos me sinham,*

*Tanta ilusão me afagava,*

*De noite, quando acordava,*

*De dia em sonhos talvez!"* (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves. Op. cit.:

64).

Queremos explicitar com estas construções destacadas as particularidades da gramática brasileira (nacional). Com o Romantismo, a gramática tradicional (que configurava uma língua clássica/lógica) é sensivelmente transformada, pois no discurso romântico a língua adequou-se às sensações/emoções do espírito romântico/espírito nacional, ou seja, Romantismo e nacionalismo, embora configurassem movimentos independentes, fundiram-se de uma maneira singular no Brasil, constituindo uma imagem própria para a língua portuguesa do Brasil em sua materialidade. Esta materialidade construiu a individualidade da língua portuguesa do Brasil. Nesse sentido, a língua nacional evidenciava uma gramática simples, fácil, emotiva, etc., que praticava as ideologias dominantes que constituíram o pensamento romântico brasileiro. Isso, para nós, atesta o funcionamento ideológico da língua (cf. Orlandi, 1995:16, 17). Por exemplo, em *te apicade*, Gonçalves Dias emprega o verbo *apiedar-se* seguindo o seu sentimento de

dor/paixão pela mulher amada, ou seja, as palavras se organizavam segundo as regularidades (a ordem) do discurso romântico (enquanto uma formação discursiva) e não a partir das regras que configuravam o discurso gramatical clássico. Em relação à construção e *mas*, destacada no segundo recorte, entendemos que o mas enfatiza (pois ele reforça um pensamento, e nesse caso o sentido que ele imprime se diferencia do seu uso lógico) uma ação nobre (de generosidade). Em outras palavras, ele não reproduz o sentido de contra-argumento fixado pela gramática tradicional. Aqui ele adquire o sentido de: e *notem que...*

Expressar as idéias obedecendo apenas o “acento da inspiração”. Essa era a regra para os escritores românticos. Para nós, isso significa dizer que o Romantismo construía uma posição discursiva para os escritores brasileiros, em relação à língua. Os escritores românticos, nesse sentido, eram interpelados pelas ideologias que constituíam este discurso. Não se tratava de uma desobediência/ou displicência ao modelo tradicional da língua portuguesa. Do nosso ponto de vista, a questão era ideológica, ou seja, de posicionamento em uma certa formação discursiva. É por este viés que queremos compreender as construções que destacamos nos recortes citados acima.

Os escritores românticos, portanto, marcavam a língua pela posição ideológica (discursiva) em que estavam inscritos. Eles imprimiam na língua formas que realçavam o sentimento de “liberdade de criação” e que se relacionavam à “expressão do pensamento/sentimento nacional”. Decorre daí o efeito de sentido de construções “incorretas” ou “complexas”. É o caso de: *A cujo influxo mágico respira-se*. Atentemos, nesse exemplo, para a ênclise do pronome átono em oração subordinada (desautorizando a gramática tradicional), o que caracterizava “erro”. Em *A não lembrar-me de ti!*, o poeta

emprega a ênclise em uma oração negativa, o que também, segundo a gramática tradicional, constitui um “erro”. Em Para ver todo se inclina

Se a pode ver!

Temos uma construção invertida, ou seja, que se encontra na ordem indireta. Está materializado neste gesto de interpretação sobre a língua o efeito de sentido de “liberdade de criação”, de rompimento com a ordem da lógica gramatical. Esta construção na ordem direta ficaria assim: Inclina-se todo para ver

Se a pode ver!

Na construção que segue: O forte, o cobarde

Seus feitos inveja

De o ver na peleja

Garboso e feroz:

a ordem da gramática lógica é quebrada, produzindo efeitos de sentido de construção de uma língua libertada, investida de emoção. Isto está visível na inversão dos termos que compõem esta construção. O complemento (o objeto indireto: o forte), por exemplo, inicia a construção (é dado um lugar de destaque a este complemento, portanto), logo após vem o sujeito (o cobarde), seguido pelo outro complemento (seus feitos), o objeto direto, e finalmente, aparece o verbo (inveja). Com a inversão da ordem da língua clássica, o poeta suprimiu os conectivos que marcam o objeto indireto (as preposições: à, de). Com isso, podemos afirmar que há um trabalho ideológico que determina o funcionamento da língua. Na ordem direta esta construção ficaria desse modo:

O cobarde inveja

## Os feitos do forte

ou: O cobarde inveja

### Ao forte seus feitos.

Podemos dizer, então, que a própria gramática pode ser considerada como um processo discursivo que imprime sentidos específicos para uma língua. Ela constitui um lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia (a exterioridade). A literatura, por seu lado, explicita esta materialidade lingüística/discursiva da língua em um certo intervalo temporal. Ela descreve a língua em condições específicas. É isso que estamos mostrando com os recortes discursivos que selecionamos e que estamos descrevendo.

Outro efeito de sentido curioso, marcado na materialidade lingüística do discurso romântico, refere-se à construção *i* no lugar de *ai*, conforme apontamos em dois recortes discursivos que citamos. Entendemos que esta construção está relacionada ao imaginário do “comportamento simples e natural” da língua nacional, determinado ideologicamente. Esta língua trabalhada pelos românticos não se adequava às regras da gramática clássica/lógica, mas ao “acento da inspiração/aos relevos do pensamento”, conforme já dissemos. O mesmo ocorre com o *que* (=porque) de: Que ai de mi! O poeta emprega a forma lingüística que “exprimiu com mais precisão” o efeito do encantamento/da sedução provocado por uns certos “olhos verdes”. Da mesma forma, explicamos o *que* de: Que sou Marabá! Temos aí o *que* reforçando a idéia de fortaleza, virtude de um Marabá. Desse modo, o *que* imprime um sentido mais forte que a idéia de causa (que seria expressa pelo *porque*). A regra gramatical, portanto, é definida pela “articulação das idéias” que não correspondem à ordem lógica da língua (tradicional). Podemos observar também que

o mesmo ocorre em: *Do sol do deserto, não flor do cajá*. Aqui, o poeta empregou a preposição *de* ao invés da preposição *por*. Novamente o poeta filiou-se à memória de uma língua possível (a língua nacional) e não à memória da língua clássica. Em relação à: *Um só giro do sol, não mais, vegeta*; o poeta encontra uma outra forma de dizer: *um só dia*. Nesse caso, o poeta “desprende-se” da memória que é estruturante do sentido literal, dado pela ordem tradicional da língua, e se orienta pelo imaginário de uma língua outra, regida pelo efeito da força das “coisas”. Dessa forma, ele produz um efeito de significação “secundário” sobre a língua. A referência da língua é transferida para as ações/os comportamentos das coisas. É assim que entendemos o efeito metafórico sobre a própria língua. Este efeito metafórico está articulado à “liberdade de criação” no discurso romântico, pois podemos dizer que a língua portuguesa do Brasil (a nacional) se divorciou da língua portuguesa de Portugal por meio desse efeito de sentido metafórico. Em outras palavras, a língua nacional construiu uma (a sua) referência ancorada nas características das coisas nacionais/no comportamento (=a índole) do brasileiro. Enfim, a língua nacional, ao relacionar palavras e coisas, o fazia por um imaginário que lhe dava uma certa forma.

Em: *Passos da morte senti*;

*Mas quase no passo extremo*

ocorre o mesmo efeito metafórico sobre a língua descrito acima, em que *passos* significa *sinais*, *prelúcios* e *passos* adquire o sentido de *situação conjuntura*. Ou seja, a transferência de sentidos desloca a idéia de sentido fixo/único para a idéia de sentido construído numa relação. A construção: *Tantos encantos me tinham*, também constitui-se sob o efeito de sentido metafórico. Aqui, *tinham* significa *possuíam/ocupavam*. Finalmente, em: *Eu sou aquela flor que espero ainda*, o poeta relaciona a vida de uma flor

à sua própria vida. Os sentidos que o poeta espera encontrar à sua vida é o mesmo sentido (este é o efeito metafórico que constitui-se numa relação) que o doce raio do sol representa para uma flor: a fonte da vitalidade, a força para viver, etc...

Estas construções destacadas nos recortes discursivos selecionados acima, portanto, dão a visibilidade de uma descrição/interpretação da língua nacional brasileira. Uma língua que, segundo os românticos, obedecia os “enlevos do espírito” e não a lógica da gramática tradicional da língua portuguesa. Uma língua investida de *emoção*, portanto. Esta língua praticava todas as ideologias formadoras do pensamento romântico. É nesse sentido que entendemos que o estilo literário romântico movimentou a língua portuguesa no Brasil de um modo particular, imprimindo nela uma materialidade que explicitava as reais condições em que este discurso (o romântico) foi produzido. Entenda-se estas reais condições de produção do discurso romântico enquanto a condição histórica/social/ideológica em que este discurso foi produzido (voltaremos a falar nisso no capítulo 6 desta dissertação).

Lembremos, pois, que a grande preocupação dos autores românticos (sobretudo Gonçalves Dias e José de Alencar) era a de mostrar a “simplicidade” (a naturalidade) da “língua brasileira”. Inaugurava-se, dessa maneira, com o discurso romântico, a prática de uma gramática e de um dicionário nacionais, ou seja, a prática de uma língua escrita nacional (*libertada*, segundo os românticos), que terá sua unidade (imaginária) construída com a produção de gramáticas e de dicionários, enquanto objetos visíveis (saberes lingüísticos singulares) para a sociedade, no decorrer deste mesmo século (XIX).

É neste século (principalmente após a sua segunda metade), então, como já se têm dito, que se desenvolveram (constituíram) no Brasil, os processos discursivos (saberes lingüísticos) que construíram a unidade (imaginária) da língua nacional. Temos com estes

processos discursivos a fundação de uma discursividade que dizia como era essa língua nacional, ou seja, os literatos, gramáticos e lexicógrafos apropriavam-se dessa língua nacional para construir seus objetos históricos (saberes lingüísticos). Estamos dizendo que a constituição desses objetos históricos (saberes lingüísticos) implicou na construção de uma posição-sujeito (de) autor, em relação à língua nacional. Tratava-se, então, de um gesto de autoria, em relação a esta língua, ou seja, o escritor romântico, o gramático e o lexicógrafo colocavam-se na posição de autor da língua nacional. Eles instituíram uma prática lingüística nacional, em relação à escrita dessa língua.

Nesse sentido, a constituição do discurso romântico, de gramáticas e de dicionários (entendidos aqui como processos discursivos - saberes lingüísticos - que construíram a unidade imaginária da língua nacional) funda uma *memória escrita* para esta língua nacional.

Por outro lado, é preciso destacar que a unidade de uma língua constitui a unidade de uma nação e representa a estabilidade de relações (sintonia) entre um povo e um Estado. A constituição de objetos históricos como formas de representação da língua escrita nacional deve ser pensada, em relação à constituição da unidade do Estado brasileiro, pois a língua escrita é o lugar de materialização da unidade do Estado. A criação de escolas com seus programas, portanto, constituiu um dos lugares visíveis em que se materializava a unidade do Estado Brasileiro e instituiu-se a unidade da língua escrita nacional (por meio do ensino dessa língua). Esses saberes lingüísticos, portanto, davam a visibilidade da constituição de nossa própria gramática, nossa própria literatura e nosso próprio dicionário.

Lembremos que nossa atenção estará voltada, especialmente, para a materialidade do discurso romântico (que reúne os processos de significação referentes à gramática e o dicionário, enquanto práticas discursivas). Ela imprimiu uma realidade literária brasileira, bem como explicitou a especificidade da língua portuguesa do Brasil.

Desse modo, a literatura romântica brasileira, caucionada pela imprensa, constituiu-se em um dos principais objetos históricos que construiu e representou a unidade e a identidade da Língua nacional/da Nação brasileira/do Estado brasileiro. A produção literária romântica brasileira, enquanto escritura da língua nacional, estabeleceu sentidos específicos para a construção da identidade desta referida língua, bem como para a construção da identidade (individualidade) da nação brasileira.

O lugar institucional conferido à imprensa, numa formação social como a nossa (por exemplo), é fundamental para pensarmos a propagação e a legitimação de um determinado discurso. Estamos afirmando que a literatura romântica brasileira, enquanto um objeto histórico que se tornava visível para a sociedade brasileira (através da imprensa), instituiu-se como um saber legítimo produzido em língua nacional.

Os escritores românticos brasileiros, nesta perspectiva, não estavam apenas fazendo literatura (aliás, esse é o grande deslocamento que estamos fazendo ao distinguir: *escritor* de *autor*); eles estavam construindo um saber singular para a língua nacional. Estavam, enfim, deslocando a referência da língua portuguesa para o território brasileiro, ou seja, a literatura romântica brasileira imprimiu sentidos específicos para a nação brasileira e para a língua nacional. Sentidos estes (relacionados ao naturalismo, teoria que no Brasil constituiu-se em torno da natureza e do índio - as referências nacionais) que fixavam a

nossa identidade nacional. O discurso romântico explicitou a relação necessária entre a língua (nacional) e o sentimento nacionalista/naturalista (ideologia) dominante na época.

Dessa forma, os escritores românticos brasileiros instauravam uma produção literária brasileira (=um saber lingüístico nacional). Eles estão na origem da construção de um saber (conhecimento) literário brasileiro. A literatura romântica brasileira, portanto, instaurou uma nova interpretação para a língua portuguesa do Brasil. Abria-se, dessa maneira, uma nova história para a língua portuguesa do Brasil. Uma história que não se confundia mais com a história da língua portuguesa de Portugal.

O escritor romântico, dessa forma, fundava uma discursividade para a língua nacional na qual ele se colocava na posição de quem instaurava uma *escritura* para essa (dessa) língua em “primeira mão”. Podemos dizer que ele produzia/fixava uma interpretação para essa língua, ou seja, o escritor romântico criava o imaginário de uma língua nacional que configurava a nação brasileira.

O discurso romântico, então, constituiu-se uma *escritura* (da língua nacional) que propagou a idéia de unidade da língua nacional. O lugar (a posição) de autor(ia) construído (a) pelo discurso romântico conferia ao escritor romântico (o literato) a função de interpretar (descrever) a língua nacional para a sociedade e não apenas a de “escrever” para a sociedade. Este deslocamento (da noção de escritor para a noção de autor) nos permite olhar para o discurso romântico enquanto uma *escritura* que constituiu a “matriz” da língua nacional. Estamos dizendo que do lugar (da posição) de autor, o escritor romântico instaurava uma discursividade para a língua nacional e para o brasileiro (o sujeito brasileiro) e não apenas escrevia para a sociedade. O escritor romântico, com suas obras literárias, tornava possível que se pensasse em termo de uma língua escrita

nacional no Brasil. Trata-se de pensar os escritores românticos enquanto fundadores/autores de uma *escritura* da língua nacional, pois eles fixaram uma maneira específica de se olhar (interpretar) para essa língua.

Uma língua (em termos de sua representação, ou seja, de sua escrita), então, não se configura numa sociedade tendo em vista o conjunto de falantes que a pratica(m), ou seja, uma língua escrita não consiste na simples transcrição da oralidade; esta seria uma forma natural/ideal de se conceber uma língua. Propomos, ao invés disso, que esta relação entre uma língua/e seus falantes seja pensada, em relação à constituição de objetos simbólicos sócio-históricos (a literatura, a gramática e o dicionário) que dão a visibilidade de uma unidade para a língua (escrita) e de uma individualidade/singularidade para a nação que esta língua (imaginária) representa.

Nesse sentido, a constituição desses objetos simbólicos (que representam a unidade imaginária de uma língua escrita) deve ser pensada, em relação à construção da singularidade/identidade de uma nação. É dessa forma que estamos compreendendo a constituição do discurso romântico: enquanto parte essencial da construção da língua nacional e da identidade da nação brasileira.

A construção da língua nacional brasileira deve ser pensada, então, em relação à constituição dos objetos simbólicos sócio-históricos que a representaram (as obras literárias românticas, as gramáticas e os dicionários). Não se trata, portanto, da simples transcrição da oralidade dos reais praticantes da "língua brasileira".

Dessa forma, acreditamos estar deslocando a concepção de língua enquanto um conjunto de regras (um dicionário, à maneira saussureana) aceitas (convencionadas) socialmente e impostas para cada indivíduo, para a concepção que compreende a língua

enquanto uma memória coletiva que é estruturante do pensamento nacional. Trata-se de uma concepção discursiva da língua com a qual estamos operando neste trabalho. No primeiro caso podemos pensar em termo de regras, impostas socialmente, ao passo que no segundo caso podemos falar de regularidades (históricas) que têm a ver com a ordem própria da língua. Estamos querendo dizer que as regras de uma língua não são definidas intencionalmente/socialmente. Trata-se de pensar estas regras enquanto determinação ideológica (as regularidades) e não apenas enquanto convenção social. As regras de uma língua, então, dessa perspectiva, não são criadas no seio de uma sociedade (como se fosse apenas o fator social que decidisse sobre a língua).

De acordo com o quadro teórico a que nos filiamos, estas regras estão relacionadas à memória da língua. Dessa forma, a própria língua (a sua memória) exerce controle sobre ela mesma. É nesse sentido que preferimos trabalhar com a noção de regularidade (em oposição à de regra) no domínio da língua (do discurso, portanto). Dessa concepção o sujeito se reconhece (se constitui) na própria língua que fala. Notamos, então, que no primeiro caso fala-se em indivíduo, no segundo em sujeito. Ainda de acordo com a segunda concepção de língua que apontamos (e pensando a construção da língua nacional brasileira), podemos pensar a relação constitutiva entre *o sujeito nacional/a língua nacional/e a nação brasileira*.

Desse modo, a construção e a representação de saberes lingüísticos (a literatura = o discurso romântico, a gramática e o dicionário), que tornaram visível a unidade (e a realidade) da língua nacional, tem como consequência a constituição de um sujeito nacional, ou seja, um cidadão brasileiro que tem sua língua própria. Vale dizer (também)

que a construção desses objetos históricos, que criaram o imaginário de unidade da língua nacional, instituiu a singularidade/uma identidade à nação brasileira.

Nesse sentido, a espessura do discurso romântico constituiu o lugar em que a emergência de uma língua nacional se evidenciava. Dito de outra forma, com o discurso romântico a questão da língua portuguesa passava a ser uma questão brasileira (nacional); assim a língua portuguesa do Brasil (que já não era mais a mesma de Portugal, mas sim a língua nacional brasileira) passou a identificar o cidadão brasileiro (o sujeito nacional), uma vez que entendemos que sujeito e linguagem constroem-se mutuamente (o brasileiro tinha sua própria língua).

Dessa forma, a língua portuguesa do Brasil (a língua nacional brasileira) desencadeava novos sentidos (de brasilidade) e individualizava-se. Estamos pensando na produção literária romântica, de gramáticas e de dicionários que re-significaram a língua portuguesa do Brasil, configuraram uma língua singular (a língua nacional) e que produziram (de uma maneira específica) uma leitura para a língua portuguesa do Brasil.

Portanto, estamos considerando que, para a constituição de uma nação (independente), a produção de conhecimentos (saberes) sobre a língua “nacional”, que a represente em termos de escrita e (de) escritura, faz-se necessário. E a produção literária (a escritura), a gramática e o dicionário são processos discursivos constitutivos (representativos) da língua, do mesmo modo que a especificam como nacional.

Entendemos, então, conforme Orlandi (1997b:4), que são estes objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a unidade (imaginária) da língua. A partir do final do primeiro quartel do século XIX a produção de textos/discursos referentes à questão da língua do Brasil funda também a produção de um conhecimento (teórico) sobre a língua

nacional. Ou seja, inaugurava-se uma teorização da língua nacional brasileira. Nesta perspectiva, acreditamos que não apenas se construía um conhecimento (teórico) sobre a língua nacional com estes discursos. A própria língua estava sendo constituída. E são estes “objetos” simbólicos sócio-históricos (ibidem) que definiam sua constituição, sua identidade. Estamos falando da literatura, da gramática e do dicionário. Estes “artefatos” simbólicos colocam a língua em funcionamento. Eles criam um imaginário de língua, de unidade de língua. Estes objetos simbólicos fundaram uma teorização do pensamento lingüístico brasileiro. Podemos afirmar também que estes saberes lingüísticos explicitaram diferentes filiações teóricas que vão constituir de um modo particular o pensamento brasileiro. Interessa-nos mais especificamente nesta dissertação, o primeiro destes objetos simbólicos: a literatura.

Estamos querendo ressaltar que as condições em que o discurso romântico foi produzido (e a maneira como o estamos compreendendo neste trabalho - enquanto um saber lingüístico nacional), nos conduziu a uma determinada compreensão, em relação ao lugar (a posição) ocupado (a) pelo escritor no contexto literário (na ordem do discurso literário). Isto quer dizer que, o escritor romântico se constituía em autor, no momento em que ele deslocava para o território nacional a autoridade (o gesto de autoria) de se poder produzir um saber lingüístico em língua nacional, saber este que está na base da produção de um discurso que tem uma forma particular: o discurso literário romântico. Este gesto de autoria colocava o escritor romântico na origem de um discurso que instituía uma singularidade para a língua nacional e para a nação brasileira.

Nesse sentido, a figura do autor se responsabilizava pela criação de um saber lingüístico em língua nacional. Este saber lingüístico, portanto, significou muito mais que

um conjunto de obras que foram produzidas num determinado período e que configuraram um estilo literário específico. Trata-se, segundo o que pensamos, de uma escritura da língua nacional, ou seja, estamos entendendo esse saber lingüístico enquanto um processo que descreveu esta língua. Em outras palavras, estamos propondo que ele seja compreendido como um processo que instaurou uma especificidade à língua nacional. Este saber lingüístico trabalhou o processo de identificação (de brasilidade) entre língua/nação/povo. A literarização de uma língua, então, trabalha a unidade e a identidade desta língua. Queremos dizer com isto que, este processo de literarização especifica uma língua (nacionaliza uma língua). Portanto, este saber lingüístico é o lugar onde a identidade de uma língua, de uma nação e de um povo é construída (trabalhada).

Fizemos estas considerações para mostrar que este saber lingüístico produzido no Brasil constituiu-se em um saber nacional (legítimo), no século XIX, com as produções literárias românticas, por isso estamos destacando a importância da autoria - ser autor nacional - neste período. Estamos afirmando que a elaboração de um saber lingüístico nacional legítimo, enquanto escritura da língua nacional, é particularidade do século XIX. É com o Romantismo (=saber lingüístico produzido na base da língua escrita) que é estabelecida uma identidade entre língua nacional/nação brasileira e o povo brasileiro.

Portanto, o discurso romântico produzido no Brasil, é um saber lingüístico que instituiu uma relação direta entre língua e identidade nacional.

Desse modo, concluímos que um saber lingüístico se constitui nacional, no momento em que ele representa o que é próprio (a individualidade) de uma nação, ou seja na medida em que ele representa o "caráter" de um povo específico (no momento em que o povo representa-se na língua e vice-versa). Por outro lado, podemos afirmar que produzir um

saber lingüístico nacional é estar na origem de uma discursividade, em outras palavras, é legitimar esta discursividade, é ser autoridade daquilo que se diz.

Nesse sentido, os autores de obras literárias do século XIX, não foram, do nosso ponto de vista, apenas escritores, eles assumiram a posição de quem estava na origem da constituição de um saber lingüístico nacional, eles deslocaram a autoridade de se poder criar textos literários (obras literárias) em língua nacional (no Brasil). Enfim, são estas obras literárias que deram a visibilidade desse saber legítimo nacional para a sociedade.

O evento do Romantismo, para nós, significou muito mais que uma escola literária autônoma (=um bloco homogêneo e abstrato de idéias), trata-se de um estilo literário (um discurso) que foi marcado pelas polêmicas/contradições/transformações/deslocamentos provocados (travados) no campo da língua e da literatura. O que precisa ficar claro é que as (estas) questões (concernentes à questão da língua e da literatura) que foram postas neste período têm (tudo) a ver com a afirmação política de um nação (1822) que até então era colônia. Estamos falando da emergência para se instituir a unidade lingüística da nação brasileira.

Queremos mostrar que a (instituição de uma) língua escrita é o lugar da construção da unidade de um Estado/de uma nação. Ou seja, a nossa independência política tornou visível também a nossa independência lingüística (construção de um pensamento lingüístico nacional). Dessa forma, interessa-nos saber que discurso é esse que constituiu o Romantismo? Que sentimento nacionalista é este que se instaurou nesse período literário, materializando este discurso? Que deslocamento este acontecimento discursivo realizava? Os temas ligados à questão da nacionalidade tornaram-se, então, nucleares (os principais objetos) para os escritores românticos. Ao escrever sobre estes objetos, os

escritores românticos não estavam apenas fazendo uma literatura nacional, estavam também, por outro lado, construindo a nação brasileira e particularizando a língua nacional. O discurso romântico legitimou nossa independência lingüística, pois ele constituiu-se como o acontecimento lingüístico (e político) que explicitava o português brasileiro.

Vamos agora especificar o que queremos dizer quando afirmamos que a constituição do discurso romântico deve ser entendida como parte fundamental da constituição da língua nacional brasileira. Para nós, isso significa dizer que, um discurso realiza-se numa base comum (=estrutura) que é construída ao mesmo tempo em que o discurso, enquanto processo, é produzido (=o acontecimento). O discurso romântico brasileiro é um dos lugares em que se explicitou a existência de uma língua singular no Brasil (=a língua nacional).

Dessa forma, o discurso romântico definiu o perfil desta língua nacional, em outras palavras, este discurso criou uma identidade para esta língua (=uma língua simples, concisa, fácil e natural), pois ele a representou de um certo modo. No poema “*Canção do exílio*”, Gonçalves Dias trabalhava a simplicidade desta língua. Este poema dava a visibilidade de uma língua que foi escrita com simplicidade, naturalidade:

#### *CANÇÃO DO EXÍLIO*

*Minha terra tem palmeiras,*

*Onde canta o Sabiá;*

*As aves, que aqui gorjeiam,*

*Não gorjeiam como lá.*

*Nosso céu tem mais estrelas,  
 Nossas várzeas têm mais flores,  
 Nossos bosques têm mais vida,  
 Nossa vida mais amores.*

*Em cismar, sozinho, à noite,  
 Mais prazer encontro eu lá;  
 Minha terra tem palmeiras,  
 Onde canta o Sabiá.*

*Minha terra tem primores,  
 Que tais não encontro eu cá;  
 Em cismar \_\_\_ sozinho, à noite \_\_\_  
 Mais prazer encontro eu lá;  
 Minha terra tem palmeiras,  
 Onde canta o Sabiá.*

*Não permita Deus que eu morra,  
 Sem que eu volte para lá;  
 Sem que desfrute os primores  
 Que não encontro por cá;  
 Sem qu'inda aviste as palmeiras,*

*Onde canta o Sabiá.* (DIAS, Gonçalves. *Poemas*. Seleção,

introdução e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos. \_\_\_Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997:27,28).

Criando-se uma identidade para esta língua, criava-se, ao mesmo tempo, uma identidade para o povo brasileiro e para a nação brasileira, pois uma língua materializa o “pensamento”/o “sentimento” de um determinado povo. O discurso, desse ponto de vista,

explícita as ideologias formadoras do pensamento de uma certa época. No caso específico que estamos analisando, o discurso romântico tornava visível a relação entre a língua (nacional) e a ideologia nacionalista/naturalista/sentimentalista que dominou esta época. Com o discurso romântico, portanto, configurava-se a índole do povo brasileiro e destacava-se a natureza como a nossa maior riqueza natural. Desse modo, o discurso romântico, a partir de uma concepção naturalista, definiu a nação brasileira como sendo um lugar ideal, ou seja, um paraíso. É essa a imagem que vai sendo construída para a nação brasileira no discurso romântico.

Quando pensamos o discurso romântico, o pensamos assim: enquanto uma materialidade que constituiu um saber lingüístico específico para a língua nacional. Este saber lingüístico é parte essencial da construção da imagem desta língua nacional, pois ele fixa a existência dessa língua, em termo de escrituração da mesma e concorre para a criação da ilusão de unidade (completude) dessa língua.

Os saberes lingüísticos se realizam na base da própria língua (=sua estrutura), pois eles não nascem (naturalmente) no seio dessa língua escrita (=estrutura). Isto quer dizer que os processos discursivos (os saberes lingüísticos) se constituem ao mesmo tempo em que a língua se constitui. Eles movimentam a língua colocando-a em funcionamento. Desse modo, podemos afirmar que a existência (a unidade) de uma língua escrita, em relação à sua representação, é da ordem do imaginário, ou seja, a unidade de uma língua é produzida ideologicamente. Na realidade, um saber lingüístico é constituído histórica e ideologicamente.

Trata-se de pensar o discurso romântico enquanto um saber lingüístico que se constituiu de alguma forma na base da língua escrita (=estrutura). Nossa tese principal

neste trabalho sustenta-se na seguinte afirmação: a língua nacional que se formava no Brasil, no século XIX, tinha como base a construção de saberes lingüísticos que instituíam uma identidade própria e uma unidade para o Estado brasileiro. Temos sustentado também que estar na origem da construção desses saberes, significou fundar uma discursividade para esta língua (nacional)/para a nação brasileira/para o povo brasileiro. Em outras palavras, a construção desses saberes lingüísticos significou legitimar um conhecimento próprio para a língua nacional que se formava. Nesta direção, diríamos que a autoria colocava-se como parte essencial da constituição (e legitimação) desses saberes lingüísticos. É o autor, então, que se responsabilizava pela produção desses saberes.

O discurso romântico, como sabemos, está diretamente ligado à questão da instituição de uma identidade nacional. A produção dos textos literários românticos constituiu, conforme já dissemos, um saber lingüístico específico produzido em língua nacional. A constituição desse saber estava articulada à emergência de se instituir uma consciência nacional. Nesse sentido, o discurso romântico consistiu, essencialmente, na construção dessa “consciência brasileira”. Podemos dizer que esta “consciência” foi construída segundo o pensamento romântico que afetava os autores desta época. A construção dessa consciência, seguramente, implicou na construção de uma identidade nacional.

O discurso romântico, portanto, propagava o sentimento de nacionalidade que fundava a consciência nacional. Por outro lado, esta consciência nacional se consolidava na construção de instâncias institucionais que trabalhavam a unidade do Estado brasileiro. Estamos falando, especialmente, da construção da unidade da língua (por meio de saberes lingüísticos - objetos simbólicos sócio-históricos - que explicitavam a especificidade dessa

língua nacional) e dos meios de seu ensino (a criação das escolas e seus programas). Desse modo, as obras literárias, as gramáticas, os dicionários, etc., constituíam uma materialidade que atestava a existência (representação) de uma língua nacional (a sua unidade). Esta materialidade significava também a criação de um “pensamento brasileiro”, em relação à língua. Em outros termos, podemos dizer que a materialidade destes saberes lingüísticos fundava uma teorização específica para o pensamento brasileiro. Ela tornava visível uma prática (uma textualidade) nacional, trabalhada nas instituições que então tomavam forma (Escola, Constituição, etc.).

O sentido de brasilidade era concebido em relação a uma imagem romântica do país e não em relação ao corpo de falantes que se constituía nessa nossa nação de alguma forma. Ao focar a “naturalização” da fala do brasileiro desviava-se da “nacionalização” dessa fala. O homem do Brasil permanecia configurado como “homem da terra” e não como cidadão de uma nação (Dias, 1996:63).

Pensar o Romantismo, então, enquanto discurso, é saber que uma interpretação/uma leitura (arquivo) estava sendo construída para a natureza, o índio, o nacionalismo, etc., segundo filiações teóricas específicas que estão na base da constituição do pensamento romântico brasileiro. Estamos falando da filiação à teoria do “bom selvagem”, de Rousseau. Teoria esta que no Brasil articulou-se ao movimento nacionalista brasileiro. Nesse sentido, o nacionalismo brasileiro é trabalhado tendo em vista a natureza e o índio - nossas referências naturais. Não se tratava, portanto, de uma abordagem “neutra” destes temas (a natureza e o índio). A maneira como estes temas eram abordados refletia as regularidades (os espaços de memória) que configuravam (constituíam) os pressupostos românticos. Dessa forma, ao tematizar a natureza, o índio e o nacionalismo, os autores

românticos inscreviam o seu discurso numa região configurada por uma certa memória discursiva (tudo o que já foi dito a respeito destes temas). Tomemos o exemplo da natureza. Ela era, ao mesmo tempo, personagem e cenário dos romances românticos que se inseriam neste quadro temático. Os autores românticos descreviam a natureza a partir de um sentimento de valorização nacional. O que os românticos tomavam como referência para a natureza era a imagem idealizada (paradisiaca) que eles atribuíam a ela. Outras leituras para a natureza eram apagadas, não eram possíveis. A natureza era, então, descrita a partir de um olhar doce, romântico, enfim.

Queremos olhar para o Romantismo não como um conjunto de obras e autores que trabalhavam certos temas a partir de marcas (características) específicas. Não se tratava de considerá-lo como um bloco homogêneo, como já dissemos. Estamos propondo que olhemos para o Romantismo como um conjunto de textos/discursos que foram produzidos em determinadas condições. Trata-se, portanto, de pensar as regularidades externas e internas que definiram o discurso romântico. Olhando por este ângulo, o Romantismo construía uma leitura para a nação brasileira que se sustentava numa imagem “natural” desta nação. Esta imagem, portanto, remetia a uma memória discursiva que inscrevia o índio como o habitante natural deste país e a natureza como um beleza primitiva, permanente desta nação. É esta a referência que constituiu a literatura romântica. Os românticos se inscreviam nesta memória discursiva. Eles são “falados” por esta memória. A leitura que eles construía para a nação brasileira, não era uma leitura que instituía um lugar crítico em relação às questões sociais/políticas/históricas e culturais que emergiam/irrompiam, dadas as condições em que o Brasil se encontrava, mas sim uma leitura constituída a partir de uma imagem romântica (e naturalizada) do país.

Da mesma forma, a imagem de língua construída pelos românticos se sustentava na mesma “*naturalidade*” que definia o homem (o sujeito) brasileiro. Tanto o brasileiro quanto a sua língua foram configurados pelos românticos, não a partir de um ponto de vista que consideraria a constituição de um cidadão que participava das decisões políticas e sociais (em relação ao brasileiro) e que explicitaria as reais diferenças entre o português de Portugal e o português brasileiro (em relação à língua). Dessa forma, o brasileiro foi definido pelo seu “caráter natural” e “puro” (a partir da “ingenuidade” de seus “sentimentos”) e a língua como investida de sentimentos e emoções.

A “natureza” do brasileiro se confundia com o próprio elemento natural do país (a beleza natural). A língua também foi concebida como tendo um caráter natural, romântico, simples, pitoresco. Transcreveremos a seguir um trecho citado por José de Alencar, em que ele responde às censuras, a propósito do seu estilo de escrita (frouxo e desleixado, segundo os críticos) empregado em O Guarani. Este trecho foi retirado de um dos melhores prosadores portugueses, Fr. Luis de Sousa, para exemplificar o estilo clássico (a língua portuguesa tradicional). Em seguida, este mesmo trecho foi “reescrito” por José de Alencar, porém com algumas transformações no aspecto sintático. Tratava-se, segundo José de Alencar, de “reescrevê-lo” com maior simplicidade para exprimir com clareza e concisão o pensamento brasileiro. Para José de Alencar, o estilo clássico (o português tradicional) não “expressava”, perfeitamente, as “*energias do pensamento, as cintilações do espírito, o perfeito colorido da idéia*”. Ao passo que o estilo moderno (a língua nacional) exprime com maior concisão e simplicidade, toda a grandeza do pensamento:

*“Era uma árvore de tão desmesurada grandeza, que dentro do tronco, que de*

*muita antiguidade tinha aberto e oco se armou uma mesa, e o arcebispo se assentou a ela em uma cadeira, e por memória no mesmo sítio e assento visitou a freguesia, e tinha também lugar dentro a testemunha que vinha dizer seu dito.*” (estilo clássico)

*“Era uma árvore de tão desmesurada grandeza, que dentro no tronco da muita antiguidade aberto e oco, armou-se uma mesa: e ela assentou-se o arcebispo em uma cadeira, onde por memória visitou a freguesia, havendo aí lugar também para a testemunha que vinha dizer seu dito.*” (estilo moderno)

Temos, então, no recorte que exemplifica o estilo clássico, um período formado por oito orações ligadas entre si, ora pelo pronome relativo, ora pela conjunção. Para os clássicos, portanto, os “nervos” de um estilo de escrita são as conjunções que servem de elo à longa série de orações amontoadas em um só período. Contestando este estilo (de escrita clássica), José de Alencar, argumenta que:

*“(...) em vez de robustecer o estilo e dar-lhe vigor, essa acumulação de orações ligadas entre si por conjunções relaxa a frase tornando o pensamento difuso e lânguido.*

*As transições constantes, a repetição próxima das particulas que servem de atilhos, o torceio regular das orações a sucederem-se umas às outras pela mesma forma, imprimem em geral ao chamado estilo clássico certo caráter pesado, monótono e prolixe, que tem sua beleza histórica, sem dúvida, mas está bem longe de prestar-se ao perfeito colorido da idéia”* (José de Alencar, apud, op.cit.: 82).

Por outro lado, ao reescrever/vestir/passar (que para nós não se trata, apenas, de uma mera reescritura/passagem, mas sim de estar fazendo um deslocamento) este mesmo período, mas agora no/ao estilo moderno, José de Alencar comenta:

*“Al está o mesmo pensamento, suprimidas apenas as superfluidades devidas apenas aos descuidos da frase e mecanismos inconvenientes das orações. De oito orações ficaram seis, e estas em vez de serem uniformemente unidas pelo relativo ou pela copulativa como eram as oito, ao contrário, têm todas um vínculo diverso”* (José de Alencar apud op. cit.: 83).

De nossa perspectiva, esse trecho (escrito com maior simplicidade e que representa o estilo moderno, conforme ressaltou José de Alencar), explicita o grande deslocamento que os escritores românticos estavam realizando, em relação à tradicional língua portuguesa. É esse o gesto de autoria instaurado pelos escritores românticos brasileiros. Eles traziam o gesto de autoria desta língua para o território nacional.

Para os românticos, a língua nacional “devia expressar” a naturalidade dos sentimentos/do pensamento do povo que a fala. Por isso, a língua se adequava à naturalidade/simplicidade do pensamento. Um pensamento espontâneo/natural exigia uma língua também concisa, simples, e incoercível. Enfim, a imagem do Brasil era configurada a partir de uma certa concepção naturalista que vai apagar a questão política/social da época e que vai colocar em evidência o sentimento de orgulho ao que era “próprio” deste país. Podemos dizer, então, que no discurso romântico a natureza e o índio constituíram as nossas referências nacionais.

Desse modo, o sentido da natureza toma o lugar do social no discurso romântico. Tudo, então, se mostrava natural/primitivo/original nesse país. Sendo o brasileiro dotado de todas essas propriedades (peculiaridades), a língua também teria estes mesmos traços. Para os românticos, então, a referência da língua brasileira era constituída tendo em vista a naturalidade do país e do pensamento do brasileiro. O sentido brasilidade configurado

pelos românticos está relacionado a uma imagem naturalizada do país, conforme já dissemos. É assim que o Brasil era identificado (desenhado) no Romantismo.

Do mesmo modo, o escritor romântico tecia o “caráter” do brasileiro a partir de sentimentos (e virtudes) ingênuos/puros como: ciúme, amor, sabedoria, amizade, ódio, etc. que movem as personagens de suas obras.

E, finalmente, a imagem de língua tecida pelos românticos se confundia com a própria “simplicidade” e “naturalidade” da linguagem das personagens de suas obras. O discurso romântico, portanto, constituiu-se numa materialidade que instituiu uma certa leitura para o Brasil/e para a língua nacional, ou seja, instaurou uma discursividade para este país/e para esta língua. Cabe-nos dizer, também, que o discurso romântico configurou um saber lingüístico (legítimo) produzido em língua nacional e que tanto este saber quanto a sua autoria são partes fundamentais para se pensar a construção (a unidade) do Estado brasileiro.

Desse modo, entendemos que, ao se colocarem como autor de suas obras, os escritores românticos brasileiros estavam re-significando a língua portuguesa do Brasil. Em outras palavras, ao assinarem suas obras, nossos escritores românticos estavam se instituindo como parte de nossa sociedade (ou seja, constituíam-se em autores da língua nacional). É assim que estamos olhando para a função (da) autoria no século XIX. A produção literária romântica, portanto, fundava uma discursividade para a língua nacional que era legitimada pela figura do autor nacional (por um gesto de autoria = gesto de interpretação sobre a língua nacional). O discurso romântico constituiu-se em um saber lingüístico que re-significou a língua portuguesa do Brasil, ou seja, instituiu uma memória para a língua nacional que se configurava.

O Romantismo brasileiro, portanto, não significou, para nós, apenas um estilo literário que separou a literatura nacional da colonial, conforme encontramos nos manuais didáticos. Esta proposição já parte de lugares estabilizados (e estanques) e transparentes (Romantismo = estilo literário, literatura) que negam a materialidade da linguagem, ou seja, a discursividade do acontecimento. De acordo com o nosso ponto de vista, o Romantismo é uma formação discursiva (pois ele instaurou uma posição discursiva para o autor nacional) que configurou um saber lingüístico específico em língua nacional e que deve ser compreendido em relação à constituição da Língua nacional/da Nação brasileira/do Estado brasileiro, articuladamente.

Dessa perspectiva, o lugar do autor romântico também deve ser destacado (pensado discursivamente). Ele instituiu o discurso romântico enquanto um saber lingüístico nacional e ao mesmo tempo (ele) se responsabilizou por esse saber (discurso). Assim sendo, tanto o discurso romântico, quanto a sua autoria devem ser pensados como parte da construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua organização quotidiana, no/do Brasil. Este gesto de autoria significou trabalhar a unidade da língua nacional e a formação de uma consciência nacional. Trata-se, nesse passo, de olhar para a relação constitutiva entre o discurso romântico/o gesto de autoria/e a sociedade brasileira.

## 6 - O DISCURSO ROMÂNTICO E O NACIONALISMO

Falaremos agora mais especificamente sobre os sentidos produzidos pelo discurso romântico para a nação brasileira, para a língua nacional, e para o cidadão brasileiro, pois não acreditamos que as obras literárias românticas, apenas, representaram (expressaram) a criação fantástica (a inspiração)/o estado de espírito do autor. Trata-se de considerar as condições em que estas obras foram produzidas para compreender os sentidos que elas imprimiram naquele contexto específico.

Descrever as condições de produção do discurso romântico, no entanto, não se restringe a uma mera remissão ao contexto histórico (localizável na linha cronológica)/social (a organização social da época) imediato, em que este discurso se configurou, ou seja, não é suficiente somar o histórico e o social para se chegar a uma real compreensão deste acontecimento, quando se pensa em termos discursivos. De nossa perspectiva, também fazem parte das condições de produção dos sentidos a posição assumida pelo sujeito que produziu o discurso, a memória discursiva que configura o já-dito, a ideologia, etc. Quando trazemos estes elementos para a análise torna-se possível compreender a instituição (e a constituição) dos sentidos e não apenas “descobri-los”/“revelá-los”. Por esta via de reflexão, compreende-se a relação que um discurso estabelece com outros, bem como a determinação que um discurso exerce sobre o outro. Percebe-se, então, que os sentidos não se constituem sozinhos, ou seja, não “brotam” na consciência dos indivíduos. Eles têm uma história concreta, passível de descrição. Em outros termos, eles não se originam no “vazio” da consciência dos indivíduos; eles não são manifestações abstratas indescritíveis.

Desse modo, queremos descrever as condições de produção do discurso romântico para compreender (e explicitar) os sentidos que este discurso instituiu. O discurso romântico é constituído por um conjunto de obras literárias (que é a sua materialidade histórica) que configurou um arquivo específico de um certo momento da história da língua no Brasil. Estas obras literárias constituíram textos/discursos que foram escritos/produzidos em determinadas condições. Eles foram escritos em um momento em que a nação brasileira construía a sua individualidade, a questão da língua nacional brasileira colocava-se fortemente (pois a Independência política significava também a independência do espírito, ou seja, a questão da língua nacional aparece ligada ao pensamento do povo que a fala - o espírito popular), e a identidade do brasileiro era construída.

O Romantismo, nesse sentido, reúne uma produção textual que constitui a memória escrita da língua nacional, pois entendemos que estas obras foram produzidas sob o efeito ideológico do nacionalismo que está na base da construção de uma posição discursiva para os escritores românticos. Estas produções, portanto, interpretaram a nossa língua por este viés nacionalista que estava ancorado na teoria do Naturalismo de Rousseau. É desse ponto de vista que estamos entendendo o Romantismo enquanto uma formação discursiva, pois ele está na “origem” da produção de sentidos para esta língua e para a nação brasileira, sentidos estes constituídos pela filiação teórica ao Naturalismo que vai re-significar a memória “original” deste país, ou seja, que vai interpretar a nossa história “original”. Em outras palavras, é este Naturalismo que retoma o índio e a natureza como nossas referências nacionais, dessa forma, este imaginário natural tomou o lugar do imaginário social/econômico no movimento nacionalista que irrompeu no discurso

romântico brasileiro. Foi essa a ideologia que dominou o pensamento/movimento nacionalista brasileiro. Por ideologia entendemos o efeito produzido pela dominância de um certo sentido em detrimento de outros. Queremos dizer com isto que o sentido dominante é regulado pelo discurso (por uma formação discursiva) e este sentido se constitui enquanto tal por meio de processos de filiações. É dessa forma que estamos entendendo o sentido nacionalista como o dominante no discurso romântico (efeito ideológico), sentido este constituído pela filiação teórica ao Naturalismo de Rousseau. Inaugurava-se, pois, com o Romantismo uma posição discursiva (a posição nacionalista/romântica) para o escritor brasileiro (o autor nacional/da língua nacional). Segundo o que pensamos, os escritores românticos não eram apenas autores de suas obras, eles fundavam uma discursividade para a língua nacional, ou seja, eles se colocavam na posição de autores nacionais. Era dessa posição nacionalista/romântica que os nossos escritores falavam. Os sentidos que eles imprimiam para suas produções eram determinados por esta posição discursiva na qual eles se inscreviam. Estamos considerando, então, as produções literárias românticas enquanto um “gesto de interpretação” sobre os temas nacionais, realizado pelos escritores românticos. Porém, este “gesto de interpretação” está relacionado à posição discursiva nacionalista “assumida” pelos nossos escritores. É este “gesto” que estamos procurando descrever em nosso trabalho. É por esta via de reflexão que também estamos analisando os sentidos instituídos pelo discurso romântico para a língua nacional/para a nação brasileira/para o cidadão brasileiro.

Como vemos, o Romantismo explicitou as relações entre as teorias que constituíram o efeito de sentido de singularidade da língua nacional, pois os sentidos que ele produziu

para esta língua estão articulados a outros discursos, ou seja, são determinados historicamente/ideologicamente. As condições históricas em que este discurso foi produzido determinaram a direção dos sentidos instaurados por ele (o discurso romântico). Desse modo, o Romantismo brasileiro não se constituiu sem relações, sem filiações. Relações essas (=filiações) que estão na base da constituição dos efeitos de sentidos construídos por este discurso. Pela noção de discurso observamos que o sentido que se instaura em um certo momento na história não é qualquer um, assim como também não há sentido “neutro” / “objetivo” / “transparente”. Para nós, o sentido é constituído pela posição “assumida” pelo autor do discurso, posição esta que por sua vez é construída por uma certa formação discursiva. É assim que entendemos a posição nacionalista/naturalista construída pelo discurso romântico (enquanto uma formação discursiva). É dessa maneira também que entendemos que o sentido nacionalista instituído pelo discurso romântico não está (diretamente) relacionado ao sentimento exacerbado de orgulho ao que era nacional, pois ele é histórico. Ele foi construído segundo uma certa filiação teórica, conforme já dissemos. Em suma, o efeito de sentido de língua nacional também foi constituído pela formação discursiva romântica.

Enfim, a constituição do discurso romântico deve ser pensada em relação a este momento histórico, marcado pela urgência em (de) se instituir uma consciência nacional. Também faz parte das condições de produção deste discurso a posição-autor, ou seja, o escritor colocava-se na posição de autor nacional/fundador da língua nacional brasileira. Desse modo, o discurso romântico incorporava todas estas questões ligadas ao nacionalismo. Ele imprimiu um imaginário de língua nacional.

Embora Romantismo e nacionalismo sejam movimentos independentes, eles se fundiram no caso específico do Brasil para exprimir nossa independência política e lingüística (e também do nosso pensamento, segundo os românticos). Nesse sentido, o Romantismo brasileiro constituiu-se num movimento nacional. Ele legitimou a nossa independência política, lingüística, cultural, etc. Não podemos nos esquecer também que o nacionalismo brasileiro encontrou na *natureza* o seu maior representante. É dessa forma que entendemos a presença da natureza no interior do discurso romântico. Portanto, o nacionalismo brasileiro foi interpretado como a exaltação de nossos valores naturais (decorre daí o lugar de destaque ocupado pela natureza no interior do Romantismo). A *natureza* era a grande aliada dos escritores românticos. Ela está na base da construção do nosso nacionalismo e do próprio discurso romântico. Lembremos também que o nacionalismo brasileiro filiava-se à teoria do Naturalismo do “bom selvagem” de Rousseau, teoria esta em que o natural representa o estado de natureza original das coisas. No Brasil, esta teoria se desenvolve no interior do movimento nacionalista que é parte constitutiva do discurso romântico. Dessa forma, o movimento nacionalista brasileiro constituía-se em torno do índio e da natureza - nossas referências naturais/nacionais.

Por outro lado, o autor romântico dizia como era a nação brasileira, por meio do seu discurso (isto é, fixava uma identidade para esta nação). É esse o deslocamento que estamos fazendo em relação à noção de autoria que aparece em Foucault, para quem ser autor é estar na origem de uma discursividade inaugural (por exemplo, Saussure), ao passo que para nós, e no caso específico que estamos analisando, a autoria está ligada à questão da língua nacional brasileira (ser autor desta língua). É nesse sentido que podemos dizer que os escritores românticos são autores/fundadores da língua nacional brasileira,

pois eles construíram uma produção escrita (escritura/discursividade) que deu a visibilidade de uma singularidade para esta língua.

O discurso romântico, na realidade, constituiu-se num “projeto” nacional que instituiu um imaginário de língua nacional. Desse ponto de vista, o discurso romântico está fortemente vinculado à questão da constituição de um imaginário de identidade nacional. Trata-se de compreender este discurso enquanto um processo que fixou um pensamento nacional. O discurso romântico constituiu-se na manifestação de uma consciência nacional. Desse modo, estamos compreendendo o Romantismo enquanto parte da constituição da nação brasileira, pois ele está intimamente articulado ao “projeto” de construção desta nação. Não se trata de considerá-lo apenas enquanto um estilo literário fechado em si mesmo, ou seja, não basta ficarmos na sua interioridade (na sua transparência). O discurso romântico imprimiu sentidos à nação brasileira e à língua nacional, portanto, ele não deve ser compreendido fora das condições em que ele foi produzido. Nesse sentido, este discurso nos dá a visibilidade de um povo que tem a sua língua própria (a nacional) e de uma nação que tem a sua individualidade. Dessa perspectiva, a literatura constituiu-se no lugar essencial para se pensar a identidade de uma língua e de uma nação. Em nosso caso específico, o discurso romântico nos possibilitou a pensar a constituição da língua nacional e da nação brasileira.

Enfim, já dissemos que este discurso está ligado ao “projeto” de constituição da língua nacional e da nação brasileira, resta agora descrever os sentidos que foram instituídos para ambas, através deste discurso. Em outros termos, resta interpretar os sentidos que o discurso romântico instituiu à língua nacional e à nação brasileira.

O discurso romântico, na verdade, propagou uma consciência nacional por meio de uma tematização voltada ao que era próprio à nação brasileira (ao tema nacionalismo). Ao tematizar o índio e a natureza como elementos próprios desta nação, os românticos imprimiam certos sentidos para a nação brasileira e não outros. Isso implicou na construção de uma consciência nacional, tendo em vista o naturalismo que era inerente a este país.

Dessa forma, o discurso romântico brasileiro incorporou movimentos que o diferenciaram do Romantismo dos países europeus. O nosso nacionalismo, por exemplo, voltava-se para a *natureza e o índio*, como uma forma de se exaltar o que era próprio deste país e de se criar uma consciência nacional. Porém, compreender o nacionalismo brasileiro na sua evidência (transparência) significa excluir as relações que este discurso mantém com outros. Ou seja, significa compreender este movimento nacionalista nele mesmo (não considerá-lo como efeito) e se filiar ao pensamento naturalista que este discurso propagava como sendo da própria natureza/essência desse país. Queremos, neste trabalho, problematizar esta leitura, ou seja, questionar este pensamento nacionalista, ancorado no naturalismo (exaltação da *natureza e do índio*), que teve parte decisiva na constituição do discurso romântico brasileiro.

O Brasil, então, era interpretado a partir de seus elementos naturais. Este foi o cerne da literatura romântica. Ela produziu certos sentidos para o Brasil, partindo de uma “imagem” naturalizada do país, ou seja, a nação brasileira foi definida tendo como referência seus elementos naturais - o índio e a natureza.

O discurso romântico, portanto, está ancorado em uma certa região da memória discursiva que configurou sentidos para este país. Sendo assim, esta memória histórica,

que constituiu o discurso dos escritores românticos, instituiu um certo sentido para a identidade da nação brasileira. O discurso romântico, desse ponto de vista, foi falado pelos discursos da natureza e do índio (enquanto elementos naturais deste país). Estes discursos, que constituíram parte decisiva do discurso romântico brasileiro, criaram o imaginário da nação brasileira.

Queremos dizer com isto que o discurso romântico movimentou uma certa região da memória histórica deste país, para instituir uma consciência nacional. Em outros termos, temos no discurso romântico uma forte relação com o discurso naturalista que está na base da constituição de uma memória para este país. O discurso romântico, portanto, retomou este discurso naturalista para afirmar a identidade da nação brasileira. E isto é feito, especialmente, com a inscrição do índio e da natureza no interior do discurso romântico.

Desse modo, podemos dizer que o discurso romântico interpretou a nossa Independência política a partir desta posição discursiva naturalista, ancorada na natureza e no índio - nossas referências nacionais/naturais. Isto significa dizer que o Brasil foi caracterizado tendo em vista este discurso naturalista (visível no discurso romântico), o que produziu o apagamento da questão política e social da época.

Nessa dissertação, portanto, estamos pensando a constituição do discurso romântico como parte fundamental da construção da nação brasileira. Desse modo, podemos dizer que o discurso romântico imprimiu certos sentidos para a nação brasileira e não outros. Tematizando o naturalismo (a natureza e o índio) como a essência do Brasil (pois foi dessa maneira que os autores românticos interpretaram a necessidade de afirmação da

nação brasileira), os românticos estavam produzindo certos sentidos para este país, e não apenas fazendo literatura.

Os sentidos produzidos para o Brasil, por meio do discurso romântico, apareciam ligados à naturalidade própria do lugar, do povo, etc. Temos no discurso romântico a construção de uma imagem idealizada do país que aparece configurado no seu estado natural/original. O retorno ao passado inscreveu o autor romântico numa certa memória discursiva que constituiu seus discursos, tendo em vista as belezas naturais (a natureza no seu estado primitivo) e a naturalidade em que viviam os primeiros habitantes desta terra.

O discurso romântico, então, consistiu, essencialmente na re-constituição deste Brasil “natural”. A identidade do brasileiro confundia-se com a beleza natural desse país. O sentido de brasilidade era constituído pelo naturalismo que era inerente a este lugar. Desse modo, o discurso romântico construiu/interpretou o sentimento nacionalista (de uma nação que se constituía), tendo em vista este naturalismo que inscrevia o brasileiro no seu estado primitivo/natural (ou seja, num certo espaço de memória que configurou este país).

Vemos, então, no discurso romântico a constituição do *sujeito brasileiro* que se dá na tensão de uma memória (o homem natural/da terra) com a atualidade (o cidadão brasileiro). A produção literária romântica, portanto, configurava um arquivo que materializava as ideologias da época e que fundava a memória “original” deste país. Este arquivo constituiu a referência para a construção desta nação e do brasileiro. Queremos ressaltar também que este arquivo movimentou uma certa região da memória discursiva que está na base da constituição deste país (o *interdiscurso*: tudo o que já foi dito sobre o Brasil desde o seu descobrimento).

O sentido de brasilidade é, então, configurado por um discurso que construiu uma realidade igualmente romântica/idealizada para o Brasil. Dessa forma, o sujeito brasileiro não se constituiu enquanto um cidadão que participava da construção política/social/cultural de sua nação, mas como um homem da terra “dotado de sentimentos nativistas” (“ingênuos”). Trata-se da constituição de um sujeito que refletia a “indole” das personagens das obras românticas. As produções literárias românticas participaram decisivamente na construção da *língua nacional, da nação brasileira e do sujeito brasileiro*.

Vale dizer que, o que temos feito até aqui é considerar a materialidade do discurso romântico com seus gestos de interpretação para compreender a constituição do sujeito brasileiro, bem como os sentidos de brasilidade que este discurso imprimiu (instituiu) para a nação brasileira. Não se trata, apenas, de um estudo do conteúdo deste estilo literário (tomado no seu isolamento, na sua autonomia, na sua transparência).

É nesse sentido que temos afirmado que a constituição do discurso romântico implicou na constituição do sujeito nacional. Nosso principal objetivo nesta dissertação é mostrar que a relação entre o discurso romântico (enquanto um saber lingüístico legítimo em língua nacional)/o gesto de autoria/o sujeito nacional/a língua nacional/a nação brasileira, deve ser pensada constitutivamente em relação à construção da unidade do Estado brasileiro.

Como se vê, o discurso romântico construiu um modo de subjetivação específico para o brasileiro que refletia a naturalidade enquanto essência deste povo. Definia-se, desse modo, o brasileiro como portador de sentimentos e virtudes intrínsecos (sentimentos ligados ao coração e virtudes herdadas pelo sangue) como: amor, ódio, cólera, coragem,

sabedoria, etc. Da mesma forma, a imagem construída para o Brasil se inscrevia numa memória discursiva que fazia intervir o estado natural em que este país foi “descoberto”. Decorre daí a *exaltação* da natureza, sua beleza natural. Tanto esta forma de subjetivação do sujeito brasileiro quanto a imagem da natureza foram constituídas pelo discurso romântico que habitou a língua e inscreveu nela uma materialidade (o acontecimento discursivo com sua memória) visível na sua estrutura (da língua). O autor romântico estava deslocando a maneira como a língua portuguesa até então era tratada (trabalhada) no Brasil.

Com o discurso romântico instauraram-se processos de significação relativos à brasilidade que se desenvolveram no corpo desta língua. Na verdade, a própria língua estava se constituindo, sendo habitada por vocabulários novos e por mecanismos que a movimentavam de modo particular. Essa singularidade que o discurso romântico instaurava no domínio da língua portuguesa do Brasil pode ser observada no nível sintático (o emprego de novos mecanismos sintáticos), lexical (o emprego de vocábulos que “descreviam” as coisas e os costumes brasileiros) e semântico (os sentidos de “brasilidade” que estavam sendo construídos).

Podemos afirmar, então, que olhando dessa forma para o Romantismo - enquanto discurso (processo de produção de um saber lingüístico efetivamente nacional) -, vemos a construção da língua nacional e a institucionalização da mesma (aqui já estamos pensando no discurso romântico enquanto objeto histórico visível e disponível para a sociedade). Desse modo, não era apenas a língua que se singularizava no Brasil. O discurso romântico constituiu o sujeito brasileiro (a construção de uma língua nacional implicou na construção

de um cidadão brasileiro com sua língua própria), configurou um saber individual para a língua nacional e individualizou a nação brasileira.

O discurso romântico, portanto, imprimiu uma certa leitura para o Brasil (ou seja, ele “colava” uma certa interpretação para a nação brasileira). Nesse sentido, a materialidade do discurso romântico configurava um arquivo que descrevia/interpretava o Brasil na sua especificidade. Desse modo, o Brasil (os sentidos de brasilidade) “brotava” das páginas das produções literárias românticas. Há uma relação direta entre o discurso romântico e os sentidos de brasilidade que se instauravam, de modo que o primeiro constituía a referência para o segundo. Vale dizer que o Brasil descrito/interpretado no interior das obras literárias correspondia com o Brasil fora (exterior) delas.

Estamos dizendo que a literatura romântica naturalizava os sentidos que eram produzidos para o Brasil. É nesse sentido que entendemos que é o discurso que constrói o objeto. Em nosso trabalho, isso significa dizer que a literatura romântica imprimiu certos sentidos para o Brasil que apareceram como próprios a este país. O mesmo acontece atualmente com as novelas brasileiras (as da Rede Globo, principalmente), ou seja, elas criam uma realidade imaginária (na cabeça das pessoas). O discurso cria a ilusão referencial de uma realidade (cf. Pêcheux, 1995:162). Para nós, isto quer dizer que o discurso romântico é o lugar onde a referência brasileira foi construída de uma maneira particular (ou seja, no discurso romântico o sentido de brasilidade aparece como estando já lá - nas palavras/nas coisas/nas idéias). O naturalismo presente nas obras românticas era um elemento que estava na “essência” do Brasil. Portanto, a articulação entre este naturalismo e o sentido de brasilidade aparece como evidente no discurso romântico. Este sentido (de brasilidade/naturalidade) parece estar “colado” nas próprias palavras/nas

coisas/nas idéias brasileiras. Tudo encontrava-se no seu estado natural no discurso romântico.

A constituição do discurso romântico operou transformações no domínio da língua portuguesa do Brasil. Este discurso consistiu na produção de sentidos que trabalharam a emergência de se instituir uma individualidade nacional. Nossa hipótese, nesse texto, é a de que pensemos a constituição do discurso romântico (e a constituição de sua autoria) paralelamente à constituição do sujeito (e da língua) nacional.

Nesse sentido, o discurso romântico é o lugar em que os traços dessa individualidade nacional (nacionalidade) são desenhados (realçados). Estamos falando da posição subjetiva que constituía os autores românticos. Certamente, este lugar (esta posição), de onde os autores românticos falavam, produziu efeitos na construção da individualidade da nação brasileira. Não se trata de dizer apenas que os autores românticos eram sensíveis e emotivos por natureza. Estes sentimentos se constituíram de alguma maneira nos autores brasileiros deste período. Temos aí processos de filiações que marcaram o círculo literário brasileiro desta época. Conseqüentemente, este sentimentalismo (romantismo) afetava as obras literárias que estes autores produziam. Em outros termos, este sentimentalismo/subjetivismo afetava os discursos dos escritores desta época. Em um momento histórico em que a Independência do Brasil (1822) era um fato, o discurso romântico conjugava o sentimento romântico ao sentimento de nacionalidade (nacionalismo).

Ressaltemos aqui que esse sentimento nacionalista foi interpretado pelos autores românticos como uma necessidade de se exaltar nossas riquezas naturais. Em outras palavras, este sentimento nacionalista “confundia-se” com a necessidade de se explicitar

(como motivo de orgulho, vale dizer) o naturalismo que constituía a “essência” deste país. Desse modo, o discurso romântico trabalhou a individualidade da nação brasileira a partir de um olhar ufanista, e não tendo em vista a significação social/política/econômica que este fato instaurava. A individualidade da nação brasileira foi construída a partir de um traço que definiu a identidade deste país: o elemento natural. O Brasil identificava-se, então, com a natureza (a fauna e a flora), o índio.

Portanto, o discurso romântico fundava uma discursividade para a nação brasileira que “brotava” do sentimento de exaltação das riquezas naturais deste país. Este lado pitoresco do Brasil era a essência deste país, a imagem dele. Desse modo, podemos dizer que, tanto a natureza, como os índios eram mais que personagens que configuravam algumas obras literárias de alguns autores românticos (sobretudo, José de Alencar). Na verdade, estas personagens constituíam a metáfora da identificação nacional, ou seja, elas produziam sentidos relacionados à nacionalidade (=brasilidade). Não se trata de compreender a metáfora apenas enquanto uma figura de linguagem que “guarda” uma outra significação, ou enquanto desvio de sentido (pressupondo a existência de um sentido literal e um sentido figurado para a linguagem). Da perspectiva discursiva, a metáfora deve ser compreendida como um processo de significação específico que produz sentidos no interior de um determinado discurso. Estamos querendo dizer que a metáfora contribuiu na produção de sentidos referentes à nossa identidade nacional. Ou seja, a metáfora trabalhou a constituição dos sentidos de brasilidade. Podemos afirmar que são estes processos de significação que particularizam um discurso. No discurso romântico, a ingenuidade dos sentimentos das personagens indígenas e a beleza natural que circundava estas personagens tinham um significado muito mais substancial do que, simplesmente,

uma caracterização (descrição) de personagens ou de cenário. Tratava-se da afirmação de uma imagem brasileira, calcada numa certa memória discursiva que (re)constituía o Brasil tendo em vista o seu estado natural. A linguagem empregada nestas produções literárias também não apenas reproduzia a maneira como as personagens falavam. Em outras palavras, esta linguagem evocava a existência de uma língua nacional, ou seja, a brasilidade desta língua.

Enfim, é desse modo que estamos compreendendo o discurso romântico: enquanto processo de constituição da língua nacional/do sujeito brasileiro/da nação brasileira (sua individualidade).

Explicitar o funcionamento do discurso romântico brasileiro consiste em descrever os processos de significação (que constituíram este discurso) que se desenvolveram na base material da língua e (que) produziram sentidos referentes à brasilidade tanto em relação a esta língua, quanto à nação brasileira. Assim sendo, temos no discurso romântico uma espessura material que instaurou uma certa interpretação para a língua portuguesa do Brasil (=a língua nacional) e para a nação brasileira (seu povo e sua cultura).

A constituição do discurso romântico está relacionada, então, à constituição da língua nacional e da nação brasileira. Esta relação constitutiva, conforme já dissemos, entre *discurso/língua/nação* é trabalhada de maneira específica pelo escritor romântico (o literato). Nesse sentido, as produções literárias românticas constituíram uma textualidade original que fundava uma discursividade para a língua nacional e para a nação brasileira.

Esta compreensão do discurso romântico faz intervir a noção de autoria (e não apenas a de escritor) enquanto parte da constituição desse discurso. Há aí um deslocamento da noção de *escritor* para a noção de *autor(ia)*. Este último funda uma

discursividade para a língua nacional instituindo um saber lingüístico singular sobre ela, ao passo que o primeiro apenas estaria na posição de quem escreve para um público específico ou apenas estaria na posição de autor de sua obra. O autor romântico, então, construía um saber lingüístico que evidenciava o sentido de brasilidade da língua portuguesa do Brasil. Enfim, ele se responsabilizava pela construção desse saber lingüístico.

Podemos afirmar que este *gesto de autoria*, entendido aqui como parte essencial da constituição do discurso romântico brasileiro,<sup>1</sup> instituiu uma certa diretividade para este discurso, que consistiu na construção de sentidos relacionados à brasilidade, tanto em relação à nação brasileira quanto à língua portuguesa do Brasil (=a língua nacional).

Temos com o discurso romântico a construção de um pensamento brasileiro que se tornava visível com as produções literárias românticas que eram manifestações legítimas produzidas em língua nacional.

Estamos querendo dizer com isto que ser autor dessas obras literárias significou também estar na origem de um discurso sobre a língua nacional, instituindo um saber lingüístico que singularizava esta língua.

Dessa forma, o autor romântico colocava-se na posição de autoridade (de quem sabia) em relação a esta língua nacional. Em outras palavras, ele podia dizer como era esta língua. Trata-se, portanto, de pensar o autor romântico como parte fundamental da construção da individualidade da nação brasileira (sua língua e sua cultura).

Há, ainda, um segundo deslocamento a fazer quando pensamos o funcionamento do discurso romântico: a noção de passado histórico para a noção de *memória*. A construção

da identidade da nação brasileira (e do brasileiro) no discurso romântico consistiu em exaltar (e fixar) a naturalidade como traço peculiar desta nação (e do brasileiro).

Em nosso entender, essa naturalidade (tanto no aspecto físico-natural = a natureza, quanto no aspecto natural do homem = a ingenuidade/naturalidade de seus atos e sentimentos) faz intervir uma certa memória discursiva que trabalha a constituição de sentidos relacionados ao estado natural deste país (da sua descoberta). O discurso romântico (re)constituiu as origens (as raízes) do Brasil na busca de uma identidade própria para esta nação (e o seu povo), tendo em vista a necessidade de se relacionar o sentido de brasilidade a este naturalismo que é inerente ao Brasil (seu povo, sua língua, sua cultura, etc.).

É por isso que, a nosso ver, a natureza e o índio eram mais que personagens nas primeiras produções literárias românticas, pois, para nós, elas “simbolizavam” a própria nação e o próprio brasileiro, elas constituíam nossas referências nacionais.

É nesse sentido que, também, não acreditamos que o lugar ocupado pela natureza e o índio no discurso romântico, tratava-se apenas de um retorno ufanista ao passado na tentativa de definir o “verdadeiro” Brasil e/ou, simplesmente, em exaltar estas duas personagens como nossas maiores riquezas (nossos verdadeiros valores naturais). Propomos, ao contrário disso, que estas duas personagens - a natureza e o índio - sejam pensadas enquanto uma memória discursiva que produzia sentidos de brasilidade (=identidade/singularidade brasileira), ou seja, uma vez que estas duas personagens constituíam o estereótipo (a imagem) do Brasil no seu estado natural, podemos dizer que a presença delas no discurso romântico consistia em significar a nação brasileira no seu

estado “original/natural” (seu povo, sua cultura, sua língua, etc.) e não apenas em caracterizar ou descrever este país.

Segundo nosso ponto de vista, os sentidos que a natureza e o índio produziram no discurso romântico estão relacionados à constituição da identidade da nação brasileira (seu povo, sua cultura, sua língua, etc.). Identidade esta definida por um certo naturalismo que é inerente a este país. Ressaltemos também que o índio e a natureza não apareceram exatamente da maneira como existiram neste intervalo de tempo em que o discurso romântico se constituía. O discurso romântico se constituiu em torno da imagem (da memória) que se produziram para estes dois objetos, enquanto riquezas naturais. Em suma, pretendemos, com essas considerações, descrever o funcionamento do discurso romântico e não somente ficar no seu conteúdo temático transparente.

Olhar para o Romantismo enquanto discurso nos leva a afirmar que ele produziu uma certa leitura para a nação brasileira (e para a língua nacional). Cabe-nos, então, nesse trabalho, perguntar por esta leitura, bem como compreender a constituição dessa nação (brasileira) e de sua língua (a nacional), onde o funcionamento do discurso romântico deve ser visto enquanto parte decisiva (fundamental).

O Brasil que o discurso romântico construiu era recoberto pelo elemento natural que constituía a própria essência deste país. Podemos dizer que os autores românticos, com suas obras literárias (seus discursos), produziram um apagamento da realidade social/política/econômica/lingüística e cultural que marcou esta época, pela qual o Brasil atravessou. Em outras palavras, isto quer dizer que, ao tematizar o índio, a natureza, o passado histórico nacional (elementos estes que significaram a nossa nacionalidade, ou seja, eles construíram o sentido de brasilidade, podemos dizer que eles eram “sinônimos”

de brasilidade), etc., enquanto elementos “essenciais” (naturais) que constituíram a “alma” (o espírito) desse país, os autores românticos estavam fixando uma interpretação para o Brasil e apagando outras.

O discurso romântico configurou a nação brasileira trazendo estes elementos naturais apenas como fundadores de uma consciência nacional. Estes elementos naturais - a natureza, o índio, o passado histórico nacional - representaram (personificaram) a independência política/social/cultural/espiritual do Brasil no discurso romântico. Ou seja, eles tomaram o lugar do social neste discurso. A tematização desses elementos naturais no discurso romântico teve uma significação “simbólica” que consistiu em criar a imagem de um país independente.

Estamos dizendo que, exaltando sua riqueza natural (a terra e a natureza), seu passado histórico e seu representante peculiarmente brasileiro (o índio e sua cultura) os autores românticos (re)constituíram as origens deste país, ou seja, fixavam a “verdadeira” identidade nacional (interpretavam nossa independência exaltando nossos valores nacionais/naturais). Desse modo, podemos afirmar que no Romantismo o índio e a natureza são colocados no lugar de “representantes” da nacionalidade brasileira. É aí também que observamos que o sujeito brasileiro se constituiu enquanto “homem da terra” e não como cidadão brasileiro (cf. Dias, *ibidem*).

Entendemos também que estes elementos naturais constituíram a referência para se pensar a nação brasileira (e a própria língua nacional). Eles (a natureza, o índio e o passado histórico nacional) fundaram uma discursividade, ancorada no aspecto natural (o naturalismo deste país), para a nação brasileira (e à língua nacional que também, segundo os românticos, era “portadora” desse naturalismo/dessa simplicidade). A descrição desses

elementos naturais no discurso romântico trabalhou a constituição da nação brasileira e da língua nacional, fixando uma identidade para ambas. São estes elementos naturais que constituíram o sentido de brasilidade à nação brasileira e à língua nacional. Nesse sentido, o discurso romântico tornou visível a imagem de um Brasil natural (nação independente) e de uma língua libertada (a nacional).

O Romantismo, então, nesse estudo, não é visto, apenas, enquanto um conjunto de obras literárias que teria(m) sua origem na “inspiração poética” de seus autores e nem enquanto um período literário que se situa num mundo paralelo demarcado pelo domínio da literatura.

Estamos dizendo que não pretendemos olhar para o Romantismo partindo desses lugares já pré - estabelecidos (pré - construídos) que impediriam outras leituras para este objeto de estudo. Ou seja, não partiremos, por exemplo, da interpretação dada, principalmente, pelos livros didáticos que “reproduz” uma certa concepção teórica. Não queremos, portanto, falar desse lugar teórico adotado pelo livro didático. Estaríamos, desse modo, reproduzindo o dispositivo ideológico de interpretação desse discurso (o do livro didático) Trata-se de tomá-lo enquanto um discurso que se constituiu nas bases materiais da língua, em condições específicas. Desse modo, o funcionamento do discurso romântico diferiu de outros discursos que configuraram estilo de época (que também têm suas propriedades).

A relação entre língua e literatura romântica, então, é deslocada para a relação entre língua (base) e discurso romântico; a constituição do discurso romântico no Brasil garantiu o amadurecimento das transformações (lexicais, sintáticas, etc.) operadas no domínio da língua portuguesa do Brasil.

Estamos afirmando que o emprego de vocabulários nacionais e de estruturas sintáticas mais simples e concisas constituíram parte fundamental da constituição do discurso romântico. A materialidade do discurso romântico acentuou fortemente o divórcio entre o português do Brasil e o português de Portugal. É com o discurso romântico que o processo de gramatização do português do Brasil se instaura (a emergência de construção de gramáticas e dicionários para esta língua nacional).

Estamos afirmando que o discurso romântico trabalhou a língua portuguesa de maneira particular, por meio de processos discursivos (como a sintaxe e a lexicologia) que asseguravam novas significações, concernentes à questão da nacionalidade brasileira (=a configuração de uma língua nacional).

Nesse sentido, o discurso romântico atestou o emprego de certos mecanismos lingüísticos e legitimou o uso de uma grande quantidade de vocábulos que se incorporaram à língua portuguesa do Brasil.

Temos no discurso romântico a afirmação da existência de uma gramática e de um dicionário em língua nacional (como se vê, não se trata de pensar que uma língua enriquece com a criação de novos vocabulários, trata-se de descrever as condições históricas e ideológicas em que estes vocabulários se incorporaram à língua), ou seja, o modo como o autor romântico trabalhou a língua, explicitou formas gramaticais e lexicais brasileiras. A materialidade (lingüística) do discurso romântico instituía uma língua nacional. Enfim, as formas gramaticais e lexicais não são as mesmas em todos os discursos. Elas correspondem ao que se vai dizer e como isso será feito. Esta é a relação sensível entre a língua e o discurso. Entre a língua e a sua exterioridade (a ideologia).

Desse modo, as formas gramaticais e lexicais empregadas no discurso romântico constituíram a língua de uma maneira específica, o que implicou na construção de novos enunciados que materializavam novas idéias (de brasilidade). Temos, então, no discurso romântico a construção de mecanismos gramaticais e de vocábulos que constituíam processos discursivos que re-significavam a língua portuguesa (no Brasil).

O discurso romântico, portanto, construiu uma significação própria (uma referência nacional) para a língua portuguesa do Brasil. Estamos dizendo que as transformações operadas nas sistematicidades da língua, com a constituição do discurso romântico, tiveram dupla significação: identificaram este discurso (o discurso romântico) como um saber lingüístico nacional e individualizaram (identificaram) a língua nacional (instaurando a nossa independência lingüística).

A existência (imaginária) de uma língua está relacionada à existência de discursos que imprimem movimentos de sentidos, determinados por uma certa memória discursiva (região em que os sentidos são constituídos). É dessa forma que estamos propondo que a relação entre língua e literatura, no Brasil, no século XIX, seja pensada.

Assim sendo, o discurso romântico não teve existência fora da língua (não é possível pensar o Romantismo - enquanto um acontecimento discursivo - na sua autonomia própria), o que quer dizer que ele se constituiu nas bases materiais da língua, construindo um saber específico sobre ela.

O acontecimento romântico é considerado “renovador” porque ele instala “a diferença” concernente à maneira de se escrever a língua portuguesa no Brasil. Sem dúvida, foi este acontecimento (discursivo/político) que deu a visibilidade de um deslocamento lingüístico no território brasileiro. Para ilustrar essa ruptura realizada pelos

escritores românticos, em relação ao Português europeu, citaremos um trecho que exemplifica a instauração de uma nova prática da língua, no aspecto sintático, visível na materialidade do discurso romântico:

“...O velho *Pajé* que velou toda a noite, falando às estrelas, conjurando os maus espíritos das trevas, entra furtivamente na cabana” (grifos nossos) (ALENCAR, José. *Iracema*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997: 25 \_\_Biblioteca Folha; 3).

Vemos, neste fragmento, que, para expressar duas ações simultâneas, José de Alencar emprega o *gerúndio* representando a ação secundária. No português europeu, esta segunda ação é representada pelo *infinitivo*. Ou seja, o discurso romântico insere a essência brasileira (o sentido de brasilidade) na língua portuguesa do Brasil.

Podemos afirmar, então, que, o discurso romântico é o lugar em que as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal se legitimaram. Estamos querendo dizer que esta preocupação em se ressaltar as diferenças do português do Brasil, em relação ao de Portugal, é parte fundamental da constituição do discurso romântico. Essas diferenças, no entanto, são apontadas pelos escritores românticos sob a perspectiva nacionalista. Ou seja, a questão mesma para os românticos era a de que a língua portuguesa praticada no Brasil não era a mesma que se praticava em Portugal.

Para os escritores românticos, a língua dos brasileiros não poderia ser a mesma dos portugueses, visto que a língua é instrumento próprio das idéias/ do pensamento de um povo. Uma língua expressa o “pensamento” e os “sentimentos próprios” de um povo. Nesse sentido, a língua dos brasileiros deveria expressar a naturalidade e a singularidade do “pensamento” e dos “sentimentos” desse povo.

É dessa maneira que estamos afirmando que o discurso romântico instituiu a língua nacional brasileira. Não se trata, pois, de buscar no Romantismo as “reais” diferenças que estavam distanciando cada vez mais o português do Brasil do português de Portugal. Trata-se, ao invés disso, de compreender o discurso romântico enquanto uma materialidade lingüística/discursiva que descreveu o “pensamento”/ e o “sentimento” do povo brasileiro. Desse modo, a questão da língua nacional está articulada ao sentimento nacionalista que irrompia com o discurso romântico. Era dessa posição discursiva, a nacionalista, que os escritores românticos interpretavam a língua nacional.

Decorre daí a nossa afirmação de que o discurso romântico imprimiu uma identidade própria para a língua nacional brasileira. Ao fazer isto, os autores românticos estavam mostrando a existência de uma língua nacional e ao mesmo tempo, colocavam-se como autoridades (num gesto de autoria) que poderiam dizer como era esta língua, perante a sociedade.

Nesse sentido, o discurso romântico aponta para as especificidades do português brasileiro. A materialidade lingüística do discurso romântico rompe com aquele modelo (padrão) lingüístico tradicional que habitava a língua portuguesa como sua propriedade exclusiva. Há aí, um importante deslocamento realizado pelos autores românticos, concernente à questão da língua portuguesa do Brasil (língua nacional). Eles realizavam um *gesto de autoria* em relação à língua nacional que se constituía no processo de *escrituração* de suas obras literárias.

Entendemos também que, a materialidade do discurso romântico construiu uma memória para a língua nacional, conforme já dissemos. Uma memória que é estruturante e

que compreendeu a constituição da nação brasileira, do povo brasileiro, enfim do sentido de brasilidade.

O acontecimento romântico, então, constituiu-se sobre a determinação de uma memória da língua portuguesa e diante da emergência de se *descrever* a língua brasileira (ou seja, legitimar a existência de uma língua nacional). É esse o *confronto (ponto de encontro)* entre memória e atualidade (cf. Pêcheux, 1990:19) que constituiu o acontecimento discursivo romântico.

## 7 - A POESIA DA / NA LÍNGUA

Pensar a relação entre língua (base) e literatura (discurso) consiste em pensar a relação entre *escrita* e *escritura* (arquivo/memória). Ou seja, já vimos que a constituição de uma língua escrita, em termos de efeito de unidade e transparência, sustenta-se na constituição de discursos que impõem uma certa objetividade/transparência como sendo própria à (esta) língua escrita. Estamos falando da gramática, do dicionário e da literatura. Estes processos discursivos mais do que constituírem uma língua escrita, eles criam a ilusão de unidade e de completude desta língua. Trata-se, também, da criação de um modelo padrão de escrita para esta língua. Enfim, estes processos discursivos naturalizam a língua escrita, constituem o real de uma língua escrita.

Podemos afirmar, então, que o processo de construção de uma língua se dá em torno da escrita e não pela oralidade. A constituição da literatura (enquanto discurso) é um lugar particular para se pensar a construção de (des) limites para esta língua escrita, ou seja, o discurso literário é parte fundamental para se pensar a construção da idéia de completude para a língua escrita. Isto significa dizer que o discurso literário abre para o impossível, para o que não se escreve, para a ficção, para o equívoco, como sendo de sua própria natureza. Estamos falando da possibilidade do estranho/do irregular/do impossível/da falta que escapam à língua (e que são próprios dela), mas que são naturalizados pelo discurso literário. É porque a língua rompe com a sua referência (a relação automática entre palavra e coisa, imposta pelo dicionário ou a relação interna entre as palavras no texto, imposta pela gramática - a sintaxe) que ela produz o efeito da ficção na literatura.

É nesse sentido que entendemos que o discurso literário cobre a incompletude (que é própria) da língua, abrindo ele próprio ao todo que não se escreve, ou seja, a completude da língua escrita deve ser pensada em relação a uma incompletude que é própria ao discurso literário. O discurso literário desconstrói a ordem lógica da língua determinada pela gramática (onde as palavras têm um lugar já definido no texto que corresponde ao modo como ela deve estar no texto). É a poesia, principalmente, enquanto processo de significação que constitui o discurso literário, que produz a falta e que constrói a sua verdade no que não está escrito (Milner, 1987:25). Em suma, para que uma língua seja pensada em termo de sua completude, deve integrar-se a ela a possibilidade de sua poesia (Pêcheux, 1990:51).

Para nós, isto significa dizer que a poesia opera com a falta, pois ela instala na língua a impossibilidade de um sentido unívoco. Ela transfere sentidos, o que resulta na construção do figurativo/do fictício. Ela problematiza a relação entre linguagem/mundo/coisas. A poesia mexe (desloca) com a referência da língua.

Estamos compreendendo a literatura nesta dissertação como uma textualização que constitui a memória de uma língua escrita, pois entendemos que os textos literários dão a visibilidade de uma prática linguística (constituem uma materialidade própria para a língua) que atesta a historicidade dessa língua (o modo como ela se apresentou/organizou em diferentes momentos da história).

A literatura está “colada” na língua na medida em que, segundo o que pensamos, uma torna visível a outra (a literatura constitui a escrituração de uma determinada língua que por sua vez tem a sua imagem construída na literatura). Essa relação entre a língua nacional e o discurso romântico explicita a relação entre a língua e a sua exterioridade

(ideologia), na medida em que “o discurso é o lugar de contato entre língua e ideologia”(Orlandi, 1996c:40). Isso explica a especificidade da língua nacional trabalhada pelas ideologias que constituíram o discurso romântico. Essa língua movimentava sentidos, tendo em vista as ideologias dominantes (nacionalista/naturalista, subjetivista) da época. Desse modo, a língua nacional e as ideologias românticas estão materialmente ligadas. Descrever essa língua (a nacional) consiste em descrever essas ideologias. Nesse sentido, o discurso explicita essa relação entre língua e ideologia. Tendo isso em vista, nosso trabalho pretendeu descrever (especialmente nos capítulos 5 e 6) o modo como certos sentidos se fixaram com o discurso romântico, em relação à língua e à nação brasileira.

Numa sociedade como a nossa, configurada pela escrita, a constituição de saberes lingüísticos que descrevam/interpretem esta escrita (como a gramática e o dicionário) e que a explicita e imprima a sua materialidade histórica/ideológica de um modo particular (como a literatura), tornam-se inevitáveis. Estamos dizendo que a gramática e o dicionário constituem saberes metalingüísticos, ou seja, temos nestes dois saberes, a linguagem falando dela mesma, enquanto que na literatura a escrita se refere a um “mundo exterior”.

Por sua vez, na literatura as palavras rompem com a sua referência (produzindo o efeito ficcional e/ou figurativo), e a gramática pode ser “reinventada”. Em outros termos, na literatura a linguagem “interpreta” o mundo, “recria” o mundo. São estes saberes que dão a visibilidade material à língua escrita, que a representam, que a identificam (como sendo portuguesa, francesa, etc.).

A literatura (enquanto escritura de uma língua), por um lado, constitui-se num saber lingüístico que se consolida como o padrão a ser seguido (pois trata-se de uma

interpretação original da língua realizada pelos literatos que se constituem como intérpretes dessa língua), em termo de como se deve escrever em determinada língua, ou seja, a literatura coloca-se como o exemplo (modelo) a ser seguido em termos de “correção” e “estética” de escrita. Por outro lado, ela explicita a “elasticidade” de uma língua escrita, em outros termos, ela torna visível a flexibilidade de uma certa língua, ela expõe a língua escrita à sua falha/ao impossível (estamos falando, especialmente, da poesia que é inerente à língua escrita).

A dimensão da língua escrita é estabelecida pela literatura, ou seja, os (des) limites de uma determinada língua são definidos pela literatura. O mundo da escrita, codificado pela gramática e pelo dicionário, torna-se menos óbvio na literatura, em outras palavras, podemos dizer que a literatura re-significa a gramática e o dicionário de uma língua escrita. A literatura permite o múltiplo, o plural, o polissêmico, sem que isto a incomode por falta de exatidão/precisão no que se escreve. Olhando dessa perspectiva, a literatura constitui-se numa memória incessante da língua escrita, isto é, a literatura cria a ilusão de uma língua que não se fecha e não se acaba.

Nossas reflexões têm procurado mostrar que a constituição do discurso romântico no Brasil não pressupõe uma gramática que é própria à língua escrita em que este discurso foi produzido, ou seja, o discurso romântico explicitou a construção de nossa própria gramática. Pretendem explicitar também que as transformações operadas no domínio da língua portuguesa, com a produção desse discurso (as produções literárias românticas), não estão relacionadas à liberdade de criação do autor romântico (liberdade criadora do autor).

Ao invés disso, queremos mostrar que a constituição do discurso romântico propiciou o aparecimento de uma gramática. Isto significa dizer que o discurso romântico “levou” a novas construções gramaticais no interior das sistematicidades da língua portuguesa.

Temos, então, na materialidade lingüística do discurso romântico parte da constituição da língua nacional, que terá sua representação visível construída, decisivamente (estamos pensando, em termos de unidade imaginária de uma língua escrita), com a produção de gramáticas e de dicionários, a partir da segunda metade deste mesmo século (XIX).

O discurso romântico (as produções literárias), nesse sentido, constituiu-se num saber lingüístico (escrituração) que é parte da representação da língua nacional. É importante destacar também que a construção da unidade imaginária desta língua, em termos de *escrita*, é garantida por meio da produção de gramáticas (a partir da década de 80 do século XIX) e de dicionários (a partir da segunda metade deste mesmo século) que constituíram saberes lingüísticos legítimos desta língua (nacional).

Como vimos, a gramática não é inerente (não nasce) à escrita. Ela constitui-se na base (escrita) de uma língua. A escrita, por sua vez, desempenha um papel fundamental na constituição desse saber lingüístico complexo - a gramática -, que é histórico, pois ele se constitui num tempo e espaço específico, e que, portanto, é passível de descrição<sup>9</sup>. Entenda-se por descrição o processo que consiste em delimitar as circunstâncias (condições) em que um saber lingüístico se constitui.

---

9 Descrever, para nós, não significa “reproduzir” uma certa interpretação já dada para um determinado objeto.

Enfim, não estamos considerando a literatura enquanto um objeto que faz uso de uma linguagem própria como sendo da sua essência e nem a gramática enquanto regras inerentes à língua escrita, ao contrário disso, propomos que estes dois objetos sejam pensados enquanto processos discursivos que se constituem numa base escrita, e que constroem a imagem de uma língua representada.

A literatura (enquanto uma escritura) é, então, parte essencial (constitutiva) de uma língua (escrita), ou seja, ela constrói a singularidade/unidade (a nacionalidade) de uma língua (e de um povo). A literatura descreve o ambiente próprio de um povo que pratica uma certa língua, ou seja, ela constitui a referência de um povo e de uma língua. Ela torna visível um povo (e sua língua) e o meio em que ele vive, através da descrição de cenários, personagens (e de suas falas), etc.

Por esta via de reflexão, a literatura é o componente singular que integra (se incorpora) à constituição de uma língua nacional, em outros termos, ela se define como o “traço” específico (próprio) de uma língua escrita.

Nesse sentido, podemos dizer ainda que, quando consideramos a literatura (escritura) enquanto parte fundamental para a construção de uma língua escrita, nossa compreensão a respeito da poesia também, conseqüentemente, será outra. A poesia, então, nesta perspectiva, constitui o “impossível” de uma língua, pois ela trabalha a língua rompendo com seus limites / suas barreiras (as regras / coerções gramaticais), ou seja, a poesia não pretende disciplinar a língua. Ela não se constitui enquanto uma “prática” que pretende “disciplinar” a língua.

Dessa maneira, a poesia movimenta a língua produzindo um efeito de que ela (a língua) é inacabável e não transparente. A poesia explicita, então, uma língua fluida (cf.

Orlandi, 1988:34), que não se fecha para os sentidos; ela “descola” a relação unívoca/direta (e transparente) entre as palavras e as coisas que elas nomeiam.

A poesia, nesse sentido, desautoriza a sistematização gramatical e foge da disciplinarização do dicionário. Em outras palavras, ela problematiza a equação gramatical e a significação construída pelo dicionário.

Podemos dizer ainda que a poesia re-significa a língua, pois ela não apenas a reproduz tal qual dita a gramática e o dicionário, ela constitui o lugar móvel da língua que rompe com a memória sedimentada pelo dicionário e pela gramática.

Dessa forma, a poesia amplia a significação de uma língua escrita: multiplicando sentidos e ultrapassando seus limites imaginários.

A constituição de uma língua escrita (sua unidade) está ancorada, então, em três objetos históricos que configuram saberes linguísticos (discursos) específicos dessa língua: a literatura, a gramática e o dicionário. Estes objetos constroem a ilusão de unidade de uma língua escrita, eles instituem a visibilidade dessa língua para a sociedade.

A literatura (enquanto escritura de uma língua), a partir deste ponto de vista, é o lugar de interpretação da língua para a sociedade. É o autor literário que vai produzir uma interpretação (leitura original) desta língua para a sociedade.

Pode-se dizer que é a literatura que constrói o imaginário de uma língua completa (modelar). Ela constrói “formas linguísticas agramaticais”, mas que ainda assim continuam sendo construções exemplares (belas) - estamos falando, especificamente, da poesia. Ela também desmonta certas formas gramaticais para construir outras em seus lugares - estamos falando da noção de estilo literário. A literatura mostra, então, a

expressividade/flexibilidade de uma língua escrita, na medida em que é ela mesma que imprime os movimentos desta língua.

Nesse sentido, a literatura constitui a materialidade histórica da língua que dá a visibilidade de como esta se organizou em um determinado momento histórico. Por isso, pode-se afirmar que o universo literário materializa a historicidade de uma língua escrita.

A literatura trabalha a língua de uma maneira específica, ou seja, ela mostra que a estrutura da língua é maleável e que a sua significação pode ser múltipla (e não minimamente unívoca); ela trabalha os (des) limites de uma língua escrita.

Temos na poesia romântica uma materialidade lingüística/discursiva que atesta essa expressividade da língua de maneira específica. Tendo em vista a “naturalidade” com que o brasileiro expressava suas idéias (pois essa era a tese dos escritores românticos), os poetas românticos procuravam exprimir essa naturalidade em seus versos (tanto em relação à construção sintática, quanto à construção material das estrofes). Disso resultou a construção de uma poesia *libertada de regras* (incoercível). Tratava-se, vale lembrar, de uma poesia “desleixada”/ “descuidada” para os escritores portugueses. Porém, para os escritores brasileiros, essa era a “verdadeira” poesia brasileira.

Estamos compreendendo a poesia romântica enquanto um processo de significação que trabalhava a naturalidade/a emotividade da língua nacional. A poesia romântica “exprimia” o “sentimento”/a “emoção” do povo brasileiro. Ela materializava a “liberdade de expressão” do nosso pensamento (dando vazão ao nosso sentimento). Isto está visível na própria estrutura material dos poemas românticos (sobretudo em Gonçalves Dias) que rompem com aquele modelo de construção do poema clássico (concernente à rima, à versificação, o ritmo, à prosódia, etc.). O poema romântico explicitava a nossa

independência do “pensamento”/ “lingüística”, pois ele libertava-se das regras que estruturavam o poema clássico. Segundo os românticos, o poema devia obedecer apenas o acento da inspiração. Esta era a norma para os poetas românticos brasileiros. Queremos ressaltar que é dessa forma que estamos compreendendo os sentidos produzidos por este processo de significação (a poesia), enquanto parte constitutiva do discurso romântico. Destacamos também que os românticos concebiam a língua enquanto expressão direta do pensamento o que conferia à língua nacional o traço de uma língua *libertada, simples emotiva, etc.* É assim que estamos interpretando os sentidos produzidos pelo discurso romântico em relação à construção da língua nacional.

Nesse sentido, a construção da poesia romântica brasileira, muitas vezes, concretizava um sentimento (um sentido) sem, no entanto, obedecer a lógica gramatical (sintática) que determinava a língua. É o que ocorre com essa estrofe do poema: “*Se se morre de amor*”, de Gonçalves Dias:

*“Se tal paixão porém enfim transborda,  
 Se tem na terra o galardão devido  
 Em recíproco afeto; e unidas, uma,  
Dois seres, duas vidas se procuram,  
 Entendem-se, confundem-se e penetram  
Juntas em puro céu d’êxtases puros:  
 Se logo a mão do fado as torna estranhas,  
 Se os duplica e separa, quando unidos  
 A mesma vida circulava em ambos;  
 Que será do que fica, e do que longe  
 Serve às borrascas de ludíbrio e escárnio?*

*Pode o raio num pícaro caindo,*

*Torná-lo dois, e o mar correr entre ambos;* (DIAS, Gonçalves. Op. cit.:

94)

Há nesta estrofe uma curiosa construção sintática: o poeta fala de *dois seres, duas vidas* que se amam, se procuram, se confundem, e faz as concordâncias ora com o substantivo feminino (duas vida *unidas, uma*, isto é, formadas numa só, *juntas, as torna estranhas*), ora com o substantivo masculino (*os duplica, unidos, ambos*), dando assim na construção sintática a impressão daquela mistura de duas almas que se entendem, confundem e penetram. Podemos ver, portanto, neste recorte discursivo que o poeta fez concordar a idéia/o pensamento contido no poema, sem submetê-lo às regras da língua.

Que gramática dá conta dessa estrofe?

Também em relação à construção das estrofes de seus poemas, os poetas brasileiros deslocavam as “regras de convenção” (a métrica, as rimas, o ritmo, a morfologia, a prosódia, etc.) que configuravam a poesia clássica:

*“Quanto à forma, isto é, a construção por assim dizer material das estrofes e de cada cântico em particular, nenhuma ordem seguimos; exprimimos as idéias como elas se apresentaram, para não destruir o acento da inspiração”* (Gonçalves Dias).

Vejamos o que ocorre com a rima do poema: “*Olhos verdes*”, de Gonçalves Dias, que transcreveremos na seqüência:

#### OLHOS VERDES

Êles verdes são:

E têm por usança,  
 Na côr esperança,  
 E nas obras não.

Camões, Rimas.

*São uns olhos verdes, verdes*  
*Uns olhos de verde-mar,*  
*Quando o tempo vai bonança;*  
*Uns olhos côr de esperança,*  
*Uns olhos por que morri;*  
*Que ai de mi!*  
*Nem já sei qual fiquei sendo*  
*Depois que os vi!*

*Como duas esmeraldas,*  
*Iguais na forma e na côr,*  
*Têm luz mais branda e mais forte,*  
*Diz uma \_\_\_ vida, outra \_\_\_ morte;*  
*Uma \_\_\_ loucura, outra \_\_\_ amor.*  
*Mas ai de mi!*  
*Nem já sei qual fiquei sendo*  
*Depois que os vi!*

*São verdes da côr do prado,*  
*Exprimem qualquer paixão,*  
*Tão facilmente se inflamam,*  
*Tão meigamente derramam*  
*Fogo e luz do coração:*

*Mas ai de mi!*

*Nem já sei qual fiquei sendo*

*Depois que os vi!*

*São uns olhos verdes, verdes,*

*Que podem também brilhar;*

*Não são de um verde embaçado,*

*Mas verdes da côr do prado,*

*Mas verdes da côr do mar.*

*Mas ai de mi!*

*Nem já sei qual fiquei sendo*

*Depois que os vi!*

*Como se lê num espelho,*

*Pude ler nos olhos seus!*

*Os olhos mostram a alma,*

*Que as ondas postas em calma*

*Também refletem os céus;*

*Mas ai de mi!*

*Nem já sei qual fiquei sendo*

*Depois que os vi!*

*Dizei vós, ó meus amigos,*

*Se vos perguntam por mi,*

*Que eu vivo só de lembrança*

*De uns olhos côr de esperança,*

*De uns olhos verdes que vi!*

*Que ai de mi!*

*Nem já sei qual fiquei sendo*

*Depois que os vi!*

*Dizei vós: Triste do bardo!*

*Deixou-se de amor finir!*

*Viu uns olhos verdes, verdes,*

*Uns olhos da côr do mar:*

*Eram verdes sem esp'rança,*

*Davam amor sem amar!*

*Dizei-o vós, meus amigos,*

*Que ai de mi!*

*Não pertenco mais à vida*

*Depois que os vi!* (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 64, 65 e 66).

Neste poema, o poeta faz rimar o quinto verso com o segundo, porém isso não ocorre na primeira estrofe e nem na última que tem já sete versos e não cinco como as demais estrofes.

Outro efeito curioso, em relação à rima, e que apontava à singularidade do poema nacional/da língua nacional pode ser observado nas estrofes que seguem:

*“De mim não saberás como te adoro;*

*Não te direi jamaiz,*

*Se te amo, e como, e a quanto extremo chega*

*Esta paixão voraiz!*

(...)

*Mesmo lendo estes versos, que m'inspiras,*

\_\_\_ '*Não pensa em mim*', *dirás*:

*Imagina-o, se o podes, que os meus lábios*

*Não to dirão jamaiz!*" (grifo nosso) (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 87,88).

Observamos que as palavras destacadas rimam segundo a pronúncia brasileira. O poeta estava interpretando a rima, tendo em vista a pronúncia brasileira. Isso significa, para nós, uma descrição/interpretação do poema brasileiro. A materialidade linguística do discurso romântico nos dá a visibilidade de uma língua capaz de sua própria poesia e que tem a sua própria sonoridade.

No que concerne à métrica, especificamente, Gonçalves Dias, por exemplo, rompia com aquela medida padrão (versos decassílabos) que configurava as estrofes dos poemas clássicos, praticando todos os metros, quer no conjunto de sua obra, quer variando de metro de trecho em trecho, dentro do mesmo poema, como em "I Juca Pirama", quer adotando todas as medidas dentro de um mesmo poema, como o fez em "*A tempestade*":

#### *A TEMPESTADE*

*Um raio*

*Fulgura*

*No espaço*

*Esperso,*

*De luz;*

*E trêmulo*

*E puro*

*Se aviva,*

*S'esquiva,*

*Rútila,*

*Seduz!*

*Vem as aurora*

*Pressurosa,*

*Cor-de-rosa,*

*Que se cora*

*De carmim;*

*A seus raios*

*As estrelas,*

*Que eram belas,*

*Têm desmaios,*

*Já por fim.*

*O sol desponta*

*Lá no horizonte,*

*Doirando a fonte,*

*E o prado e o monte*

*E o céu e o mar;*

*E um manto belo*

*De vivas cores*

*Adorna as flores,*

*Que entre verdores*

*Se vê brilhar.*

*Um ponto aparece,*

*Que o dia antristece ,*

*O céu, onde cresce,*

*De negro a tingir;*

*Oh, vêde a procéla  
 Infrene, mas bela,  
 No ar s'encapela  
 Já pronta a rugir!*

*Não solta a voz canora  
 No bosque o vate alado,  
 Que um canto d'inspirado  
 Tem sempre a cada aurora;  
 É mudo quanto habita  
 Da terra n'amplidão.  
 A coma então luzente  
 Se agita do arvoreda,  
 E o vate um canto a mêdo  
 Desfere lentamente,  
 Sentindo opresso o peito  
 De tanta inspiração.*

*Fogem do vento que ruge  
 As nuvens aurinevadas,  
 Como ovelhas assustadas  
 Dum fero lobo cerval;  
 Estilham-se como as velas  
 Que no alto mar apanha,  
 Ardendo na usada sanha,  
 Subitâneo vendaval.*

*Bem como serpentex que o frio  
 Em nós emaranha, \_\_salgadas*

*As ondas s'estrônham, pesadas  
 Batendo no frouxo areal.  
 Disseras que viras vagando  
 Nas furnas do céu entreabertas  
 Que mudas fuzilam, \_\_\_incertas  
 Fantasmas do gênio do mal!*

*E no túrgido ocaso se avista  
 Entre a cinza que o céu apolvilha,  
 Um clarão momentâneo que brilha,  
 Sem das nuvens o seio rasgar;  
 Logo um raio cintila e mais outro,  
 Ainda outro veloz, fascinante,  
 Qual centelha que em rápido instante  
 Se converte d'incêndio em mar.*

*Um som longínquo cavernoso e ouco  
 Rouqueja, e n'amplidão do espaço morre;  
 Eis outro inda mais perto, inda mais rouco,  
 Que alpestres cimos mais veloz percorre.  
 Troveja, estoura, atroa; e dentro em pouco  
 Do norte ao Sul, \_\_\_ dum ponto a outro corre;  
 Devorador incêndio alastra os ares,  
 Enquanto a noite pesa sobre os mares.*

*Nos últimos cimos dos montes erguidos  
 Já silva, já ruge do vento o pegão;  
 Estorcem-se os leques dos verdes palmares,  
 Volteiam, rebrumam, douçejam nos ares,*

*Até que lascados baqueiam no chão.*

*Remexe-se a copa dos troncos altivos,  
 Transtorna-se, tolda, baqueia também;  
 E o vento, que as rochas abala no cerro,  
 Os troncos enlaça nas asas de ferro,  
 E atira-os raivoso dos montes além.*

*Da nuvem densa, que no espaço ondeia,  
 Rasga-se o negro bojo carregado,  
 E enquanto a luz do raio o sol roxeia,  
 Onde parece à terra estar colado,  
 Da chuva, que os sentidos nos enleia,  
 O forte peso em turbilhão mudado,  
 Das ruínas completa o grande estrago,  
 Parecendo mudar a terra em lago.*

*Inda ronca o trovão retumbante,  
 Inda o raio fuzila no espaço,  
 E o corisco num rápido instante  
 Brilha, fulge, rutila, e fugiu.  
 Mas se à terra desceu, mirra o tronco  
 Cega o triste que irroso ameaça,  
 E o penedo, que as nuvens devassa,  
 Como tronco sem viço partiu.*

*Deixando a palhoça singela,  
 Humilde labor da pobreza,  
 Da nossa vaidosa grandeza,*

*Nívela os fastígios sem dó,  
E os templos e as grimpas soberbas,  
Palácio ou mesquita preclara,  
Que a foice do tempo poupara,  
Em breves momentos é pó.*

*Cresce a chuva, os rios crescem,  
Pobres regatos s'empolam,  
E nas turvas ondas rolam  
Grossos troncos a boiar!  
O córrego, qu'inda há pouco  
No torrado leito ardia,  
É já torrente bravia,  
Que da praia arreda o mar.*

*Mas ai do desdítoso,  
Que viu crescer a enchente  
E desce descuidoso  
Ao vale, quando sente  
Crescer dum lado e d'outro  
O mar do aluvião!  
Os troncos arrancados  
Sem ramos vão boiantes;  
E os tetos arrasados,  
Inteiros, flutuantes,  
Dão antes crua morte,  
Que asilo e proteção!*

*Porém no ocidente*

*S'ergue de repente  
O arco luzente,  
De Deus o farol;  
Sucedem-se as cores,  
Qu'imitam as flores,  
Que sembram primores  
Dum novo arrebol.*

*Nas águas poussa;  
E a base viva  
De luz esquiva,  
E a curva altiva  
Sublima ao céu;  
Inda outro arqueia,  
Mais desbotado,  
Quase apagado,  
Como embotado  
De tênue véu.*

*Tal a chuva  
Transparece,  
Quando desce  
E uinda vê-se  
O sol luzir;  
Como a virgem,  
Que numa hora  
Ri-se e cora,  
Depois chora  
E torna a rir.*

*A fôlha*

*Luzente*

*Do orvalho*

*Nitente*

*A gota*

*Retrai;*

*Vacila,*

*Palpita;*

*Mais grossa,*

*Hesita,*

*E treme*

*E cai.* (DIAS, Gonçalves. *Obras poéticas de*

*Gonçalves Dias*. Organização, apuração do texto, cronologia e notas por Manuel Bandeira

2º tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944).

Este poema, portanto, apresenta a curiosidade de variar a medida de estrofe à estrofe, passando do verso de duas sílabas, na 1ª estrofe, até o de onze, na 10ª, para decrescer e tornar ao de duas sílabas na última estrofe: quis o poeta imitar assim a aproximação gradativa da tempestade, cuja maior fúria estoura na décima estrofe, para depois afastar-se pouco a pouco.

Ele possui uma quase que estrutura onomatopéica, pois as estrofes imitam/descrevem o fenômeno de uma tempestade. Podemos dizer que este poema “personifica” uma tempestade. O poema, então, dá a visibilidade de uma tempestade que se materializa na construção das estrofes: o começo da tempestade é descrito/imitado em estrofes que têm uma forma quase que verticalizada, ou seja, as estrofes são longas, em relação ao número de versos, e curtas, em relação ao número de sílabas em cada verso,

mas essa dimensão das estrofes vai se modificando na medida em que a tempestade se aproxima (e aí as estrofes já têm outra estrutura, são mais longas em relação ao número de sílabas e mais curtas em relação ao número de versos que a compõem, tomando agora a forma horizontal).

Podemos observar também que o número de sílabas em cada estrofe aumenta progressivamente até o momento mais denso da tempestade (no poema isto é marcado na 11ª e na 12ª estrofes que são formadas por versos hendecassílabos - versos de onze sílabas). A partir deste momento, o poema começa a decrescer continuamente, pois a tormenta já passou e a tranquilidade substitui o mau tempo. As estrofes construídas após o momento denso da tempestade imitam agora a calmaria que sucede a violência de uma tempestade. As estrofes, portanto, marcam esta passagem do mau tempo (a tempestade) para a calmaria que o/a sucede. Esta passagem é visível no número de sílabas que formam os versos das estrofes que são construídas no momento posterior à tempestade. Estas estrofes assinalam o final da tempestade. O número de sílabas que formam os versos destas estrofes, após a tempestade, vai decrescendo continuamente até chegar ao número de duas sílabas, exatamente como o poema se inicia.

Vemos, então, que o som da tempestade é marcado pela construção material das estrofes que imitam a sonoridade deste fenômeno, e produzem um efeito “real/natural” de uma tempestade.

Outro deslocamento importante inaugurado por Gonçalves Dias, em relação à métrica do poema brasileiro consistia na construção de versos de nove sílabas no interior de uma mesma estrofe regular (constituída só de decassílabos), como nos recortes que seguem, retirados de seu poema épico “*Os Timbiras*”:

*“Anhangá rebocou estreita igara*

*Contra a corrente: Orapacém vem nela,*

*Orapacém, Tupinambá famoso.*

*Conta prodígios duma raça estranha,*

*Tão alva como o dia, quando nasce,*

*Ou como a areia cândida e luzente,*

*Que as / ó / guas / dum / re / ga / to / sem / pre / la / vam.* (decassilabo)

*Ra / ça, a / quem / os / rui / os / pron / tos / ser / vem,* (eneassilabo)

*E o / tro / vão / e o / re / lâm / pa / go a / com / pa / nham.”* (decassilabo) (DIAS,

Gonçalves. Op. cit.: 272).

*“Rompia a fresca aurora, rutilando*

*Sinais de um dia límpido e sereno.*

*Então vinham saindo os de Itajuba*

*Fortes guerreiros a contar os sonhos*

*Com que Tupã amigo os bafejara,*

*Quando as estrelas pálidas tombavam.*

*Já de clarão maior esmorecidas*

*Vinham ledos ou tristes na aparência*

*Timoratos ou cheios de ardimento,*

*Como o futuro evento se espelhava*

*Nos sonhos, bons ou maus; mas acordá-los*

*Dis / pa / ra / ta / dos, / e o / me / lhor / de / tan / tos* (decassilabo)

*Co / li / gir, / e / ra / mis / são / mais / al / ta.”* (eneassilabo) (grifo nosso) (DIAS,

Gonçalves. Op. cit.: 285).

*“Por / ter / ra / não / lan / çou? \_\_\_ / Que / pois / au / gu / ra* (decassilabo)

*Tal / vin / da, a / não / ser / que o au / daz / Tim / bi / ra* (eneassilabo)

*Me / lhor / com / se / lho / to / ma; e / por / vem / tu / ra* (decassilabo)

*De / Gu / ru / pe / ma / re / ce / an / do as / for / ças,*” (decassílabo) (DIAS, Gonçalves.

Op. cit.: 302, 303).

O mesmo ocorre com o recorte abaixo retirado do poema “*As flores*”(também de Gonçalves Dias):

*“Modesto horticultor, dos teus desvelos*

*Êste só galardão recebe ao menos;*

*Pa / ga /- te / se / quer / de / ver / mais / be / la,* (eneassílabo)

*Mais / vai / do / sa / me / lhor / do / sol / na / ter / ra,* (decassílabo)

*A flor modesta, produção sublime*

*De estranhos climas transplantada ao nosso”* (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 108).

Encontramos ainda, no poema “*I Juca Pirama*”, versos de nove e de onze sílabas na mesma estrofe formada por decassílabos:

*“Vem a terreiro o mísero contrário;*

*Do / co / lo à / cin / ta a / um / su / ra / na / des / ce:* (decassílabo)

*‘Di / ze- / nos / quem / és, / teus / fei / tos / can / ta,* (eneassílabo)

*‘Ou / se / mais / te a / praz, / de / fen / de- / te.’ / Co / me / ças* (hendecassílabo)

*O índio, que ao redor derrama os olhos,*

*Com triste voz que os ânimos comove”* (DIAS, Gonçalves. Op. cit.: 22).

A literatura, portanto, instala o elemento subjetivo na língua, na medida em que as palavras não significam apenas o que “deveriam” (a imposição de um sentido literal/transparente) significar. Estamos querendo dizer com isto, que a literatura não é

uma mera “descrição objetiva” da língua, trata-se de compreendê-la enquanto uma “interpretação subjetiva” da língua, pois ela não se constitui no mesmo efeito de “neutralidade” que constrói a gramática e o dicionário. Ela deve ser pensada enquanto um discurso que constrói a língua de uma maneira específica, ou seja, que produz uma interpretação para a língua, e não se trata de considerá-la isolada no seu território, ou seja, enquanto uma disciplina que estabelece os padrões para a escrita de uma língua. Estaríamos, dessa maneira, negando a própria materialidade da língua. Nessa materialidade conta a sonoridade da língua - matéria prima do poema.

Enfim, estamos entendendo a literatura, nesta dissertação, enquanto um discurso que é parte constitutiva de uma língua escrita, e que, ao mesmo tempo, se responsabiliza pela criação do elemento subjetivo na língua, na medida em que esta não mais significa por si própria, ou seja, a referência dada pela gramática e pelo dicionário, não são mais suficientes no domínio da literatura. O discurso literário constrói uma outra referência para a língua. Uma referência comprometida com o mundo irreal/fictício.

Porém, isso não significa afirmar que esta subjetividade está diretamente articulada ao “mito da inspiração poética”, que teria sua origem na própria consciência do autor literário. Não se trata disso. Ao invés disso, propomos que pensemos o discurso literário enquanto o lugar em que a língua aparece investida de sentimentos e emoções (construídos em um certo momento histórico e que, portanto, não são sensações próprias dos autores literários), ou seja, as palavras e as construções sintáticas “incorporam o estado de espírito” (constituído pelas ideologias formadoras do pensamento de uma certa época) do autor, no discurso literário.

Nesse sentido, o discurso literário explicita a poesia da língua, ou seja, ele “explora” a materialidade (a forma material)/a sonoridade da língua para produzir efeitos de sentidos artísticos. Nesse discurso, a própria sonoridade e a estrutura concreta da língua concorrem para a produção de sentidos. É na literatura que a língua, capaz de poesia (Milner, *ibidem*), trabalha a arte, ou seja, que a língua escrita é configurada enquanto uma arte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos analisar o Romantismo enquanto um saber lingüístico específico da língua nacional, ou seja, o discurso romântico instaurou uma teorização específica da língua nacional. Nesse sentido, não se trata de pensar o Romantismo apenas enquanto um movimento nacionalista ancorado no sentimento de orgulho ao que era próprio deste país. Leitura esta sustentada pelo discurso do livro didático. Propusemo-nos também a descrever o Romantismo enquanto um processo que levou à construção da referência da língua nacional/ da nação brasileira. Certamente que não ficamos na transparência/evidência desse discurso, ou seja, não reproduzimos a leitura dada pelos livros didáticos a este discurso (o Romantismo apenas enquanto descrição de temas nacionais), muito pelo contrário, construímos um outro lugar para se pensar este acontecimento discursivo, ou seja, produzimos uma outra interpretação para o Romantismo, re-significando-o - pois deslocamos a concepção de escola literária, enquanto um bloco homogêneo e autônomo de idéias, para a noção de acontecimento -, tendo em vista o domínio de conhecimento da Análise de Discurso de origem francesa.

Interessou-nos também, especificamente, mostrar que o nacionalismo fixado pelo discurso romântico retomava a teoria do “bom selvagem” (do homem simples e bom em estado de natureza) de Rousseau. Decorre daí o Romantismo brasileiro produzir efeitos de sentidos articulados ao naturalismo, tanto para a língua nacional, quanto para a nação brasileira. Desse modo, a língua e a nação brasileira foram interpretadas pelo discurso romântico através desse naturalismo. A língua nacional era descrita como uma língua: natural, libertada, suave, singela, fácil, concisa, simples, etc. Ao passo que a nação

brasileira também configurava-se como uma nação que possuía riquezas naturais (o índio e a natureza), ou seja, como uma nação que apresentava-se no seu estado original/natural.

Procuramos, portanto, explicitar os efeitos de sentidos produzidos e fixados pelas ideologias formadoras do pensamento romântico brasileiro, e nossas análises pretenderam observar estas ideologias que constituíram o discurso romântico. Para isso, trouxemos recortes discursivos, extraídos da produção literária romântica brasileira (sobretudo de José de Alencar e Gonçalves Dias), para dar a visibilidade dessas ideologias.

Dessa forma, acreditamos não ter reproduzido os efeitos de sentidos fixados pelas ideologias românticas, mas ao contrário, buscamos compreender o modo como elas produziram certos sentidos e não outros. Partimos da idéia de que o Romantismo constituiu-se numa formação discursiva que instaurava um certo posicionamento frente à questão da língua que se praticava no Brasil, nesta época. Nesse sentido, ele fixou regras para a constituição de textos literários brasileiros que imprimiam a memória (escrita) da língua nacional. Irrompia com o discurso romântico uma ideologia nacionalista/naturalista para se “explicar” os fatos de linguagem que diferenciavam a língua portuguesa do Brasil da língua portuguesa tradicional (a clássica). O Romantismo, por esta via de reflexão, tornou visível a existência de uma literatura nacional como uma instituição social e discursiva. Ou seja, com o Romantismo inaugurava-se uma instituição literária nacional. Desse modo, o discurso romântico é o lugar decisivo/preciso para se compreenderem os sentidos produzidos para a língua nacional.

Esta outra compreensão que produzimos acerca do Romantismo brasileiro (enquanto saber lingüístico nacional, referência da língua nacional) nos levou,

conseqüentemente, a uma outra compreensão (deslocamento) da função-autor exercida pelo escritor romântico. Este, para nós, não era apenas escritor/autor de sua obra literária (ser autor no discurso literário, no sentido em que está em Foucault, 1996: 27). Ele tornava-se autor da língua nacional. O escritor romântico, portanto, não mais reproduzia a língua portuguesa dos clássicos. Eles transferiam para o território nacional a autoridade sobre a língua. Eles fundavam uma discursividade para a língua nacional. Isso significa dizer que os escritores românticos apropriavam-se de uma língua que, nesse gesto mesmo, ganhava foros de língua nacional. Eles produziam uma interpretação para esta língua. Eles estavam na posição de autoridade, enfim, eles podiam dizer como ela era. Vimos que a noção de autoria que instauramos em nosso trabalho, elaborada no interior do domínio da Análise de Discurso de linha francesa, está fortemente articulada à questão da instituição de um saber lingüístico nacional. Não se tratava apenas de ser autor de uma obra literária nacional. É a questão da construção dessa língua e de sua autoria que nos tocou fortemente neste trabalho.

Finalmente, apresentamos algumas reflexões acerca da *poesia*, enquanto a capacidade da língua significar, tendo em vista a sua *sonoridade*, a sua pronúncia, etc. Nesse sentido, a poesia tem como seu objeto a própria *sonoridade* da língua. A própria forma material do poema já é parte da sua significação. A sonoridade da língua produz efeitos de sentidos “especiais” que “reforçam”/ “realçam”/ “ênfatizam” as idéias contidas no poema. Mais do que isso, eles realçam uma materialidade específica que singulariza uma língua particular: “a nossa”.

## ABSTRACT

Speaking from the theoretical perspective of the French School of Discourse Analysis, our study works the Romanticism while a process of production of decisive meanings for a formation of national mind. From this perspective, the Romanticism is constitutive part of the formation of national language/Brazilian nation/Brazilian State. In other Words, We understand the Romanticism while a discourse - an event of language that installs a memory to a national language/to a Brazilian nation. It gives the visibility of a deed of national language.

Understanding the Romanticism while discourse it consists to describe the relation between language and exteriority (ideology, history) and the effects of meanings produced by this relation. This way, the romantic literary productions practiced the ideologies that fixed the mind of the epoch. They gave a format to relation between language and ideology. It was in this direction that we analyse the romantic discourse, that is, we describe/interpret the fragments (discourses), retired of romantic literary productions, which make up our *corpus* of research.

These literary productions (discourses), elaborated during Romanticism, inaugurated a discursive position (a nationalist position) for the national author, for we are considering them while a “gesture of interpretation” (Orlandi, 1996c:84) about the language, realized by the romantic writers. This way, the Romanticism resulted in a discursive formation, for it inaugurated a memory that is founder of a national mind. From this position, the writer could speak while national author, while authority of national language. According to this discursive position (this nationalist position)

inaugurated by Romanticism to national authorship, our work analyses the way like this appropriation of language occurs in Brazil.

The romantic literary production propitiated discussions between Portuguese and Brazilian Writers about the language practiced in Brazil. These polemics are analyzed, according to the discursive position of the writers, constructed by romantic discourse, while a discursive formation. Therefore, we are understanding these polemics like inscription in a certain discursive formation.

Thus, the Portuguese and Brazilian writers did not belong to the same discursive formation, since the Romanticism wasn't constituted of same form in these two countries, considering their historical conditions, which resulted in the production of different meanings for them, concerning the portuguese language. On the one hand, we have, so, the Portuguese writers that are affiliated to memory of traditional portuguese language. On the other hand, we have the Brazilian writers that are affiliated to Naturalism (philosophical theory initiated by Rousseau, but that in the Brazil it is articulated to nationalism's idea, therefore, to description of the native elements this country - the nature and the "indio". From this position, our writers worked a certain region of memory that configurated meanings to this country. This memory is related to description of a country, which nature is your main treasure. Our natural values, so, are retook and "re-significados" by romantic discourse. This way, the romantic writers also interpreted the language practiced in the Brazil through of this naturalism, that is, they defined the Brazil's language like a simple, natural, emotive, liberated language. Therefore, this theoretical affiliation to Naturalism decided about the "character" of the meanings that were constituted in Brazilian Romanticism.

Finally, our analysis show that the Romanticism explicated the divorce between the Portugal's portuguese and the Brazil's portuguese. Describing the meanings constructed by romantic discourse to the Brazilian nation, our work shows the effects of these senses in relative to language in your articulation to literature. This articulation, through of Romanticism, fixed meanings that particularized the national language. It is a discursive/linguistic event that become visible the transformations realized in the structure of portuguese language.

**KEYWORDS:** 1. Language. 2. Discourse analysis. 3. Citizenship. 4. History of linguistic ideas. 5. Literary discourse.

## BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Publifolha, 1997. (Biblioteca Folha; 3).

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

----- . A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, Eni Puccinelli(org.). *Gestos de Leitura - da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) - 2º volume (1836-1880)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

----- . *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil - vol.3 - Era Romântica*. São Paulo: Global Editora, 1997.

DIAS, Gonçalves. *Obras poéticas de Gonçalves Dias*. Organização, apuração do texto, cronologia e notas por Manuel Bandeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias - Poesias*. Organização, cronologia e notas por Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1960.

DIAS, Gonçalves. *Poemas - Gonçalves Dias*. Seleção, introdução e notas de Péricles Eugênio da S. Ramos. São Paulo: Publifolha, 1997. (Biblioteca Folha; 15)

----- DIAS, Luis Francisco. *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

----- . *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni P.(orgs.). *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. História da gramática no Brasil e ensino. In: *Relatos nº 5*, outubro - 1997. Campinas, SP:DL - IEL - UNICAMP.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer / querer dizer*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

HENRY, Paul. *A Ferramenta imperfeita - língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LAIJOLO, Marisa. Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo, ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. Campinas SP: Pontes Editores, 1996.

NUNES, José Horta. Formação do léxico e saber linguístico. In: *Relatos nº 5*, outubro-1997. Campinas, SP: DL - IEL - UNICAMP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: SP, Pontes, 1993a.

----- . "A língua brasileira". In: *Anais*, Abralim, SBPC, São Paulo, 1993b.

----- . *As formas do silêncio - no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

----- . *A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996a.

----- . *Discurso e leitura*. Campinas, SP: Cortez editora, 1996b.

----- . *Interpretação - autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996c.

----- . "Gramática, gramatização e a emergência das primeiras gramáticas brasileiras." In: *Anais do VI Congresso da ASSEL-RIO*. Rio de Janeiro, 1996d.

----- . "O Estado, a Gramática, a Autoria", *relatos* nº 4, junho - 1997a. Campinas, SP: DL - IEL - UNICAMP.

----- . Apresentação: Língua nacional e saber metalingüístico: um projeto singular. *Relatos* nº 5, outubro - 1997b. Campinas, SP: DL - IEL - UNICAMP.

----- . *Análise de discurso - princípios & procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

----- . "O Estado, a Gramática, a Autoria: Língua e Conhecimento Lingüístico." In: *Línguas e instrumentos lingüísticos nº : 4/5*. Publicação do Projeto: "História das idéias lingüísticas no Brasil: ética e política das línguas." Campinas, Pontes Editores, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli, & SOUZA, Tania C.C de. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1990.

----- . Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli(org.). *Gestos de leitura - da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

----- . *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

----- . Papel da memória/Pierre Achard...[et alii]. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século

XIX/XX. LABEURB/NUDECRI - UNICAMP (mimeo), 1999.

PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil - textos escritos e teóricos - vol. I (1820/1920) - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

RIBEIRO, João. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, Livreiro - Editor, 1902.

RIBEIRO, João. *Páginas de estética*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1905.

RIBEIRO, João. *Frases feitas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1908.

RIBEIRO, João. *O Fabordão*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1910.

RIBEIRO, João. *A língua nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

RIBEIRO, Júlio. *Procellarias*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1887.

RODRÍGUEZ, Carolina. *Língua, nação e nacionalismo - Um estudo sobre o Guarani no Paraguai*. Tese de Doutorado, Campinas, SP: IEL-UNICAMP, 2000.

SENNA, Homero (org.). *Obras seletas de Carlos de Laet - II - polémicas*. Rio de Janeiro: Agir: Fundação Casa de Rui Barbosa; [Brasília]: Instituto Nacional do Livro, 1984.